

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.196 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

STF iguala licença de mãe adotiva e biológica

O benefício maternidade no Brasil será de 120 dias, prorrogáveis por mais 60, para pessoas que adotarem crianças, fixou ontem o Supremo Tribunal Federal. De acordo com os ministros da Corte, “as mães sejam biológicas ou adotantes, terão direito à licença de idêntico conteúdo”. A decisão, por unanimidade, vale para trabalhadoras da CLT e servidoras públicas.

PÁGINA 6

Ex-diretores do BRB aceleraram fraudes

Mensagens obtidas pela Polícia Federal mostram que Paulo Henrique Costa, ex-presidente do Banco de Brasília, pressionou o agora ex-diretor de Finanças Dario Osvaldo Garcia Jr. a adiantar operações ilegais com o Master. As negociações para compra do banco de Daniel Vorcaro deixaram prejuízos bilionários no BRB. Ontem, o TCDF tornou indisponíveis bens de ex-integrantes da direção do banco brasileiro.

PÁGINA 4

Fortaleza

Perícia aponta suicídio

A Perícia Forense do Ceará concluiu que a jovem Isabelle Caracristi, 22 anos, se jogou do 23º andar do prédio em que morava com o namorado João Munhoz Neto.

PÁGINA 6

Rick

Despedida será hoje

Cantor Rick, da dupla com Renner, será velado em cerimônia íntima, em Sorocaba (SP). Ontem, a FAB recolheu a caixa-preta do helicóptero em que o artista viajava.

PÁGINA 6

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Uma nova advocacia

Ao Podcast do *Correio*, o advogado Cristiano Pinto Ferreira defendeu o uso da Inteligência Artificial e o marketing digital no exercício da profissão. “Apenas o conhecimento técnico não é mais suficiente”. PÁGINA 8

EUA e China com moderação

Donald Trump recebeu a visita do presidente chinês Xi Jinping com tapete vermelho, ontem, em Washington. A primeira em uma década. Encontro deve destacar o avanço da Inteligência Artificial e temas comerciais.

PÁGINA 9. VISÃO DO CORREIO, 10

Jefferson Rudy/Agência Senado



Flávio Bolsonaro
PL

40,8%

Ricardo Stuckert/PR



Lula
PT

33,6%

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Ronaldo Caiado
PSD

7,1%

Reprodução/Redes Sociais



Augusto Cury
Avante

4,8%

Reprodução/Instagram



Renan Santos
Missão

2,5%

Reprodução/Instagram



Romeu Zema
Novo

0,6%

Flávio lidera pesquisa; Lula é 2º. Os dois estão em alta no DF

Dos 12 candidatos da lista estimulada da pesquisa *Correio*/Opinião Inteligência Política (acima, os seis primeiros) feita com eleitores do Distrito Federal à Presidência da República, apenas Flávio Bolsonaro (PL), líder

com 40,8% das intenções de voto, e Luiz Inácio Lula da Silva, com 33,6%, tiveram crescimento nos índices. Os demais perderam fôlego na corrida ao Planalto, reforçando a polarização que marca a disputa em quase

todo o país. A consulta tem margem de erro de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos, e foi realizada entre 17 e 19/9 em 31 regiões da capital, com 1.132 eleitores. O registro no TSE é DF-03622/2026.

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Arruda é o ponto decisivo ao Buriti

Especialistas da Opinião Inteligência Política, Carlos André Machado (foto) e Alexandre Garcia avaliaram, no *CB.Poder*, a pesquisa das eleições no DF. Eles acreditam que a candidatura de José Roberto Arruda (PSD), sob análise do TSE, será decisiva para um eventual segundo turno. Celina Leão (PP) lidera a intenção de votos, Arruda é segundo e Leandro Grass (PT) é terceiro.

• Líder para GDF, Celina: "A missão é trabalhar"

• Briga pelo Senado tem três em empate técnico

• Indecisos são a grande incógnita para distrital

Ed Alves/CB/D.A Press



Contagem regressiva — Tribunal Regional Eleitoral começou ontem o trabalho de carga e lacração das 7.515 urnas eletrônicas que serão usadas em 4 de outubro em todo o DF

Reprodução/CB/D.A Press



Mais apoio à capital

Candidato à reeleição a federal, Rodrigo Rollemberg (PSB) vai trabalhar pela capital, independentemente do governador.

Reprodução/CB/D.A Press



Por saúde e reformas

Senador e candidato a federal, Izalci Lucas (PL) promete, se eleito, fiscalizar os recursos públicos e o atendimento à população.

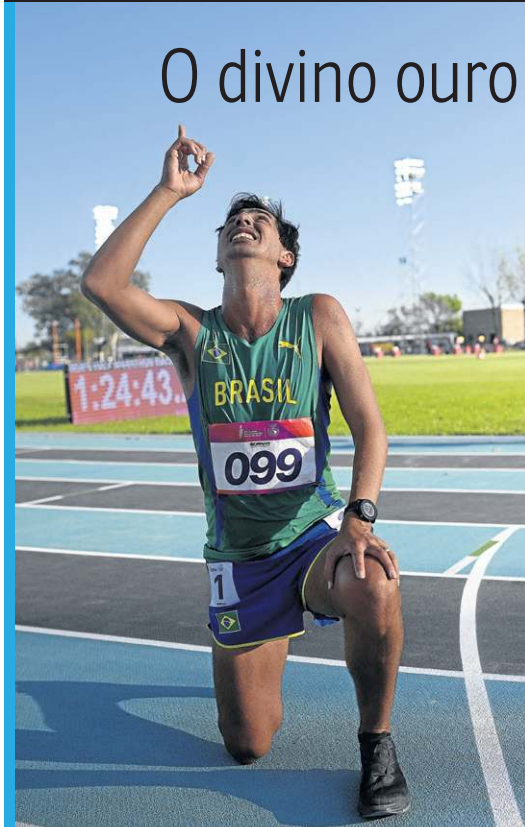
Direito & Justiça

Olhos no Judiciário

Saiba quais são as propostas dos candidatos à Presidência para a Justiça. Crise no STF acirrou as críticas.

PÁGINAS 2 E 13 A 17. CADERNO DIREITO & JUSTIÇA

Alexandre Loureiro/COB



O divino ouro de Caio

Temporada de caça às medalhas em 2026 acaba com mais um pódio para o marchador de Sobradinho. Bonfim termina em primeiro no Sul-Americano de Santa Fé, na Argentina.

Data Fifa

Ciclo larga com treinadores de grife em ação

PÁGINAS 19 E 20

Ana Maria Campos

José Eduardo Cardozo vai defender Arruda no TSE. PÁGINA 15

Denise Rothenburg

PT teme abstenção em estados lulistas que não tiveram 2º turno. PÁGINA 5

Luiz Carlos Azedo

Trump mira nas facções, ponto fraco de Lula. PÁGINA 4

Samanta Sallum

José Roberto Tadros é reeleito na CNC até 2030. PÁGINA 16

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Cultura — CCBB abre a 20ª Primavera dos Museus com exposição do artista Yoshitaka Amano, que recebeu a visita de alunos da Apae-DF. PÁGINA 18

Companheiros de combate



Brad Pitt e o cão-ator Uber são as estrelas do filme *Coração selvagem*, que mostra a superação diante das adversidades da natureza.

PÁGINA 22





Flávio e Lula crescem nas intenções de voto no DF

Quarta rodada da pesquisa **Correio/OPINIÃO** Inteligência Política mostra que os dois líderes da corrida presidencial aumentaram a vantagem entre eleitores candangos. Senador segue na frente, com 40,8%, contra 33,6% do petista. Prejuízo ficou para Augusto Cury

» PEDRO JOSÉ BORGES

Líderes na corrida eleitoral, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) cresceram nas intenções de voto no Distrito Federal. A quarta rodada da pesquisa **Correio/OPINIÃO** Inteligência Política, divulgada ontem, mostra que, neste mês, os dois presidenciais somam 74,4% das preferências, ante 64,7% de agosto. Na pesquisa estimulada — quando é apresentada a lista de candidatos —, Flávio Bolsonaro registra 40,8% das intenções de voto, enquanto Lula aparece com 33,6%. Ronaldo Caiado (PSD) tem 7,1%, seguido por Augusto Cury (Avante), com 4,8%, e Renan Santos (Missão), com 2,5%. Romeu Zema (Novo) soma 0,6%; Samara Martins (UP), 0,5%; e Rui Costa Pimenta (PCO), 0,2%. Edmilson Costa (PCB) e Clariana Barão (DC) registram 0,1% cada. Hertz Dias (PSTU) e Wilson Grassi (Democrata) aparecem com 0,0%. Outros 4,8% afirmam votar em branco ou nulo e 5% não sabem avaliar.

No cenário espontâneo, quando nenhum nome é apresentado aos entrevistados, Flávio Bolsonaro aparece com 37,1% das intenções de voto, seguido por Lula, com 31,5%. Ronaldo Caiado registra 5,8%, enquanto Augusto Cury soma 3,6%, e Renan Santos, 1,9%. Romeu Zema aparece com 0,5%, Samara Martins tem 0,2% e Pablo Marçal (PRTB), Edmilson Costa e Rui Costa Pimenta registram 0,1% cada. Outros nomes citados somam 0,2%. Nesse cenário, 5,6% afirmam que votarão em branco ou nulo e 13,2% não sabem em quem votar.

Para o CEO do OPINIÃO Inteligência Política, Alexandre Garcia, o cenário observado nos quatro meses anteriores era de dois candidatos principais, Lula e Flávio, reunindo cerca de dois terços das intenções de voto, enquanto os demais nomes dividiam o restante. Em setembro, esse desenho mudou.

“Os dois cresceram ao mesmo tempo, e as duas altas passam da margem de erro: Flávio subiu 5,4 pontos, e Lula, 4,3. Não é um movimento de um contra o outro. É o espaço do meio que desapareceu e se dividiu entre eles”, afirma Garcia. Ele avalia, também, que a mudança no cenário não representa apenas uma transferência de votos entre Flávio Bolsonaro e Lula. Segundo ressalta, o crescimento simultâneo dos dois ocorreu acompanhado pela redução da parcela destinada aos demais candidatos.

“A eleição presidencial no Distrito Federal passou quatro meses com o mesmo desenho: dois

candidatos grandes somando dois terços do eleitorado e um pelotão de nomes dividindo o resto. Em setembro esse desenho mudou. Flávio Bolsonaro chegou a 40,8%, e Lula, a 33,6%. Juntos, os dois reúnem 74,4% das intenções de voto, contra 64,7% em agosto. Quem pagou a conta foi Augusto Cury. Ele tinha 10,9% em agosto, quando apareceu em terceiro lugar, e caiu para 4,8%”, explica.

A pesquisa também simulou quatro cenários de segundo turno com Lula. No confronto com Flávio, o senador aparece com 48,7% das intenções de voto, enquanto Lula registra 40,2%.

No cenário entre Caiado e Lula, o ex-governador de Goiás soma 51,1%, contra 36,9% do presidente. Já na simulação entre Romeu Zema e o petista, o ex-governador de Minas Gerais aparece com 41,8%, enquanto o chefe do Executivo federal registra 40,2%.

No quarto confronto, Augusto Cury tem 44,6% das intenções de voto, ante 38,7% de Lula. Em cada um dos cenários, o percentual restante corresponde às respostas de branco, nulo e indecisos.

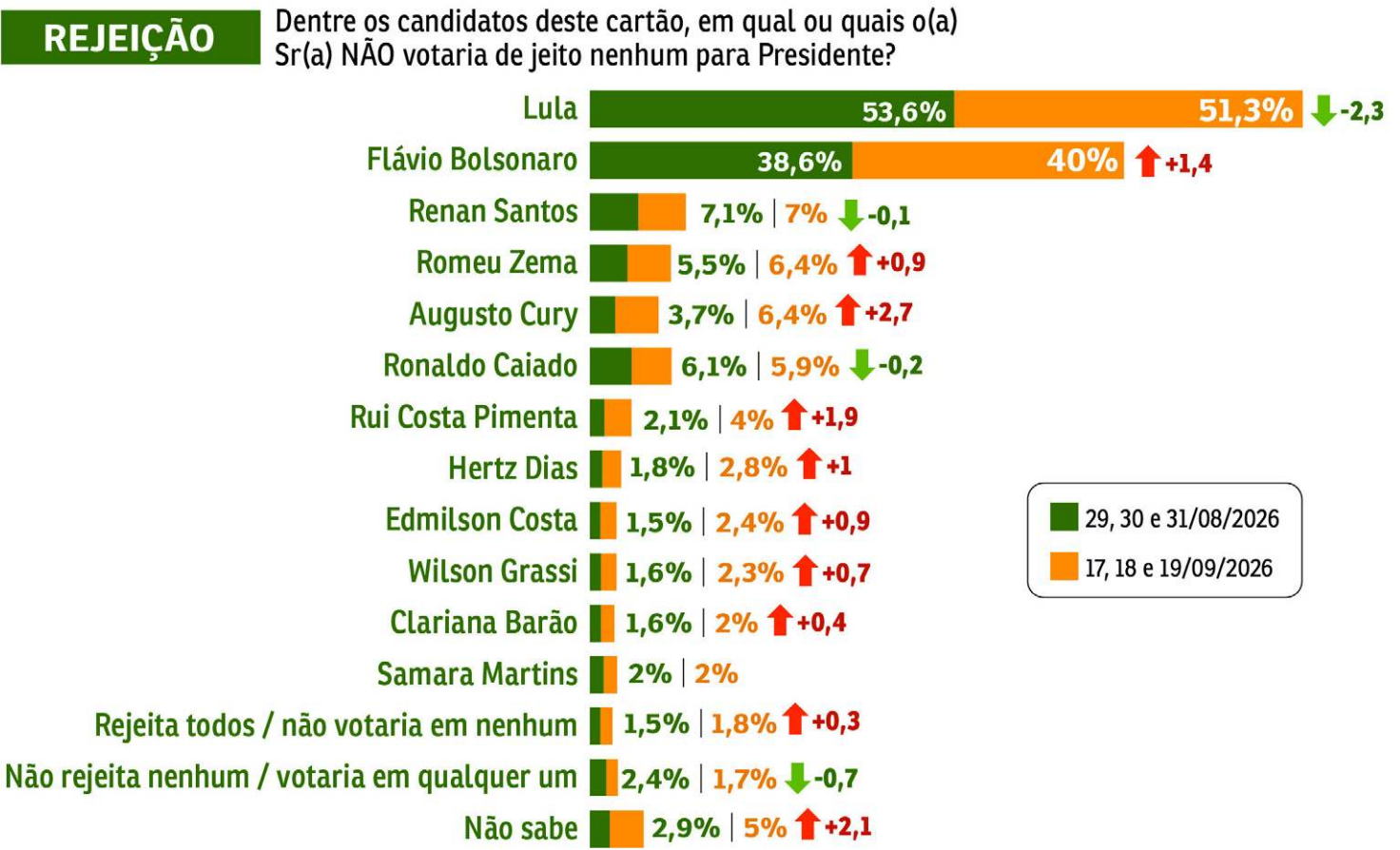
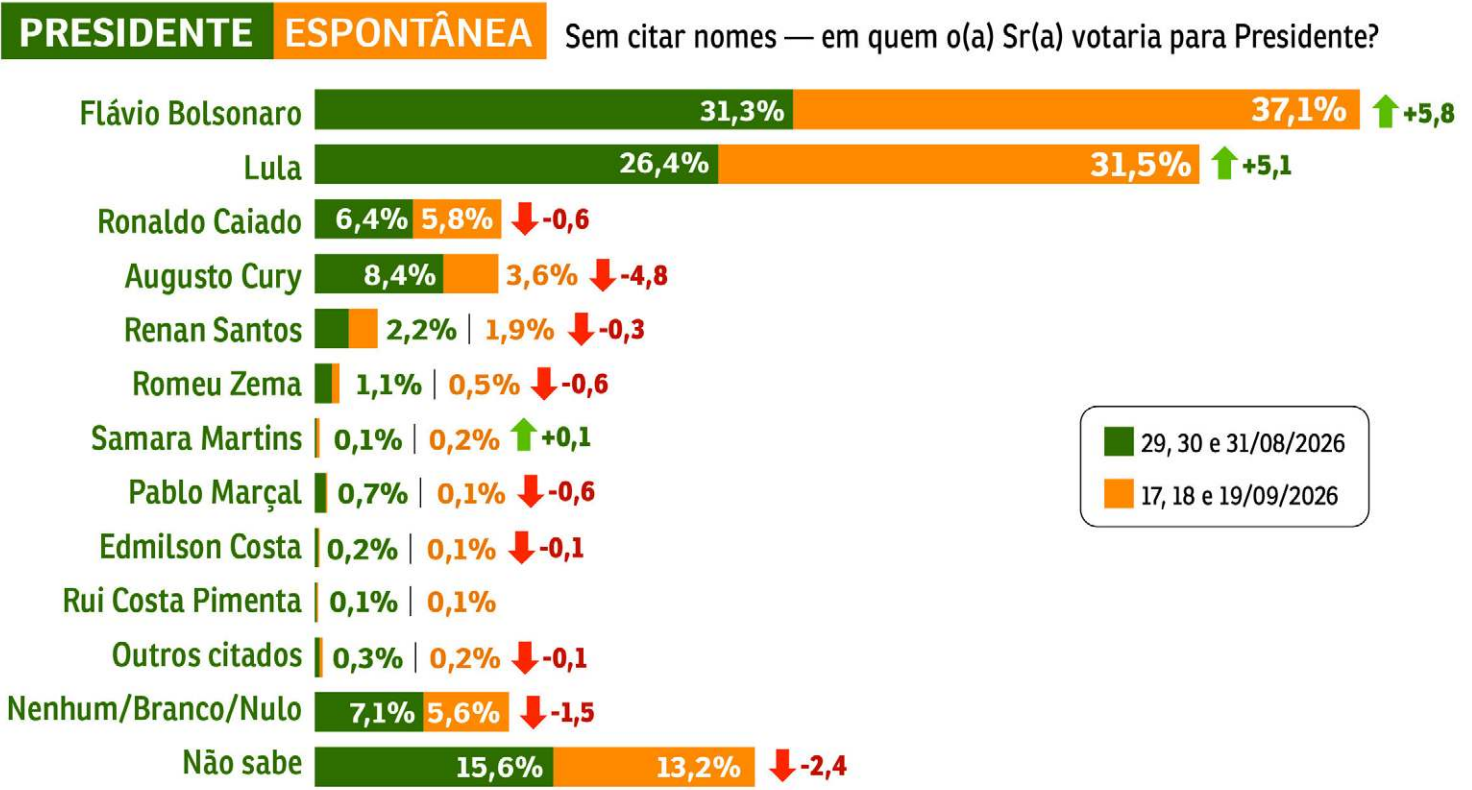
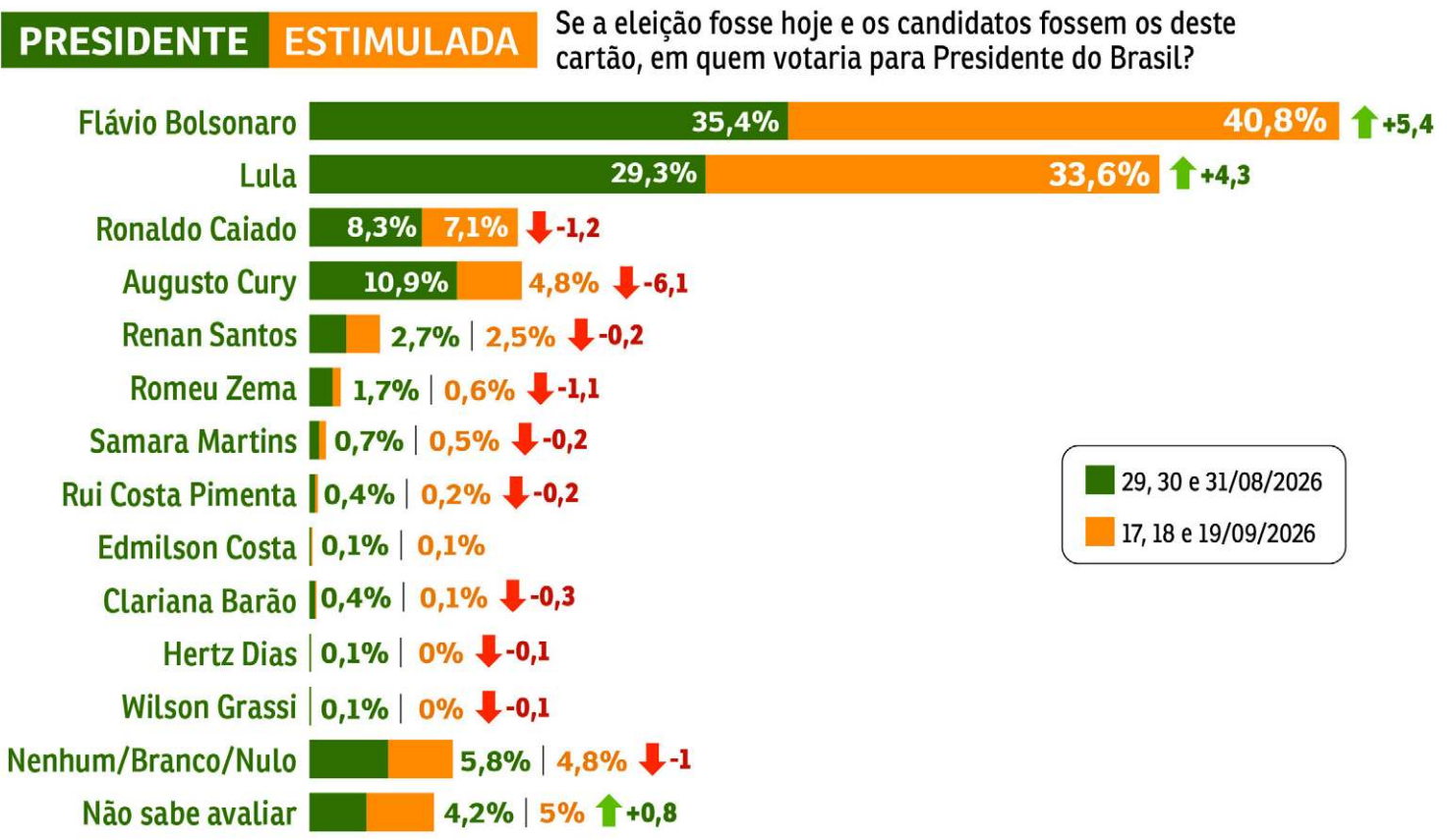
“A indecisão também encolheu. Somados branco, nulo, nenhum e quem não sabe, eram 15,7% em junho, e são 9,8% agora. Sem a lista de candidatos na frente, 37,1% dos eleitores lembram o nome de Flávio Bolsonaro, e 31,5% lembram o de Lula. Em junho, cada um era citado por pouco mais de um em cada quatro”, ressalta.

A pesquisa também perguntou aos entrevistados em quais candidatos não votariam de jeito nenhum. Como a questão permitia mais de uma resposta, a soma das menções chega a 141%.

Lula aparece com 51,3% de rejeição, seguido por Flávio, com 40%. Renan Santos registra 7%, enquanto Romeu Zema e Augusto Cury têm 6,4% cada. Caiado está com 5,9%. Rui Costa Pimenta tem 4% de rejeição; Hertz Dias, 2,8%; Edmilson Costa, 2,4%; Wilson Grassi, 2,3%; e Clariana Barão e Samara Martins, 2% cada. Outros 1,8% afirmam rejeitar todos os candidatos ou não votar em nenhum, enquanto 1,7% diz não rejeitar nenhum nome, e 5% não sabem.

Para realização da pesquisa, foram feitas 1.132 entrevistas presenciais no Distrito Federal, de 17 a 19 de setembro. A margem de erro é de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos, com 95% de confiança. O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE): DF-03622/2026.

A comparação é com a rodada de 29 a 31 de agosto, quando foram feitas 1.121 entrevistas, e a margem de erro foi de 3,0 pontos.



Os dois cresceram ao mesmo tempo, e as duas altas passam da margem de erro: Flávio subiu 5,4 pontos, e Lula, 4,3. Não é um movimento de um contra o outro. É o espaço do meio que desapareceu e se dividiu entre eles”

Alexandre Garcia,
CEO do OPINIÃO
Inteligência Política



Presidente tenta atrair Centrão

Campanha de Lula busca dissidências no bloco partidário para evitar apoio em peso a Flávio em eventual segundo turno

» ARMANDO HOLANDA

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) trabalha para evitar um desembarque em bloco do Centrão no palanque de Flávio Bolsonaro (PL) em um eventual segundo turno. Diante da avaliação de que será difícil impedir uma aproximação das cúpulas partidárias com o senador, a estratégia passou a mirar dissidências nos estados e lideranças que mantêm interlocução com o Palácio do Planalto.

Nesse movimento, entram no radar nomes como os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), além dos respectivos grupos políticos. O cálculo é de que, mesmo diante de uma eventual adesão formal de partidos a Flávio, ainda haverá espaço para construir apoios regionais ou, ao menos, manter parte dessas forças distante da campanha adversária.

Ao **Correio**, aliados de Lula reconhecem que o cenário se tornou mais difícil com o crescimento de Flávio nas pesquisas. Levantamentos recentes mostram uma disputa apertada entre os dois em uma eventual segunda etapa da eleição. Pesquisa Quaest divulgada no domingo, por exemplo, apontou diferença de apenas um ponto percentual entre os candidatos, dentro da margem de erro. O BTG/Nexus também registrou distância de um ponto, mas com Lula numericamente à frente.

Ricardo Stuckert



Aliados de Lula reconhecem que o cenário ficou mais difícil com o crescimento do rival nas pesquisas

O avanço de Flávio alterou a percepção de dirigentes do Centrão que, no primeiro turno, preferiram manter distância da disputa presidencial. Lideranças do bloco já discutem a possibilidade de apoiar o senador caso ele avance à segunda etapa. A federação formada por União Brasil e PP está entre as forças observadas nessa dinâmica.

Integrantes da campanha de Lula admitem, porém, que movimentos do próprio presidente também

provocaram ruídos com interlocutores que poderiam funcionar como uma barreira à migração do bloco. O principal exemplo citado nos bastidores é Ciro Nogueira (PP-PI), presidente nacional do PP e candidato à reeleição ao Senado.

Apesar de ter comandado a Casa Civil no governo Jair Bolsonaro, Ciro atuou para que seu partido permanecesse neutro na primeira etapa da disputa presidencial. A posição também atendia à

realidade eleitoral do Piauí, onde Lula mantém forte capital político. Segundo o Datafolha, o petista tem 59% das intenções de voto no estado, contra 20% de Flávio. Em um eventual segundo turno, o placar é de 67% a 27%.

A relação entre Lula e Ciro, entretanto, sofreu um novo desgaste durante uma passagem do presidente por Teresina. Ao reforçar o apoio a Júlio César (PSD) e Marcelo Castro (MDB) para as duas vagas

» Organizações terroristas

O ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, descartou, ontem, que a adesão de 14 países à classificação do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas aumente a pressão internacional sobre o Brasil. A medida acompanha a posição adotada pelos Estados Unidos sob o governo de Donald Trump. Durante agenda no Rio de Janeiro, Lima e Silva minimizou os efeitos da decisão e afirmou que a mudança de nomenclatura não altera a estratégia brasileira de combate às facções.

A disputa no Piauí ajuda a explicar a cautela adotada anteriormente por Ciro. Pesquisa Datafolha mostra o senador com 17%, empatado numericamente com Marcelo Castro e tecnicamente com Júlio César, que aparece com 15%. O governador Rafael Fonteles (PT), por sua vez, lidera a corrida pela reeleição com 55%, contra 25% de Joel Rodrigues (PP).

Aliados de Ciro consideraram a fala do presidente uma quebra do chamado “pacto de não agressão” discutido entre os dois campos. O entendimento entrou nas conversas que contribuíram para a neutralidade da federação União Brasil-PP no primeiro turno, segundo interlocutores envolvidos nas negociações. O PT nega oficialmente a existência do acordo.

Agora, a tarefa de reduzir perdas está nas mãos de integrantes da articulação política de Lula. Presidente do PT e coordenador-geral da campanha, Edinho Silva participou das conversas com setores do Centrão e mantém interlocução com Ciro. O ministro José Guimarães, da Secretaria de Relações Institucionais, também é apontado como um dos responsáveis por preservar essas pontes.

A avaliação no entorno de Lula é de que impedir uma adesão formal de algumas legendas pode ser difícil. Por isso, a operação se concentra nos estados: buscar governadores, prefeitos, parlamentares e caciques regionais dispostos a permanecer neutros ou caminhar com o presidente.

Charles Vieira/Campanha Flávio Bolsonaro



Flávio Bolsonaro fez uma representação contra Lula por causa do discurso do presidente na ONU

Ação no TSE contra o petista

» DANANDRA ROCHA
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro, apresentou ontem uma representação eleitoral contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) após o discurso do chefe do Executivo na abertura da 81ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Na ação, Flávio e o vice Alfredo Gaspar acusam o petista de desvirtuar a finalidade institucional do pronunciamento e convertê-lo em instrumento de promoção pessoal e eleitoral. Os autores sustentam que a manifestação do petista teve características de discurso de campanha, e não de um pronunciamento próprio de chefe de Estado.

No documento, afirmam que a fala foi “completamente desvirtuada e desnaturada”, com possível finalidade eleitoreira. A ação pede a concessão urgente de tutela liminar e aponta o risco de que trechos do discurso sejam posteriormente reproduzidos em perfis e materiais de campanha.

Entre os pontos citados está a referência direta às eleições de 4 de

» Discurso “ridículo”

Em live, ontem, Flávio Bolsonaro afirmou que o discurso de Lula na ONU sobre a soberania do Brasil é “ridículo”. Segundo o senador, a população brasileira, atualmente, não tem soberania nem sobre o próprio celular e a própria bolsa, e repetiu a defesa da “soberania da segurança pública”. Segundo o candidato do PL, Lula “passa a mão na cabeça de bandido”. Flávio disse ainda que o petista “está governando com rancor e com ódio”

outubro. Durante o pronunciamento, Lula afirmou que os brasileiros irão às urnas para “decidir entre democracia e negacionismo” e escolher entre um futuro de mais oportunidades ou o retorno a um passado de exclusão. Para Flávio, esse tipo de declaração reforça o argumento de que o presidente utilizou um espaço diplomático para tratar da disputa eleitoral brasileira.

A representação também pode ser relacionada a pautas defendidas por Lula no debate político nacional, como o fim da escala 6x1. O presidente mencionou a redução da jornada de trabalho no discurso, tema que integra a agenda de seu governo e está em discussão no cenário eleitoral. A presença de assuntos domésticos e de propostas associadas à campanha é um dos elementos que os adversários podem explorar para sustentar questionamentos sobre o uso do pronunciamento.

Os questionamentos foram rebatidos por auxiliares de Lula, sob a justificativa de que assuntos internacionais — como a defesa da soberania — são interligados com temas nacionais, caso do fim da 6x1, da regulamentação de betes e da proteção ao meio ambiente.

Além disso, interlocutores do presidente afirmaram que esses temas também são discutidos em outros países, já que reflexões sobre o mercado de trabalho, a condução do Estado em meio ao avanço das casas de aposta on-line e os cuidados com o meio ambiente são comumente integradas às agendas de países para além do Brasil.

40.000 M²

QUEIMADOS NO NÚCLEO RURAL DE PLANALTINA, EM 2020

72 HORAS

DE TRABALHO PARA CONTER AS CHAMAS

100.000.000 M²

QUEIMADOS NO PARQUE NACIONAL, EM 2022

5.000 M²

QUEIMADOS NO PARQUE DE ÁGUAS CLARAS, EM 2019

95% dos incêndios florestais começam com ação humana.

Não use fogo para queimar lixo, entulhos ou limpar terrenos. Evite fogueiras. Provocar incêndios florestais é crime.



DENUNCIE: LIGUE 193

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL



Pressa de fazer negócio antes de Master fechar

Diálogos interceptados pela PF mostram: ex-presidente e diretor financeiro do BRB aceleraram transações quando tiveram certeza de que banco de Vercaro quebraria

» RENATO SOUZA

Diálogos obtidos pela Polícia Federal (PF) no âmbito da Operação Compliance Zero mostram que ex-dirigentes do Banco de Brasília (BRB) adiantaram operações financeiras com o Master ao perceberem o risco de liquidação do banco de Daniel Vercaro. As conversas ocorreram entre julho e novembro do ano passado. Nas mensagens, que estavam em arquivos apreendidos durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão e de quebra de sigilo, o ex-presidente do banco distrital, Paulo Henrique Costa, pressiona o então diretor de Finanças e Controladoria Dario Osvaldo Garcia Junior a assinar “tudo que puder” para concretizar as operações antes que o Master quebrasse.

Além dos dois dirigentes, as conversas também envolvem o advogado Fabiano Barbosa, que fazia parte do jurídico externo do BRB. Em um dos diálogos, Paulo Henrique Costa diz: “Dario, precisamos assinar tudo o que pudermos. Acredito que de hoje não passará”. De acordo com a PF, o então diretor de Finanças respondeu: “Vixi Maria”. Em seguida, o ex-presidente determina: “Deixe tudo assinado”.

O teor dos diálogos foram trazidos à tona pela TV Globo e confirmados pelo **Correio**. Os investigadores apontam que houve falhas na tentativa do BRB de comprar o Master. “A compra do Banco Master representou, do início ao fim, um processo profundamente falho, marcado por ausência de governança, documentação irregular, liquidez inexistente e risco regulatório extremo, que acabou expondo o BRB a uma crise institucional sem precedentes”, descreve a PF.

O relatório afirma, ainda, que houve “conduta temerária dos diretores do BRB, que, diante de todas as falhas, atrasos, documentos irregulares e falta de lastros, deram continuidade à operação de compras de carteiras, tendo por muitas vezes que se desdobrarem contabilmente para satisfazer as vontades do Master, bem como Paulo Henrique”. O **Correio** tentou contato com as defesas dos citados, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

Suspeição pode ser arquivada

» ARMANDO HOLANDA

O Conselho Superior do Ministério Público Federal (MPF) tende a rejeitar, amanhã, o pedido para declarar a suspeição do procurador-geral da República, Paulo Gonet, nas investigações relacionadas ao Banco Master. A sessão está marcada para 10h.

A análise ocorre após Gonet ser mencionado em mensagens atribuídas ao ex-banqueiro Daniel Vercaro, controlador do Master. O colegiado foi convocado para decidir se os fatos levantados são suficientes para afastar o procurador-geral da condução dos casos que envolvem a instituição financeira.

Integrantes da Procuradoria-Geral da República (PGR) ouvidos pelo **Correio** avaliam que a tendência é pelo acolhimento dos argumentos apresentados pela defesa de Gonet. Com isso, o procurador-geral deve permanecer à frente das apurações relacionadas ao banco.

Um dos pontos discutidos é a participação de Gonet em um evento patrocinado por Vercaro antes de o empresário passar à condição de investigado. A defesa argumenta que o episódio, assim como os registros fotográficos do

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ante a iminência da liquidação do Master, PHC determinou que BRB fechasse as operações que pudesse

Congelamento de bens

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) decidiu, ontem, em caráter cautelar, determinar a indisponibilidade de bens de ex-integrantes da alta administração do BRB. Os ex-dirigentes terão um prazo de 30 dias para se manifestar. A medida tem por objetivo resguardar eventual ressarcimento aos cofres públicos diante de indícios apontados em apurações relacionadas a operações conduzidas pela instituição financeira.

Além do bloqueio cautelar de bens por prazo de um ano, o TCDF determinou a conversão do processo em Tomada de Contas Especial (TCE), instrumento destinado à apuração de responsabilidades e de possíveis danos ao patrimônio público. A decisão prevê, ainda, uma instrução processual para avaliar eventual extensão do bloqueio de bens a outros agentes envolvidos, caso novos elementos colhidos durante as diligências e inspeções em curso confirmem os indícios apontados no processo.

O TCDF cobrou que o banco encaminhe, em até 24 horas,

relatório de auditoria independente realizada no BRB. Determinou também a audiência do atual diretor-presidente da instituição financeira para que apresente, em até 30 dias, justificativas sobre o descumprimento de determinação anterior do Tribunal relacionada ao envio de informações. A Corte de contas também estabeleceu prazo de 15 dias para que o BRB apresente esclarecimentos e documentação sobre os fatos tratados na representação apresentada pelo Ministério Público de Contas do DF (MPC-DF).

Procurado, o BRB informou que considera positiva a decisão e reforça que a atual gestão “atua de forma diligente na defesa dos interesses da instituição e na recuperação de bens e direitos que entendem serem devidos ao Banco. A medida fortalece o trabalho já em curso de proteção e recuperação do patrimônio público do Distrito Federal”, disse, em nota. “O Banco segue adotando todas as providências cabíveis, em estrita observância à legislação e às determinações judiciais, sempre com responsabilidade, transparência e compromisso com a solidez e a perenidade da instituição”, completou.

R\$ 4,7 bi devolvidos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) atendeu a um pedido do governo federal e determinou o cancelamento de 16 precatórios do setor sucroalcooleiro, com a consequente devolução de R\$ 4,7 bilhões aos cofres da União. A liminar foi proferida terça-feira pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Benedito Gonçalves. Os valores foram depositados em contas judiciais em 2023 após determinação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1).

A Advocacia-Geral da União (AGU) sustenta, porém, que a expedição dos precatórios foi antes do trânsito em julgado dos processos contra a União. Os certificados de reconhecimento da dívida foram suspensos pelo próprio TRF1 neste ano, mas os valores seguiram bloqueados por determinação da presidência da Corte.

Na decisão, Gonçalves ressaltou que não há previsão legal para expedição de precatórios antes da sentença definitiva. “Mais de um ano depois da ordem de cancelamento, esses requisitórios continuam registrados como precatórios bloqueados”, afirmou.

Responsabilidades

As ações que discutem a responsabilidade civil do Estado pelos prejuízos causados ao setor sucroalcooleiro nas décadas de 1980 e 1990 representam um dos maiores riscos judiciais para a União, com impacto de até R\$ 103,4 bilhões para os cofres públicos, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. Na última terça-feira, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) pediu para levar ao plenário uma disputa entre a União e a Raízen sobre o tema. Para o magistrado, é preciso uniformizar o entendimento da Corte.

De acordo com uma tese de repercussão geral aprovada pelo STF em 2020, a usina só pode ser indenizada caso seja comprovado o prejuízo. Mesmo assim, ações continuaram chegando no Supremo. Na visão de Gilmar, os créditos só são devidos se a usina comprovar o prejuízo com prova pericial.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Escudo de Trump mira ponto fraco de Lula e cerca as fronteiras

O beabá da sociologia moderna começa com uma grande provocação de seu criador, Émile Durkheim, sociólogo, antropólogo e filósofo francês, que forma a santíssima trindade dos pensadores clássicos das ciências sociais com Karl Marx e Max Weber. O seu principal mérito foi emancipar a sociologia como disciplina autônoma, elaborando um método científico próprio e diferenciando-a da psicologia e da filosofia. A provocação foi afirmar que o crime é um fato social normal, em *As Regras do Método Sociológico* (Martins Fontes).

Durkheim não pretendia justificá-lo. Ao contrário, assinalava que nenhuma sociedade conhecida havia eliminado as transgressões e que a reação a elas reafirmava as regras coletivas. Para o sociólogo, o “normal” é todo fenômeno recorrente em sociedades de um mesmo tipo e estágio de desenvolvimento. O “patológico” aparece quando esse fenômeno ultrapassa certos limites e compromete a vida coletiva. A fronteira, portanto, não separa sociedades com crime daquelas sem crime, mas sociedades capazes de fazer valer suas regras diante do crime daquelas em que o poder criminoso passa a disputá-las.

É aí que mora o perigo para o governo Lula na escalada de tensões com a Casa Branca. O crime organizado virou uma patologia no Brasil. O Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) já não podem ser compreendidos apenas como quadrilhas dedicadas ao tráfico. Sua força está também no controle de territórios, na circulação internacional de drogas, na lavagem de dinheiro e na capacidade de impor regras à população, sem falar na crescente infiltração no sistema de segurança, na administração pública e no poder local, como já acontece em São Paulo e Rio de Janeiro.

Onde uma facção decide quem pode circular, trabalhar ou abrir um comércio, o problema deixa de ser somente policial. A autoridade do Estado foi substituída, ainda que parcialmente. A dimensão da violência é o indicador que a coisa está fora da ordem. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o país registrou 40.775 mortes violentas intencionais em 2025, mesmo considerando que houve uma queda de 8,2% em relação ao ano anterior. É uma redução relevante, mas significa mais de 110 mortos por dia, mais do que as guerras da Ucrânia, de Gaza e do Iraã.

O indicador também reúne crimes e mortes decorrentes de intervenções policiais. Entretanto, mostra o custo humano de uma ordem pública que continua frágil em vastas áreas do país.

Mas não é verdade que o governo federal esteja parado. Segundo o Ministério da Justiça, ações integradas com as forças estaduais apreenderam 336,4 toneladas de drogas e o prejuízo imposto às organizações criminosas é estimado em R\$ 7,6 bilhões.

O governo lançou o programa Brasil Contra o Crime Organizado e ampliou a cooperação entre órgãos de segurança. A ofensiva contra as finanças das facções inclui investigações sobre sua presença na economia formal. Apreensões e operações demonstram capacidade de reação, mas, isoladamente, não medem quanto poder territorial ou econômico o crime perdeu. A criação do Sistema Único de Segurança Pública, e de um ministério para operá-lo, enfrentou resistência dos governadores de oposição e até hoje não foi aprovado pelo Congresso.

Divisor de águas

O fato é que a segurança pública tornou-se a maior vulnerabilidade da relação entre Brasília e a Casa Branca. A disputa tarifária admite barganhas, exceções e prazos. Entretanto, Donald Trump transformou o combate às organizações criminosas em critério de alinhamento político na América Latina.

Em maio, seu governo classificou PCC e CV como organizações terroristas. Agora, o Escudo das Américas, segundo o texto apresentado, propõe sanções a facções da região e reúne 14 países, sem a participação brasileira, entre os quais Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai e Peru, além do Chile.

Em alguns desses países, a vitória eleitoral de governantes alinhados aos Estados Unidos teve como divisor de águas o endurecimento do combate às organizações criminosas. A criação do Escudo das Américas, por si, não é uma intervenção no Brasil. Ainda assim, oferece a Trump um instrumento de pressão diplomática e um argumento eleitoral de forte apelo, que beneficia todos os candidatos de oposição, em especial Flávio Bolsonaro (PL), aliado da Casa Branca.

Lula tem razão ao afirmar que “o Brasil não cabe no quintal de ninguém”. Ao defender a soberania do Brasil, porém, seria mais convincente se apresentasse resultados verificáveis contra as facções e de cooperação internacional sob regras aceitas pelo país. Washington pode explorar a distância entre as estatísticas de apreensão e a experiência cotidiana de brasileiros submetidos ao domínio criminoso. Essa distância pesa mais eleitoralmente do que as tarifas impostas às exportações brasileiras.

Para complicar a situação, emergiu outra patologia, de natureza institucional. As revelações sobre relações de integrantes do Supremo Tribunal Federal com o banqueiro Daniel Vercaro e a condução do caso Master atingem a confiança na Corte. Contatos ou vínculos divulgados não equivalem, por si, à prova de crime. Porém, exigem esclarecimento, exame de eventuais conflitos de interesse e respeito ao devido processo.

Não são coisas normais, ainda que se tente escamoteá-las. Para Durkheim, a patologia mais grave não é a existência do delito. É a perda da capacidade de controlá-lo e de cobrar responsabilidade de quem exerce o poder.

Brasília-DF



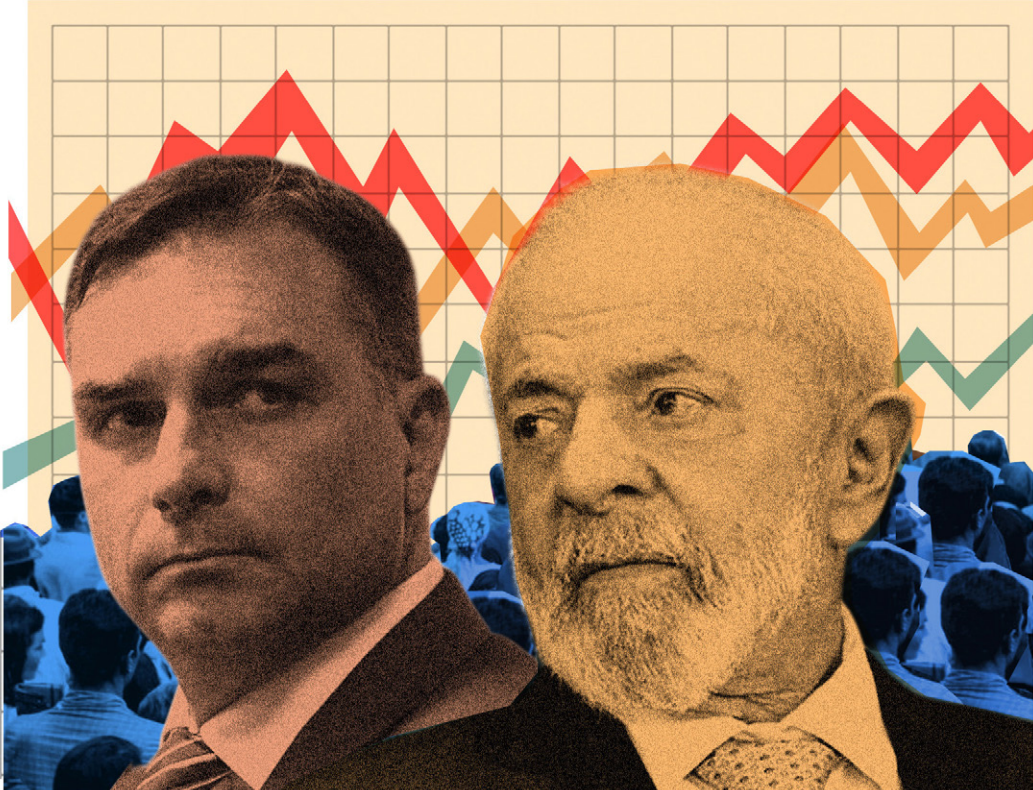
DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O risco do segundo turno

A possibilidade de os estados com o maior número de eleitores na Região Nordeste — Bahia, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Piauí — decidirem o pleito para governador em 4 de outubro, acendeu o alerta no PT. Tudo por causa da perspectiva de crescimento da abstenção no segundo turno, na eleição presidencial, caso haja nova rodada de votação. Mas não é apenas a turma do presidente Lula que tem essa preocupação. O PL de Flávio Bolsonaro também considera necessário ficar de olho, especialmente em São Paulo, onde há risco alto de abstenção, caso a eleição do governo estadual seja decidida no primeiro turno.

» » »

Mobiliza aí/ O PT, assim como o PL, começa a planejar a segunda rodada antes mesmo de terminar a primeira. Ninguém quer perder tempo. No caso do PT, os governadores aliados foram avisados que não é para se desmobilizarem, nem tirar férias em caso de vitória no primeiro turno. Isso deixaria a campanha de Lula enfraquecida.



Mercado quer Flávio

Aliados de Flávio Bolsonaro afirmam que a recuperação dele nas pesquisas de intenção de voto o reaproximaram do mercado. O movimento ficou claro na terceira edição do Qive Conecta, que tratou de reforma tributária e como a política pode influenciar no cenário econômico no próximo ano. A sócia e head de análise política do BTG Pactual, Júnia Gama, analisou a disputa presidencial e afirmou que a vitória do senador significaria um cenário mais positivo para o mercado.

Palavra-chave: ajuste fiscal

“Tem uma questão de expectativa. O mercado espera que, sendo um governo de oposição, a possibilidade de um ajuste fiscal seria maior. Mesmo que Flávio nem anuncie nada logo após uma eventual vitória, já mexeria com expectativas e isso serviria para tirar pressão da curva de juros e câmbio. A gente entraria em um cenário um pouco mais benéfico do ponto de vista de mercado”, afirmou Junia.

Enquanto isso, em Alagoas...

Lula estará hoje em Maceió para um ato com o ex-ministro dos Transportes e candidato ao governo, senador Renan Filho (MDB). Ainda que o candidato João Henrique Caldas (PSDB) tenha avisado que manterá a neutralidade no primeiro turno, seus aliados ingressaram na campanha presidencial. O maior exemplo é o vice-governador Ronaldo Lessa (PDT), que pede votos para JHC e para o petista. Lessa publicou um vídeo nas redes apoiando o ex-prefeito de Maceió e Lula. E o que se diz por lá é que ele não deve ser o único.

CURTIDAS

Nunca antes/ Em 1989, o Distrito Federal foi uma das unidades da Federação onde Lula derrotou Fernando Collor. Agora, aqui quem predomina é Flávio Bolsonaro, conforme mostra a pesquisa **Correio/Opinião**, divulgada hoje. Na estimulada, o filho 01 tem 40% e Lula, 33%. Ambos subiram em relação aos números de agosto, em que Flávio aparecia com 35,4% e Lula, com 29,3%.

A migração do eleitor/ Flávio começa a conquistar os votos dos adversários do seu campo. O fenômeno de agosto, Augusto Cury, caiu de 10,9% para 4,8%. E Ronaldo Caiado (PSD) caiu de 8,3% para 7,1%.

Derrubou, mas voltou/ O vídeo *Grandes igrejas, Master negócios*, apresentado por Fábio Porchat (**foto**), conseguiu a proeza de se tornar a postagem mais “hypada” do YouTube. Ou seja, foi a que gerou mais engajamento, comentários e recomendações em várias plataformas.



Reprodução/YouTube

Inclusive no Instagram — até ser derrubada pela Meta. Mas o engajamento e a corrida dos internautas para o YouTube, onde a publicação conquistou 3 milhões de visualizações em menos de 24 horas, levou a Meta a rever a decisão e permitir o acesso ao conteúdo. O episódio fala das relações e conexões entre a Igreja Lagoinha, em Belo Horizonte — cuja família de André Valadão controla — com Daniel Vrcaro, Fabiano Zettel, Flávio Bolsonaro e Nikolas Ferreira.

Vira-virou/ Em São Paulo, o deputado e ex-secretário de Segurança Pública do estado, Guilherme Derrite (PP), lidera a nova rodada da pesquisa Quæst. Pontuou 16% e as ex-ministras vêm em seguida — Marina Silva (Rede), com 13%, e Simone Tebet (PSB), com 12%.

"Marécio"/ Em Minas Gerais, tem “santinhos de campanha” espalhados por alguns municípios pedindo votos para Marília Campos (PT) e Aécio Neves (PSDB). Na nova rodada da pesquisa Quæst no estado, a ex-prefeita de Contagem lidera com 13% e o deputado, com 10%, empatado com o senador Carlos Viana (PSD) e com o deputado Domingos Sávio (PL). Petistas comentam que Marília não conseguia puxar votos para a Áurea Carolina (PSol). A candidatura de Aécio mudou a lógica de campanha da ex-prefeita para garantir a vaga no Senado. O movimento de uni-los nos materiais partiu de prefeitos.



27 ANOS CONSTRUINDO O QUE PERMANECE

Há 27 anos, a Faenge cresce junto com Brasília e faz parte das histórias que dão vida à cidade. O que construímos até aqui inspira tudo o que ainda vamos construir.

ÁGUAS CLARAS,
NOROESTE E PARK SUL
STUDIO, 1, 2, 3 E 4 QUARTOS
COBERTURAS E LOJAS

SEU IMÓVEL
MERECE SER
UM **FAENGE**

VISITE OS DECORADOS



CENTRAIS DE VENDAS
30202000



SOCIEDADE

Licença igual para mãe biológica e adotiva

Decisão do STF é por unanimidade. Mulheres que criam crianças que não geraram receberão o benefício remunerado por 120 dias, prorrogáveis por mais 60. Terão direito tanto as trabalhadoras da iniciativa privada quanto as servidoras públicas

» RENATO SOUZA

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, ontem, por unanimidade, equiparar os direitos das mães adotivas ao das mães biológicas, em relação à licença maternidade. O tema foi a julgamento no plenário da Corte. Com isso, as mães que criam crianças que não geraram passam a ter direito a licença remunerada de 120 dias, prorrogáveis por mais 60 dias. A tese fixada pela Corte foi apresentada pelo ministro Alexandre de Moraes, que atendeu pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). Os ministros decidiram que as mães, “sejam biológicas ou adotantes, terão direito a licença maternidade de idêntico conteúdo”. O prazo será contado a partir do nono mês de gestação, do parto, da adoção, da obtenção da guarda para fins de adoção ou da alta hospitalar. A decisão vale para trabalhadoras contratadas no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ou servidoras públicas, no regime estatutário — ou seja, que tem o formato de trabalho gerido por estatuto próprio, previsto em lei.

“Entende-se, portanto, ser cabível esta ação direta, que se dirige não somente a afastar a aplicação de disposições normativas que, na atualidade, acabam por configurar um tratamento discriminatório quanto à concessão de licença parental, como também fixar no

plano jurídico-objetivo a tese de que o sistema de proteção parental, há de se submeter a um regime jurídico uniforme, independentemente do vínculo laboral da categoria que dele se beneficie”, argumentou a PGR no processo.

A CLT já previa a igualdade entre mães adotivas e biológicas. No entanto, alguns regimes jurídicos de servidores públicos previam diferenças, com mães adotivas tendo apenas 30 dias de licença caso os filhos tenham mais de um ano. Para o ministro Moraes, essa diferença não tem respaldo constitucional.

“Não há constitucionalidade nem em desfavor da maternidade adotiva nem tampouco uma segunda discriminação em relação à maternidade adotiva, o período de afastamento vai sendo graduado de acordo com a idade da criança adotada”, salientou.

O julgamento teve início na semana passada e Moraes destacou que “se todos são filhos, a mãe é mãe de todos, dos filhos naturais, biológicos, adotivos, então a licença maternidade deve ser igual para todos”. Ao votar, a ministra Cármen Lúcia afirmou que “mãe é uma só”, independentemente de ser adotiva ou biológica.

“Mãe é só uma e todo filho é único para nós. O filho é filho e pronto, e essa designação poderia se constituir da pessoa se sentir distinta também, quando a pessoa contasse pra ela e tudo mais”, observou a ministra.

Rosinei Coutinho/STF



Ao apresentar o voto favorável, a ministra Cármen Lúcia argumentou que “mãe é só uma e todo filho é único para nós. O filho é filho e pronto”

Para perícia, jovem se jogou de prédio

» RAFAELA BOMFIM*

A Perícia Forense do Ceará concluiu que a morte da universitária Isabelle Caracristi, de 22 anos, em 13 de setembro, foi resultado de uma “precipitação voluntária” — ou seja, ela teria se jogado do apartamento em que morava com o namorado, João Munhoz Neto, de 34 anos, que está preso. Conforme afirmou ontem o perito-geral Júlio Torres, imagens das câmeras de monitoramento do condomínio corroboram a

conclusão pericial sobre a queda da jovem do 23º andar do edifício.

Torres explicou que a equipe esteve no condomínio na noite da ocorrência e realizou levantamentos no apartamento e no terraço e da área próxima à piscina, onde o corpo de Isabelle foi encontrado. De acordo com o perito, a primeira providência em uma investigação dessa natureza é verificar o chamado local imediato, ou seja, o ponto relacionado à origem da queda.

O laudo apontou como causa da morte um politraumatismo, com

lesões compatíveis com o impacto contra o solo. A necropsia descartou a possibilidade de gravidez, hipótese levantada por familiares de Isabelle.

João Munhoz Neto foi preso na terça-feira e teve a prisão preventiva mantida pela Justiça. Ele foi transferido ontem para a Unidade Prisional de Triagem e Observação Criminal (UP-TOC), em Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza. A investigação apura a possibilidade de participação de João em crimes como induzir, instigar ou auxiliar o

suicídio, violência psicológica no contexto de violência doméstica e obstrução da Justiça.

“A gente percebeu uma postura não colaborativa do namorado da Isabelle”, disse o delegado-geral da Polícia Civil, Márcio Gutierrez. Os investigadores também analisam celulares e outros dispositivos eletrônicos, além de imagens de câmeras de segurança.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

LUTO NO SERTANEJO

Morte de Rick: retirada caixa preta de helicóptero

A caixa preta do helicóptero em que viajava o cantor Rick, da dupla com Renner, foi recolhida ontem por investigadores da Força Aérea Brasileira. A análise do equipamento permitirá determinar as causas do acidente, mas os peritos trabalham com a possibilidade de que o aparelho tenha sido colhido pelo mau tempo.

Isso porque o Instituto Nacional de Meteorologia emitiu um alerta tanto para Urubici, onde as buscas foram iniciadas, quanto para a área próxima a São Joaquim, onde foi registrado o último sinal da aeronave. Segundo o Inmet, as duas regiões estavam incluídas em um aviso meteorológico de “grande perigo” para tempestades na segunda-feira.

Rick morreu, aos 59 anos, depois de o helicóptero em que estava desaparecer na Serra Catarinense, na tarde de segunda-feira. A aeronave foi localizada 24 horas depois, na região de Urubici, com cinco mortos a bordo. Além do cantor, estavam no voo o empresário Bruno Avelar; o videomaker Paulo Soares; o piloto Antônio Roberto Nóbrega de Araújo; e o copiloto Leopoldo Barros Teixeira. O cantor e o empresário serão sepultados hoje.

Rick será velado em cerimônia somente para família e amigos, no Jardim Cemitério Pax, em Sorocaba (SP). A decisão foi comunicada, ontem, por Geralda Helena, viúva do artista, que explicou a escolha em uma nota publicada nas redes sociais. No comunicado, ela agradece o carinho dos fãs, mas afirmou que o momento agora pertence à família.

“Neste último momento, ali já não estará o Rick. Estará apenas o corpo do nosso Geraldo — nosso marido, nosso pai, nosso avô, nosso amor”, disse a nota, referindo-se ao nome de batismo do artista, Geraldo Antônio de Carvalho.

Geralda e Rick estavam juntos havia mais de quatro décadas. O casal teve dois filhos, Victor Henrique e Mônica, e quatro netos: Maria Helena e Mateus, filhos de Mônica; e Marina e Isabela, filhas de Victor.

Parceiro de Rick, Renner compartilhou no perfil que mantém no Instagram um vídeo do influenciador Pedro Arcafra com uma reflexão sobre a perda. “Nos faz pensar sobre como as coisas são tão incertas. Cinco pessoas que saíram de casa, se despediram dos seus entes queridos, talvez dissessem coisas do tipo, ‘daqui a pouco eu estou de volta, mais tarde eu te ligo, amanhã eu estou aqui de

CBMSC/Divulgação



Bombeiros içam a carcaça do helicóptero em que Rick viajava

novo’. Simplesmente não, não voltaram pra casa”, diz o vídeo.

Localização

Uma mensagem enviada pelo WhatsApp na madrugada de terça-feira permitiu rastrear o celular do piloto e foi fundamental na localização dos destroços do helicóptero. Segundo Hugo Manfrin, do comando aéreo do Corpo de Bombeiros Militar (CBM-SC), parentes tentavam contato sem sucesso com Antônio Roberto desde o desaparecimento da aeronave.

Antes de decolar, o piloto havia

compartilhado a sua localização em tempo real com o sobrinho. Assim que a aeronave sumiu dos radares, o parente enviou novas mensagens que não chegaram ao aparelho de Antônio Roberto.

Para chegar ao local da queda do helicóptero em Santa Bárbara, foi necessária uma caminhada de três horas, conforme informou a tenente-coronel Heloísa Helena Battisti, comandante do 5º Batalhão de Bombeiros Militar do Estado. A aeronave havia desaparecido numa região montanhosa de Urubici, que estava sob alerta para fortes tempestades. Ela partiu de Porto Belo em direção ao município de São Joaquim.

OPERAÇÃO DISCO DE OURO

Alexandre Pires na mira da PF

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

O cantor Alexandre Pires e os empresários Diego Possebon e Matheus Possebon foram alvos mais uma vez da Polícia Federal (PF). Eles foram investigados em dezembro de 2023 pelo suposto envolvimento no esquema de exportação e comercialização ilegal de ouro. A segunda fase da Operação Disco de Ouro, deflagrada ontem, tenta avançar nas investigações sobre uma organização criminosa suspeita de envolvimento em lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e outros crimes transnacionais.

A PF aponta a movimentação e a ocultação de recursos que chegam a US\$ 48 milhões (R\$ 246 milhões). A suposta quadrilha teria usado empresas brasileiras e no exterior, contas de terceiros e operações financeiras internacionais formais e informais para movimentar e esconder o dinheiro. A investigação também apura fraudes na cadeia de comercialização e exportação de minérios. Em 2023, a suspeita da PF era de que uma empresa ligada ao cantor havia recebido cerca de R\$ 1 milhão. Porém, nessa nova fase, o valor chegaria a R\$ 2,5 milhões. Os US\$ 48 milhões fazem parte de toda a movimentação investigada.

A Disco de Ouro foi deflagrada no fim de 2023. A época, foi descoberto um esquema de exploração, comercialização ilegal e exportação fraudulenta de cassiterita, conhecida como



Reprodução Instagram

Cantor integraria grupo que venderia ouro ilegalmente

ouro negro, proveniente da Terra Indígena Yanomami, em Roraima. A investigação foi aberta depois que a PF apreendeu, em janeiro de 2022, quase 30 toneladas de cassiterita extraída ilegalmente na sede de uma das empresas suspeitas. O carregamento seria enviado ao exterior.

A cassiterita é encontrada na forma de rocha bruta. Costuma ser vendida na forma de um pó concentrado, obtido após o processo de mineração, e é útil para a extração de estanho.

Segundo a PF, foram cumpridos 12 mandados de busca e apreensão e 17 ordens judiciais de sequestro de bens e valores.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,86% São Paulo	0,68% Nova York	R\$ 5,168 (+1,28%)	14/setembro 5,169 15/setembro 5,155 16/setembro 5,151 22/setembro 5,108	R\$ 1.621	R\$ 5,884	13,65%	13,65%
	18/9 21/9 22/9 23/9						Abri/2026 0,67 Maio/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32

APOSTAS ESPORTIVAS

Governo estuda proibir bets no Brasil

Assim que desembarcou de Nova Iorque, onde participou da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), presidente Lula discutiu a elaboração de uma medida provisória para banir o jogo on-line do país

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) articulou, ontem, qual será a posição do governo federal sobre as apostas online no Brasil. De volta ao país após participar da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, Lula reuniu-se no Palácio da Alvorada com integrantes da equipe econômica para discutir medidas de restrição ou proibição do setor.

Participaram do encontro o ministro da Fazenda, Dario Durigan, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, e o ministro do Planejamento, Bruno Moretti. A equipe econômica apresentou ao presidente alternativas para o enfrentamento das apostas virtuais. A decisão final, porém, caberá a Lula. Entre os cenários avaliados estão o banimento completo das bets ou uma restrição parcial da atividade.

Na hipótese de proibição total, seriam atingidas tanto as apostas esportivas quanto os cassinos on-line, incluindo plataformas associadas a modalidades como o chamado “Jogo do Tigrinho”. Outra possibilidade em análise é concentrar as medidas nos cassinos virtuais e adotar novas restrições à publicidade relacionada às apostas.

O tema ganhou espaço dentro do Palácio do Planalto em meio à intenção de Lula de definir uma posição antes do primeiro turno das eleições. A medida também deverá integrar a comunicação eleitoral do governo.

No início do mês, Lula declarou publicamente que, caso dependesse de sua vontade pessoal, acabaria com as apostas on-line. Na ocasião, entretanto, ressaltou que, como presidente, precisaria considerar os impactos políticos, econômicos e sociais de uma eventual decisão.

CNBB reforça campanha contra

» RAPHAEL PATI

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) voltou a se posicionar contra a legalização das bets e sites de apostas no país. Em encontro, ontem, com jornalistas na sede da conferência episcopal, as lideranças do grupo destacaram os malefícios da ludopatia para as famílias brasileiras e para a sociedade, em geral. Não é a primeira vez, inclusive, que a CNBB se manifesta oficialmente contra a propagação dessas empresas no Brasil. Desde 2016, antes mesmo dos jogos serem legalizados, a conferência já publicava notas contra a autorização.

O presidente, Dom Jaime Spengler, arcebispo metropolitano de Porto Alegre, afirmou que as estatísticas mostram um cenário de aumento do endividamento e dos casos de depressão com o uso descontrolado das bets. Um estudo elaborado pelo Comitê Nacional de

Joédson Alves/Agência Brasil



Sites de apostas legalizadas seguem determinações pelas quais é possível detectar se o apostador é beneficiário de programas do governo

A expectativa entre auxiliares é de que Lula possa divulgar a medida ainda nesta quarta-feira. Não há confirmação de um anúncio oficial em Brasília, mas o presidente deverá participar à noite de um evento com artistas na Fundação Progresso, no Rio de Janeiro, onde poderá abordar o assunto.

Pesquisa apoia

A discussão ocorre no mesmo dia em que uma pesquisa Atlas/Bloomberg apontou forte apoio dos brasileiros ao fim das apostas online. Segundo o levantamento, 75% dos entrevistados defendem a proibição das bets, enquanto 60%

consideram que a atividade provoca apenas prejuízos à sociedade.

Os dados também mostram um cenário de cobrança sobre o governo federal. Para 36% dos entrevistados, a principal responsabilidade pela disseminação das bets no país é do governo Lula. Outros 25,4% atribuem a responsabilidade ao governo Jair

Bolsonaro, enquanto 16,5% apontam o Congresso Nacional.

Os números colocam o governo diante de uma questão política adicional: além de decidir o alcance das novas medidas, o Planalto precisa lidar com a percepção de parte da população sobre a responsabilidade pela expansão do setor.

O que dizem os candidatos

» LUIZA ALTOÉ

Enquanto o presidente Luiz Inácio Lula da Silva endurece o discurso e promete “acabar” com as bets e com o endividamento gerado pelo vício, o plano de governo do petista, aborda o assunto com mais cautela e promete ampliar profissionais e as estratégias de assistência para aqueles viciados em jogos de apostas. Além disso, ele propõe o monitoramento da evolução do endividamento das famílias e empresas, “mantendo os mecanismos de controle de gastos excessivos em apostas on-line”.

Flávio Bolsonaro, por outro lado, diz ser contra qualquer tipo de aposta e defende que o “Tigrinho” e outros cassinos on-line sejam proibidos. No entanto, o candidato também defendeu a possibilidade de manter apostas esportivas com “alguma forma de controle”. Em seu plano de governo, o bolsonarista sugere proibir o uso dos recursos de programas sociais para apostas. Ele também defende a promoção de campanhas educativas e de conscientização sobre os riscos do endividamento com jogos.

Ronaldo Caiado (PSD) também tem um discurso duro contra as bets e já prometeu que, se eleito, terá uma “mão pesada” contra esses jogos. Ele destina uma parte do plano de governo para ações de combate ao vício em apostas, tratando delas como uma ameaça econômica, social e de saúde pública.

O ex-governador de Goiás aponta para a regulamentação e endurecimento das regras, além da criação de um teto limitando os gastos das famílias com os jogos. Além de defender o combate à publicidade irregular, ele pretende priorizar a atuação da segurança pública e inteligência financeira para bloquear fluxos financeiros, interromper operações clandestinas e punir operadores ilegais.

Apesar de Zema, Renan Santos e Cury não mencionaram no seus planos de governo propostas contra bets, os candidatos têm um discurso contrário a esse tipo de jogo. No caso do ex-governador de Minas Gerais, ele diz que seu primeiro ato será “acabar com as bets” se for eleito. Ele associa o vício aos jogos ao da cocaína e usou em algumas agendas de campanha uma camisa com a frase “chega de bets” escrita.

No mesmo sentido, Renan Santos já prometeu em eventos que as bets “serão destruídas” no seu governo. Augusto Cury, por outro lado, defendeu em entrevista a TV Globo a elevação de impostos para bets, chegando ao patamar de 52%.

Dados da terceira edição do *Boletim Fiscal dos Estados Brasileiros*, elaborado pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) e pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), apontaram que as apostas on-line geraram uma saída líquida de R\$ 62,5 bilhões do orçamento das famílias brasileiras em 2025.

Fiana Tonhá/CNBB



Dom Jaime, presidente da CNBB, disse que é preciso encontrar caminhos para enfrentar o vício

“A paixão do jogo pode tornar-se uma grave servidão. Apostar injustamente ou fazer batota nos jogos constitui matéria grave, a menos que o prejuízo causado seja tão leve que quem o sofre não possa razoavelmente considerá-lo significativo”, aponta o número 2413 do CIC.

Dom Ricardo Hoepers, secretário-geral da CNBB, no entanto, foi ainda mais enfático e disse que os bispos são “totalmente contra” as bets e que ela gera um “comprometimento moral” em todos os níveis. “Há um problema difícil, um problema moral

que existe, há um problema social, há uma crise em torno, não só da situação dessas famílias com o endividamento, mas também na vida espiritual e psicológica de todas essas pessoas”, avalia Hoepers, que também é bispo auxiliar de Brasília.

MERCADO DE TRABALHO

Ocupados são 103 milhões

Segundo aponta IBGE, o Brasil atingiu o recorde de pessoas ocupadas, em 2025, com 59,1% da população ativa

» PEDRO JOSÉ BORGES

A proporção de pessoas ocupadas atingiu 59,1% em 2025, o maior nível da série histórica iniciada em 2012. Segundo o módulo *Características adicionais do mercado de trabalho da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (Pnad) Contínua, divulgado, ontem, o número de pessoas ocupadas chegou a 103 milhões, alta de 1,7% em relação a 2024.

O estudo, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra que a população em idade de trabalhar também cresceu e chegou a 174,1 milhões de pessoas, aumento de 0,8% em comparação com o ano anterior.

O mercado formal também registrou recorde em números absolutos. Em 2025, 38,9 milhões de trabalhadores estavam no mercado formal, o maior contingente já registrado pela pesquisa. Apesar disso, a proporção de trabalhadores formalizados foi de 37,8%, abaixo do maior percentual da série, registrado em 2014, quando chegou a 40,2%.

O módulo Características Adicionais do Mercado de Trabalho é um suplemento anual que investiga aspectos estruturais e profundos da força de trabalho no Brasil. Diferente das pesquisas mensais e trimestrais, que medem as taxas de desemprego e ocupação, este estudo foca nas características qualitativas e de formalização, recolhendo dados sobre Associação a sindicatos, registro no CNPJ entre trabalhadores autônomos e empregadores, participação em cooperativas e local de trabalho.

Para Cesar Bergo, professor de economia da Universidade de Brasília (UnB), o aumento da ocupação indica um cenário positivo para a atividade econômica, especialmente em setores com maior intensidade no uso de mão de obra, como serviços e comércio. O economista, porém, afirma que é necessário avaliar a qualidade e a sustentabilidade do crescimento.

Segundo Bergo, o levantamento também aponta mudanças na composição do mercado de trabalho, com maior inclusão das mulheres e aumento da escolaridade entre os trabalhadores. “A redução da desigualdade foi em função de maior inclusão das mulheres e o

Uber/Divulgação



O número de pessoas que trabalham por conta própria favoreceu as estatísticas, chegadno a 27% dos trabalhadores

aumento da escolaridade, observando-se também trabalhadores com curso superior. Então, toda essa atividade, não tenha dúvida de que foi puxada mesmo pelos setores de serviço e comércio, o que acaba de alguma forma também melhorando a massa salarial”, diz.

Uberização

Apesar do recorde na ocupação, chama atenção o peso do trabalho por conta própria no resultado. Segundo William Kratochwill, analista da pesquisa, os trabalhadores por conta própria chegaram ao recorde de mais de 27% do total de trabalhadores. “Quando observamos os trabalhadores por conta própria ou os empregadores, dado seu nível de de instrução e o seu registro em CNPJ, percebe-se claramente um aumento da formalização juntamente com o aumento da escolaridade desses trabalhadores”.

O economista Bergo alerta que, embora o crescimento de

trabalhadores autônomos contribui para o aumento do número total de ocupados, também reduz a proteção social disponível para parte dos trabalhadores. “Esse saldo positivo se apoia no crescimento de trabalhadores sobretudo autônomos, o que denota um mercado flexível. Por outro lado, é preocupante em função de uma menor proteção social, pois esses trabalhadores não têm cobertura de seguro-desemprego, FGTS, etc., o que torna a renda familiar mais exposta a eventuais problemas nas atividades econômicas”, afirma.

Para Bergo, os custos associados à contratação formal podem ajudar a esclarecer a preferência de empresas pela contratação direta de trabalhadores autônomos. Nesse cenário, o crescimento do número de ocupados produz efeitos positivos sobre a atividade econômica, mas mantém desafios relacionados à proteção social. “O que pode explicar a falta de formalização é o custo de manter um trabalhador

e os encargos trabalhistas, fazendo com que o empresário prefira a contratação direta de autônomos. Isso faz com que esses números se mostrem positivos para a economia, mas, do outro lado, existe esse risco em relação à questão social”, afirma.

A taxa de sindicalização permaneceu praticamente estável em 2025. O percentual de trabalhadores associados a sindicatos foi de 8,8%, equivalente a 9,1 milhões de pessoas, ante 8,9% e também 9,1 milhões em 2024. A estabilidade interrompe um período de queda na taxa de sindicalização. Em 2024, a entrada de 812 mil novos associados havia interrompido a sequência de retração observada desde 2014.

Entre as regiões, o Sul apresentou a maior taxa de sindicalização em 2025, com 9,7%, seguido pelo Nordeste, com 9,2%, Sudeste, com 8,8%, Centro-Oeste, com 8,0%, e Norte, com 7,0%. A diferença entre homens e mulheres

foi pequena no resultado nacional. Entre os homens ocupados, 8,9% eram sindicalizados, enquanto entre as mulheres a taxa foi de 8,7%. O Nordeste foi a única região em que a taxa de sindicalização feminina, de 9,6%, superou a masculina, de 8,9%.

Nas demais regiões, a taxa masculina ficou acima da feminina. No Norte, os percentuais foram de 7,5% entre os homens e 6,4% entre as mulheres. No Sudeste, de 9% e 8,6%, respectivamente. No Sul, de 9,9% e 9,4%, e no Centro-Oeste, de 8,4% e 7,4%.

Entre 2024 e 2025, a taxa de sindicalização permaneceu estável em todos os grupos de atividade econômica. Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura registraram o maior percentual de trabalhadores sindicalizados, com 14,7%. Na sequência aparecem administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, com 14,6%, e indústria geral, com 11,4%.

PODCAST DO CORREIO

"Apenas o diploma não é suficiente"

» BEATRIZ VASCONCELOS*

O advogado Cristiano Pinto Ferreira, fundador da Casa do Advogado em Brasília, defendeu o marketing digital e o uso da inteligência artificial na profissão. Durante entrevista ao *Podcast do Correio*, ele ressaltou a importância da formação teórica do direito, mas argumentou que habilidades extras, como o domínio de novas ferramentas e tecnologias são importantes para alavancar os profissionais que precisam ir além do ensino tradicional.

“Nós entendemos que a advocacia é uma profissão das mais nobres que tem, mas apenas o diploma da faculdade, apenas o conhecimento técnico do direito, não é mais suficiente para que o advogado tenha prosperidade no atual mercado”, disse Cristiano aos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza.

Cristiano defendeu o uso da inteligência artificial como um “segundo cérebro” e assistente do advogado. Ele criticou os profissionais que rejeitam usar a IA como um auxílio. “Não tem como, hoje, um profissional sobreviver, ter prosperidade se ele não usar as ferramentas”, afirmou.

Apesar disso, o especialista alertou sobre o uso excessivo da inteligência artificial na rotina dos advogados. Segundo ele, protocolar

respostas diretas da IA sem análises ou checagem pode gerar problemas no futuro da advocacia. “Infelizmente tem advogados aí que vão pegar o resultado da IA e vão simplesmente protocolar e aí desastres serão incalculáveis daqui pra frente”, pontuou.

Posicionamento digital

Cristiano explicou como começou a introduzir o marketing digital no seu escritório e destacou que foi um dos pioneiros na prática. Ele contou que no início utilizou o Google Ads para atrair novos clientes e que, após o sucesso, passou a compartilhar com outros advogados formas de se posicionar digitalmente no ramo do direito. Ele conta que foi questionado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre as normas que falavam sobre a exposição de advogados nos meios digitais. Na época não existia no regimento, regras relacionadas ao marketing digital na advocacia, sem especificar se podia ou não realizar tais práticas. “Então, tinha uma lacuna ali [no regimento] e eu interpretei a lacuna para o meu lado, lógico, como um bom advogado”, disse.

Cristiano explicou que compreende a resistência inicial da OAB em se adaptar às tendências, por se tratar de uma entidade secular e contou que atualmente, a OAB está se adaptando a novas tendências.

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Para Cristiano, a nova advocacia exige conhecimento técnicos e gestão empresarial

“Se eu fosse a um evento da OAB falar em departamento comercial no escritório de advocacia há cinco anos, eu sairia de lá preso. Hoje em dia é comum”, relata.

“A mesma advocacia que nós viemos dialogando ao longo dos anos, hoje me convida com muita honra — e eu vou com muito respeito e prazer — para falar desses devaneios, de tecnologia, departamento comercial, marketing, gestão, tecnologia”, completa.

Nova advocacia

Sobre o futuro da profissão, Cristiano mencionou a construção de uma “nova advocacia”. “Eu acredito que a velha e tradicional advocacia, que a

ideia de que a advocacia é meramente técnica, formou uma leva. Todos nós viemos de lá. Mas tem aqui uma nova advocacia, que é a soma da técnica mais nova. Na nova advocacia, o cara é tecnicamente bom, mas o cara entende de negócios, o cara entende de gestão, o cara entende, minimamente, como tocar uma empresa”, defendeu.

Ele contou que já fez parte do meio acadêmico, mas foi convidado a se retirar de uma instituição tradicional ao tentar introduzir temas como posicionamento de mercado e carreira nas aulas de Direito. Como alternativa, Ferreira anunciou a criação de uma nova faculdade de direito e negócios em São Paulo e Brasília. O objetivo é garantir que o aluno tenha um domínio técnico rigoroso

do direito, mas associado também a competências práticas de mercado.

“Temos que ser bons no direito. Depois, a gente precisa ter novas habilidades. Então na nossa faculdade, vamos trabalhar para formar excelentes advogados, brilhantes técnicos, mas que esses advogados tenham novas habilidades”, explicou.

O advogado detalhou que a instituição manterá disciplinas tradicionais, como processo civil e processo penal, mas combinadas com aulas de vendas, tecnologia e gestão. “Porque, se não se adaptarem, hoje as faculdades tradicionais são verdadeiros Titans”, afirmou.

*Estagiária sob supervisão de Edla Lula

FISCALIZAÇÃO

Michael Wensch/Domínio Público



Transferências a partir de US\$ 10 mil serão comunicadas

BC endurece regras para Criptomoedas

O Banco Central (BC) ampliou as regras de controle sobre operações com ativos virtuais. O órgão determinou que transferências de criptomoedas de valor igual ou superior a US\$ 10 mil, feitas de ou para carteiras autocustodiadas, sejam comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

As novas regras entram em vigor em 1º de outubro de 2026 e também estabelecem novas exigências para empresas que atuem no mercado de ativos virtuais. A medida faz parte do conjunto de mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Operações de câmbio em espécie de valor igual ou superior a US\$ 10 mil também terão comunicação automática. A medida amplia o conjunto de operações acompanhadas pelas autoridades e reforça os mecanismos de controle sobre movimentações consideradas relevantes para a prevenção de crimes financeiros.

Com as mudanças, o BC busca ampliar a quantidade e a qualidade das informações disponíveis sobre o mercado de ativos virtuais. A intenção é reforçar a supervisão, aumentar a transparência e reduzir riscos associados a operações nas quais há menor disponibilidade de dados sobre os participantes.

Além disso, empresas do setor passarão a fornecer novas informações para a supervisão do BC. Prestadoras de serviços de ativos virtuais (PSAVs) em funcionamento deverão formalizar o pedido de autorização junto ao BC até essa mesma data.

As carteiras autocustodiadas são aquelas em que o próprio usuário mantém o controle dos ativos e das chaves privadas. Diferentemente de uma conta mantida em uma corretora ou outra instituição, não há necessariamente um intermediário responsável pela custódia dos recursos.

Por isso, esse tipo de operação pode oferecer menos informações disponíveis para o acompanhamento das autoridades. A exigência de comunicação busca ampliar a transparência e permitir maior monitoramento das movimentações.

Um exemplo é uma transferência acima de US\$ 10 mil entre uma PSAV e uma carteira diretamente controlada pelo cliente. Nesse caso, a operação estará sujeita à comunicação prevista nas novas regras.

Papel do Coaf

O Coaf recebe, analisa e encaminha informações sobre operações que possam apresentar indícios de irregularidades financeiras.

A comunicação de uma transação ao órgão não significa que a operação seja ilegal. O objetivo é permitir que as autoridades tenham informações para identificar padrões e situações que possam exigir análise.

O limite de US\$ 10 mil é um valor de comunicação obrigatória, sem representar proibição ou limite para movimentações com criptomoedas.

Algumas obrigações específicas relacionadas ao envio de dados entrarão em vigor em 1º de janeiro de 2027. (Agência Brasil)



DIPLOMACIA

Tapete vermelho e metas modestas

Donald Trump recebe com pompa a visita do presidente chinês, Xi Jinping, a primeira em uma década. Mas o terceiro encontro bilateral no intervalo de um ano tem expectativas moderadas, concentradas nas disputas comerciais

» SILVIO QUEIROZ

A presença de Donald Trump e da primeira-dama, Melania, na pista da base aérea de Andrews, em Washington, dá uma medida razoavelmente clara da importância que a Casa Branca dá à visita de Estado do presidente da China. Xi Jinping desembarcou na noite de ontem com a primeira-dama, Peng Lyuan, e cumprirá até amanhã uma agenda que vai além da reunião bilateral marcada para hoje, seguida de jantar de gala na mansão presidencial.

O casal visitante será ciceroneado por museus e outras atrações turísticas e culturais. Mas, na interação entre os líderes, a pompa cerimonial dará lugar ao pragmatismo: sem a expectativa de acordos significativos em temas como a inteligência artificial, ou sobre o conflito no Oriente Médio, os diplomatas das duas partes se concentraram em prorrogar a trégua firmada em outubro passado, na Coreia, para a guerra das tarifas comerciais. Já em seguida ao desembarque, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, anunciou a decisão de estender a vigência até janeiro.

“Receber na base de Andrews com tapete vermelho não é honra para um aliado qualquer, que dirá para um adversário, como o presidente da China”, comentou o estudioso de assuntos asiáticos David Sacks, do Conselho de Relações Exteriores (CFR), uma espécie de “laboratório político” do Departamento de Estado. “É algo realmente espantoso, sem precedentes”, observou.

Interesse compartilhado

A ênfase na pompa espelha a recepção oferecida a Trump em maio, em Pequim, onde foi brindado com o raro privilégio de visitar o reservado complexo onde moram os altos dirigentes do Partido Comunista. A primeira visita de Xi à capital dos EUA desde 2015 marca, também, o terceiro encontro entre os dois no intervalo de um ano — outra indicação do interesse compartilhado em cultivar as relações, a despeito das divergências.

Em um briefing virtual promovido para a imprensa pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), sediado em Washington, o especialista em assuntos econômicos chineses Scott Kennedy apontou as expectativas limitadas de ambos os lados como uma construção destinada a fazer do encontro um sucesso, ainda que sem resultados de grande impacto. “Os chineses gostariam de estender a trégua comercial até o fim do mandato de Trump, mas a Casa Branca preferia apenas mais alguns meses, para manter a pressão.”

De um e outro lado, Kennedy identifica um cálculo político. “Com as eleições

Brendan Smialowski/AFP



Trump e Xi com as primeiras-damas, ao pé do avião oficial chinês, na base aérea de Andrews: recepção de gala e agenda movimentada na capital dos EUA



Receber na base de Andrews com tapete vermelho não é honra para um aliado qualquer, que dirá para um adversário, como o presidente da China"

David Sacks, especialista em Ásia no Conselho de Relações Exteriores



Com as eleições legislativas de novembro no horizonte, não é do interesse de Trump provocar uma crise com Pequim bem agora"

Scott Kennedy, estudioso de economia chinesa no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais

legislativas de novembro no horizonte, não é do interesse do governo Trump provocar uma crise com Pequim bem agora”, observa. Xi, por sua vez, se encaminha para consagrar mais um mandato à frente do Partido Comunista no congresso marcado para daqui a um ano. “Como para Trump, seu futuro político se assenta em manter um ambiente externo estável, o que implica manter as coisas em calma com os EUA.”

Inteligência artificial

A disputa no terreno da alta tecnologia é outro terreno no qual os estudiosos veem potencial para algum tipo de anúncio, ainda que de alcance limitado. “A polêmica recente sobre uma possível desaceleração coordenada no desenvolvimento da inteligência artificial é apenas a parte mais visível de uma disputa muito maior”, disse ao **Correio** Gunther Rudzit, professor

de relações internacionais da ESPM. “Para Washington, estão em jogo a segurança da IA, semicondutores avançados e o acesso chinês à capacidade computacional americana”, explica. “Para Pequim, controles de exportação e restrições tecnológicas são vistos como instrumentos para limitar sua ascensão tecnológica.”

Rudzit aponta “um paradoxo interessante”, capaz de abrir caminho para algum avanço de interesse comum, ao menos

como resultado palpável da cúpula. “EUA e China competem para avançar mais rapidamente na IA. Mas, justamente porque a tecnologia avança rapidamente, também precisam discutir mecanismos para impedir que essa competição produza acidentes ou escaladas, especialmente no campo militar”, pondera. “Portanto, é possível haver algum diálogo sobre salvaguardas, mesmo sem qualquer acordo para frear a competição tecnológica.”

NA ONU

Presidente diz que Irã não se curvará

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian, não se intimidou diante das novas ameaças de Donald Trump e adotou um tom desafiador, ontem, ao discursar no plenário da Assembleia das Nações Unidas, em Nova York. Na primeira fala pública desde que Washington e Israel lançaram uma guerra total contra seu país, no fim de fevereiro, ele assegurou que a nação persa não se curvará diante das intimidações da Casa Branca.

Exibindo uma foto do aiatolá Ali Khamenei, Pezeshkian acusou os Estados Unidos de “terrorismo” pelo assassinato, no dia do primeiro grande ataque, do então líder supremo iraniano. Khamenei foi substituído pelo segundo filho mais velho, Mojtaba, que assumiu o cargo em 8 de março de 2026 após a morte de seu pai, o aiatolá Ali Khamenei.

“(O presidente dos EUA, Donald Trump) deve saber que a resiliência do povo iraniano só aumentará diante das avaliações, da

pressão crescente e da intimidação cada vez maior. Nunca baixaremos a cabeça ou nos ajoelharemos”, declarou.

Na véspera, Trump declarou, do mesmo púlpito, que estava disponível a opção de “aniquilar” o Irã. Em seguida, elogiou a retomada dos diálogos entre Teerã e Washington.

Pezeshkian declarou ainda que seu governo não permitirá que o Estreito de Ormuz seja usado para realizar agressões contra o território iraniano. Apesar da alta voltagem, os discursos dos dois presidentes não comprometem as reuniões à margem da assembleia da ONU para encerrar o conflito.

“Não podemos permitir que alguns tenham acesso livre e defendam seus interesses através desta via de navegação, enquanto que, ao mesmo tempo, usam essa via para nos importar sua agressão”, disse o presidente iraniano.

A presença de Pezeshkian na cúpula

diplomática da ONU, no coração de Manhattan, estava em dúvida, pois não estava claro se os Estados Unidos lhe deram um visto. Por fim, Washington concedeu-lhe a permissão, mas negou a vários membros da sua delegação.

Voos cancelados

Ontem, companhias aéreas iranianas foram obrigadas a cancelar alguns de seus voos internacionais, após os Estados Unidos suportarem as avaliações contra o setor de aviação do Irã.

Um agente de viagens em Teerã disse à agência de notícias France Presse (AFP) que os voos para Bagdá, Mascate, Catar, Geórgia e Azerbaijão haviam sido suspensos, embora as rotas para outros destinos, incluindo a China, permanecessem disponíveis.

Como parte da campanha de pressão econômica contra o Irã, o secretário norte-americano do Tesouro, Scott Bessent, anunciou na segunda-feira que, a partir de ontem, as companhias aéreas iranianas estariam proibidas de voar para o exterior.

Nesse cenário, se um voo iraniano embarcar em outro país, as companhias estrangeiras ficarão proibidas de reabastecê-lo,

AFP



Pezeshkian exhibe foto do aiatolá Ali Khamenei, morto na ofensiva norte-americana

prestar serviços operacionais ou vender passagens para essa companhia aérea. Washington alertou que as empresas que violarem essas determinações serão listadas no sistema financeiro norte-americano.

O chefe do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, Mohsen Rezaei,

avisou os vizinhos para que não cooperem com essas avaliações. “Se um país cooperar com os Estados Unidos ou embarcar em aventuras ao lado deles, seus aeroportos não poderão mais operar voos com destino ao Irã”, declarou Rezaei, em entrevista à televisão estatal.

VISÃO DO CORREIO

A tentação da hegemonia bipolar

Encontro de hoje entre Donald Trump e Xi Jinping tem tudo para fazer sombra aos debates na Assembleia Geral das Nações Unidas, que têm sua relevância, mas esmaecem diante do interesse pelas relações bilaterais entre as duas grandes potências econômicas do planeta, partes essenciais de qualquer projeto que pretenda ter alcance global. Uma ideia que vale para questões que se estendem desde contenciosos comerciais até a guerra no Oriente Médio, passando pela crise climática e pelos desafios da inteligência artificial.

Quem quer que acompanhe a agenda internacional compreende que a interação entre Estados Unidos e China tornou-se o elemento central. A interrogação, a incógnita a ser decifrada, é quanto ao rumo que essa relação tomará. Em certa medida, a equação se assemelha à que definiu a geopolítica por quatro décadas do pós-Segunda Guerra (1939-1945), o período conhecido como Guerra Fria. Ali, regeu o mundo uma ordem política chamada de bipolar: duas superpotências, EUA e União Soviética, compartilhavam as decisões últimas sobre guerra e paz.

Afora momentos críticos, como a “crise dos mísseis” em Cuba, em 1962, prevaleceu o espírito de uma espécie de “condomínio” sobre os assuntos do mundo, dividido, ainda que informalmente, em “esferas de influência” que foram, basicamente, respeitadas de parte a parte. Não é difícil encontrar semelhanças com o equilíbrio que Washington e Pequim parecem determinados a manter, hoje, a despeito da guerra comercial e das disputas em torno da liderança na corrida tecnológica ligada à transição para a economia pós-carbono.

É nas semelhanças com a ordem mundial bipolar da Guerra Fria que deveriam repousar a atenção e as preocupações dos demais 191 países que integram a

comunidade internacional formal, consubstanciada na ONU. O senso pragmático de acomodação exibido de parte a parte, nos pontos críticos do panorama presente, serve de conforto, em alguma medida. Mas, igualmente, alimenta receios justificados de que esteja em esboço uma espécie de refilmagem do enredo encenado entre 1945 e 1991 — o ano em que a URSS deixou de existir, e que o caminho parecia aplainado para a hegemonia unipolar dos EUA.

As palavras de Donald Trump, na sede da ONU, traem uma ambição persistente pela supremacia. Os fatos, porém, sugerem algo diferente. É o que se expressa na aquiescência de Xi para com a política agressiva da Casa Branca na América Latina, onde a China é hoje o maior parceiro comercial da esmagadora maioria dos países.

Aceitando, na prática, a asfixia de Cuba e a transformação da Venezuela em um quase protetorado dos EUA, Pequim sinaliza a aceitação de uma redivisão do mundo em esferas de influência, como no pós-Segunda Guerra. Algo semelhante se desenha na guerra movida por Washington contra o Irã, ou mesmo na ofensiva de Israel contra a Palestina.

Pela perspectiva da política externa brasileira, o restabelecimento de algum tipo de hegemonia bipolar, agora compartilhada entre Washington e Pequim, significa estar confinado, novamente, à esfera de influência estadunidense. O “quintal”, rejeitado pelo presidente Lula em seu discurso na Assembleia Geral. Assegurar um lugar próprio em uma nova ordem multipolar, que ensaia brotar em condições desafiadoras, exigirá dos próximos titulares do Planalto e do Itamaraty atenção máxima e inteligência pragmática para distinguir, a cada momento, os passos a serem dados em terreno minado e pantanoso.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Sinais da violência

Com o Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças — 23 de setembro —, a Fundação Abrinq chamou a atenção em seu site para a campanha Pode Ser Abuso, na qual lista os sinais emitidos por meninas e meninos que estão sofrendo violência sexual — seja abuso, seja exploração.

Nem sempre as vítimas dessas agressões conseguem pedir socorro diretamente, porque estão traumatizadas, sentem culpa ou vergonha ou por serem ameaçadas pelos algozes — na imensa maioria dos casos, o crime é cometido por familiares, parentes ou amigos, ou seja, pessoas da confiança delas. A depender da idade, inclusive, meninas e meninos não têm noção de que estão sendo submetidos a uma violência.

Mas os indícios aparecem no comportamento deles, como ressalta a entidade: tristeza persistente; choro frequente ou apatia; pesadelos recorrentes; insônia ou sono excessivo; medo de ficar sozinho ou de permanecer com determinadas pessoas; infecções urinárias ou genitais sem causa identificada.

Outros sinais são dificuldades de concentração, queda no desempenho escolar, perda de interesse por brincadeiras e atividades, alterações no sono e na alimentação, medo de determinados lugares ou pessoas e manifestações incomuns relacionadas à sexualidade.

Conforme a orientação, “é importante não transformar um sinal isolado em conclusão”. “Uma mudança de

comportamento pode ter diferentes causas.” Porém, se existe uma suspeita, a primeira providência é proteger a vítima e evitar que a situação se agrave.

Caso a criança ou o adolescente conte estar sofrendo a violência, é preciso ouvir, sem pressionar por detalhes. “A escuta especializada e o depoimento especial devem ser realizados por profissionais capacitados, conforme estabelece a legislação brasileira”, explica a fundação.

Há aqui outro ponto importantíssimo que destaco em casos graves assim: quando meninas e meninos denunciam o crime, é preciso apoiá-los, fazer com que se sintam seguros, lembrá-los de que não são culpados pela violência que sofreram. Desacreditá-los é revitimizá-los.

Ante a identificação ou a suspeita do crime, não se deve confrontar o agressor — alerta a entidade. Isso pode colocar em risco a vítima e prejudicar a futura investigação. A atitude correta é denunciar ao Disque 100, em um conselho tutelar ou à polícia. “Qualquer pessoa pode denunciar uma suspeita de violência sexual contra criança ou adolescente. Não é necessário ter certeza sobre o que aconteceu para comunicar uma situação que gere preocupação”, enfatiza.

Meninas e meninos dependem de nós — Estado, sociedade e família — para socorrê-los. Quem souber ou suspeitar da violência tem a obrigação de denunciar. Não se trata de “opção”, trata-se de dever. Se omitir é ser conivente com a barbárie.



Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredit.df@dabr.com.br. O Correio reserva-se o direito de resumir os textos enviados.

Proibição das bets 1

Assim como o vício em álcool e em outras drogas, as bets aniquilam a vida financeira dos brasileiros e, indiretamente, prejudicam o desenvolvimento do país. A pessoa deixa de ir à padaria, ao mercado, ao açougue, à loja de calçados, roupas e eletrodomésticos porque o dinheiro dela ficou todo retido no vício. Em benefício de uma minoria gananciosa, as bets são uma tragédia para a maioria.

» **Walmir Guimarães**
Brasília

Proibição das bets 2

Proibir as bets vai fazer o apostador largar de vez ou migrar para a plataforma ilegal, em que não tem nenhum amparo jurídico à disposição dele? É uma linha tênue. Permanecer com as bets e robustecer ainda mais a legislação correlata (que já é boa) pode ser uma forma de permitir que o apostador dependente busque a devolução dos valores na Justiça. Se tirarmos as bets, tiramos, ao mesmo tempo, a legislação que protege e que permite responsabilizar as casas de apostas. É complicado.

» **João Paulo Ribeiro**
Brasília

Armas em punho

Ver candidatos exibindo armas em campanhas eleitorais não é apenas alarmante, é uma violação explícita da legislação. O artigo 243 do Código Eleitoral proíbe expressamente propagandas que incitem violência, atentados contra pessoas ou bens e a animosidade entre Forças Armadas e a sociedade civil. A propaganda política não pode servir como palanque para incitar o confronto. Em um país onde não há pena de morte, promover esse tipo de discurso significa instigar abusos por parte das forças policiais, ferindo os pilares do Estado Democrático de Direito.

» **Gilberto Pereira Tiriba**
Embaré (SP)

Campanha X cobrança

As movimentações de candidatos vão intensas, e com cenas até criativas nas propostas no DF e no Brasil afora, vão em cenas de danças e imagens de muita descontração pelas ruas, alamedas e praças. É, sim, tempo às conveniências e aos melhores ângulos — nos discursos convincentes — para os candidatos irem ao encontro das simpatias dos eleitores. No entanto, é, também, temporada para os votantes ficarem atentos às mirabolantes propostas, para, depois, irem se organizando para cobrar dos políticos eleitos suas ações/desenvolturas durante o mandato público no Executivo e Legislativo. Muitos políticos, ao se elegerem, acham que já fizeram seus altos investimentos na campanha e vão ficando à vontade em seus mandatos.

» **Antônio Carlos Sampaio Machado**
Águas Claras

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || 3214-1157

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Vaga para o Senado: do jeito que a banda anda tocando, esse voto vale mais do que o para a Presidência. Mais dinheiro e menos cobrança. Quem não quer?

Pedro Mendes — Asa Norte

Eleições 2026: tem empresário achando que assédio eleitoral aos funcionários é liberdade de expressão!

Yuri de Farias — Rio de Janeiro

Pense em um esquema bom para lavar dinheiro. Aposto tudo. Perdendo ou ganhando a banca sempre leva. Se brincar, boa parte do Master foi lavado em bets.

David de Oliveira — Brasília

A crise no STF continua. Ministro, a meta do mês foi batida com sucesso! Pode comemorar!

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Alonso diz que carros híbridos estão acabando com a pilotagem clássica na Fórmula 1. Nem F1 existe mais! O que tem são carros teleguiados por engenheiros e mecânicos. Corrida de verdade era no tempo de Senna, Piquet...

Sérgio Sampaio — Brasília

Hipocrisia instalada

É preciso tolerância dobrada para ler, ouvir e conviver com a oceânica hipocrisia instalada no Brasil. O oportunismo político tomou conta do cotidiano. Candidatos encham a boca para exigir impeachment de fulano e beltrano. Venais de todos os coturnos berram e vociferam para falar em decência e patriotismo. Não conhecem essas virtudes nem de vista. Seria excelente e confortável se os arranca-rabos entre ministros acabassem com a fome. Que os arroubos de empavonados candidatos a cargos eletivos baixassem o preço do feijão, da carne e da gasolina. Perto dos 82 anos, meus olhos, minha alma e retina conheceram crises verdadeiras. As instituições não racharam, permaneceram em pé. Raros são os argumentos sensatos sobre a crise na Suprema Corte. Quem mais lucra com as denúncias e acusações é um ex-banqueiro ladrão, envolvente e corrupto. Preso, vazando áudios e documentos, acredita que, estimulando brigalhadas entre ministros, acabará em liberdade. Permanecerá preso. Ministros do STF se agridem, se acusam, mas nada mudará no quartel de Abrantes. A confraria da Suprema Corte juntará os cascos das bofetadas e sobreviverá a mais essa tempestade.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*	
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM	
			R\$ 1.187,88	
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES	
			(promocional)	
Assine				
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp				
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.				
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.				
Anuncie				
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp				
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp				

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: http://www.correioweb.com.br
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS D.A

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 /1582/1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A reforma ausente da eleição



» RICARDO DE OLIVEIRA
Engenheiro de produção, membro associado do observatório da qualidade do gasto público do Insuper e autor de livros sobre gestão pública

À medida que a disputa presidencial ganha intensidade, multiplicam-se as propostas para enfrentar os principais desafios nacionais. Crescimento econômico, redução da pobreza e das desigualdades, segurança pública, educação, saúde, reindustrialização, transformação digital e transição energética ocupam, em diferentes combinações, os programas e discursos dos candidatos. Há, entretanto, uma questão crucial para transformar as promessas em resultados e que permanece ausente do debate eleitoral: a capacidade da administração pública de executá-las. E esse é um dos imbróglios do Estado brasileiro.

Independentemente das diferenças entre os projetos políticos em disputa, o próximo governo dependerá de um Estado capaz de transformar prioridades em políticas públicas, decisões em ações e recursos em resultados. A qualidade da gestão pública, portanto, não constitui um tema acessório ou meramente administrativo. Ela condiciona, em grande medida, a possibilidade de qualquer governo cumprir os compromissos assumidos perante a sociedade.

Ainda assim, até o momento, nenhum dos candidatos apresentou de forma suficientemente consistente como pretende enfrentar os problemas estruturais que limitam a capacidade de execução do

Estado brasileiro. Pouco se discute sobre a modernização da administração pública que deverá, afinal, viabilizar os próprios programas de governo. O debate permanece, muitas vezes, reduzido a soluções simplistas que desconsideram a influência dos fatores políticos, institucionais, administrativos e de controle sobre a capacidade do Estado de produzir resultados.

Esse, talvez, seja um dos principais paradoxos da atual disputa eleitoral: discute-se o que o Estado deve fazer, mas não como ampliar sua capacidade de fazê-lo.

Uma reforma administrativa bem concebida pode ampliar a qualidade do gasto e fortalecer a capacidade do Estado de cumprir sua função social com o menor custo possível. Seu principal beneficiário, por óbvio, é o cidadão, que deve receber serviços públicos melhores e mais eficientes. Mas há também uma dimensão política frequentemente negligenciada pelos aspirantes ao Executivo. Governos com maior capacidade de execução têm melhores condições de transformar compromissos eleitorais em resultados concretos e, dessa forma, fortalecer a própria legitimidade perante a população.

Isso reforça uma peculiaridade. Se uma administração pública mais eficiente beneficia simultaneamente cidadãos e governos, por que a reforma continua encontrando tantas dificuldades para se consolidar como prioridade da agenda nacional?

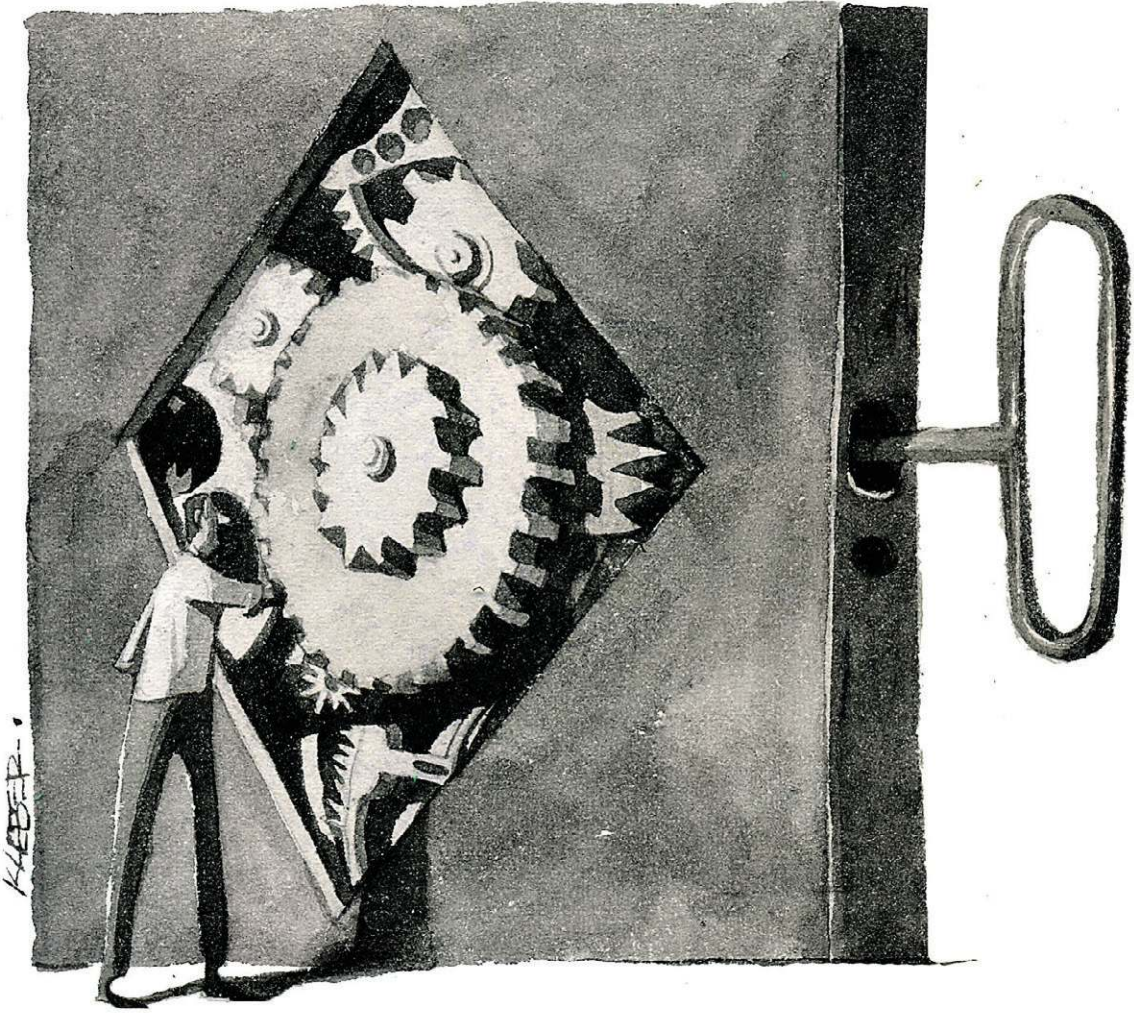
A resposta está na complexidade do problema. A reforma administrativa envolve disputas permanentes em torno dos recursos financeiros do Estado, da distribuição de poder e da orientação das políticas públicas. São esses os principais fatores políticos que dificultam seu avanço e ajudam a explicar o espaço limitado que o tema ocupa no debate eleitoral. Nessa disputa, se cruzam interesses

patrimonialistas, corporativos, clientelistas, partidários, econômicos e institucionais, além de demandas legítimas dos usuários dos serviços públicos. A isso se somam diferentes concepções sobre o papel do Estado, que tornam ainda mais difícil a construção de consensos em torno da reforma. Esses desafios não podem ser enfrentados por soluções isoladas ou simplificadoras.

Enquanto muitas promessas eleitorais procuram ampliar apoios, uma reforma administrativa consistente exige, inevitavelmente, a disposição de contrariar alguns dos interesses que ajudam a sustentar coalizões políticas. Não será possível reformar a administração pública sem enfrentar o clientelismo e revisar práticas corporativas e patrimonialistas, sem aperfeiçoar regras de gestão e controle, sem reduzir as diferenças de capacidade institucional entre os diversos níveis de governo e sem fortalecer a cooperação entre os Poderes. Pela amplitude e complexidade do desafio, o processo necessita de continuidade quando da troca de governos.

A transformação exige liderança política, conduzida pelo Executivo, a partir da construção de consensos, mobilização da sociedade civil e implementação coordenada. Sem essa direção, o debate tende a fragmentar-se e as reformas perdem força diante dos vários interesses que serão contrariados.

A questão não é se o Brasil precisa de uma reforma administrativa. Essa necessidade já está amplamente demonstrada. E é precisamente nesse ponto que a reforma administrativa deve ser trazida para o debate eleitoral. Não basta perguntar aos candidatos quais problemas pretendem resolver. É necessário perguntar se estão dispostos a enfrentar as mudanças e os interesses que impedem a construção de um Estado mais eficiente, republicano e comprometido com os cidadãos.



Distrito Federal: equilíbrio sustentável e independência financeira



» RUBENS RORIZ
Auditor fiscal da Receita do DF e presidente da AAFIT (Associação dos Auditores Fiscais da Receita do DF)

O Distrito Federal ocupa uma posição singular na Federação. Reúne competências de estado e município e, ao mesmo tempo em que dispõe de receitas próprias, mantém uma relação particular com a União, especialmente por meio do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Essa característica leva a uma questão premente diante do crescimento de Brasília: como assegurar equilíbrio sustentável e maior independência financeira para as próximas gerações?

A resposta passa, necessariamente, pelo fortalecimento da arrecadação própria e, portanto, da administração tributária. A reflexão ganha significado especial nesse 21 de setembro, Dia do Auditor Fiscal da Receita do Distrito Federal, instituído pela Lei nº 7.309/2023. Cabe a esses profissionais, integrantes de carreira típica de Estado, fiscalizar, lançar e arrecadar os tributos que sustentam parcela relevante dos serviços e investimentos públicos do DF.

O orçamento do DF se apoia fundamentalmente em duas fontes: os recursos transferidos pela União e as receitas próprias. O FCDF foi criado pela Lei nº 10.633, de 2002, para financiar a organização e a manutenção das forças de segurança e prestar assistência financeira à saúde e à educação. Para 2026, estão

previstos R\$ 28,3 bilhões provenientes do Fundo.

Do outro lado, estão as receitas tributárias administradas pelo próprio Distrito Federal, que têm previsão de alcançar R\$ 43,5 bilhões neste ano. De janeiro a julho, a receita tributária acumulada chegou a R\$ 17,8 bilhões, com crescimento nominal de 14,2% e real de 9,7%.

No total, o orçamento previsto para 2026 alcança R\$ 74 bilhões, considerando as receitas tributárias, o FCDF e R\$ 2,2 bilhões de investimentos das empresas estatais. Os números mostram a dimensão alcançada pelas receitas próprias e ajudam a apontar um caminho para o futuro.

Brasília continuará crescendo, assim como suas necessidades. Saúde, educação, segurança, infraestrutura e políticas sociais exigirão cada vez mais recursos. Ao mesmo tempo, existem limites para a expansão das transferências federais. Esse cenário nos impõe uma análise necessária sobre o financiamento do crescimento do Distrito Federal.

Parte importante dessa reflexão está na capacidade de ampliar, de forma sustentável e sem perder de vista a justiça fiscal, a arrecadação própria. Isso não significa simplesmente aumentar tributos. Significa melhorar a administração tributária, combater a sonegação, reduzir fraudes e tornar mais eficiente a relação entre o Fisco e os contribuintes.

Para isso, é necessário investir na estrutura responsável por administrar essas receitas. Tecnologia, cruzamento de dados, sistemas modernos, concursos públicos, capacitação permanente dos auditores e intercâmbio de experiências com outras administrações tributárias são instrumentos fundamentais. Esse desafio ganha ainda mais relevância com a reforma tributária e a transição do ICMS e do ISS para o IBS, que mudará profundamente a lógica da tributação sobre o consumo.

Há outro passo fundamental: ampliar a matriz econômica do Distrito Federal. Brasília ainda tem uma economia fortemente vinculada ao setor público. Construir maior independência financeira exige criar condições para que a iniciativa privada também amplie sua participação na geração de emprego, renda e receitas. Uma política de desenvolvimento econômico consistente pode ampliar a base produtiva e, consequentemente, a própria base tributária.

Esse debate precisa ser feito agora porque sustentabilidade fiscal não é uma discussão abstrata ou restrita aos balanços governamentais. A arrecadação tributária define nossa capacidade de construir escolas, manter hospitais, melhorar estradas, financiar a segurança pública e atender às necessidades de uma população que cresce e demanda serviços cada vez mais complexos.

Nesse 21 de setembro, reconhecer o trabalho dos auditores e auditoras fiscais da Receita do Distrito Federal é também reconhecer o papel estratégico da administração tributária na construção desse futuro. Fortalecer o Fisco, ampliar a atividade econômica e assegurar receitas próprias sólidas são condições para que Brasília continue crescendo com autonomia, justiça fiscal e capacidade de oferecer melhores serviços à população.

Brasília cresceu amparada por uma relação singular com a União. Preservá-la é fundamental. Mas o futuro exige também que o Distrito Federal amplie sua capacidade de caminhar com as próprias pernas. Quanto mais sólida for sua economia e maior sua capacidade de financiar o próprio desenvolvimento, mais preparado estará o DF para escolher seus caminhos e enfrentar os desafios das próximas gerações.

Precisamos olhar para a Índia



» LAUDEMIR MÜLLER
Presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil)

» ANGELO MAURICIO
Chefe de escritório da ApexBrasil na Índia

Há mudanças na geografia do comércio internacional que, observadas em perspectiva, revelam uma transformação profunda. É o caso da relação comercial entre Brasil e Índia. Em duas décadas, o país asiático avançou entre os principais destinos dos produtos brasileiros. Nos cinco primeiros meses de 2026, as exportações para a Índia cresceram 70%, levando o país à quarta posição entre os destinos das vendas externas do Brasil.

Mais do que compradora, a Índia deve ser vista como parceira estratégica. Consolidada entre as maiores economias do mundo, mantém altas taxas de crescimento e vê crescer a demanda por alimentos, energia, matérias-primas e bens industriais. A demanda doméstica, impulsionada por investimentos em infraestrutura e integração às cadeias globais de valor, é o principal motor desse crescimento.

Os números confirmam o potencial. Com 1,5 bilhão de habitantes e PIB de US\$ 4,1 trilhões, a Índia é a oitava maior importadora do mundo, cresceu 6,8% em 2025 e tem projeções acima de 6% ao ano até 2030. O comércio bilateral somou US\$ 15,2 bilhões em 2025, recorde histórico que tornou a Índia o quarto maior parceiro comercial do Brasil. As exportações brasileiras chegaram a US\$ 6,9 bilhões, crescendo 9,4% ao ano nas últimas duas décadas, quase o dobro do ritmo das vendas para o mundo. A ApexBrasil, por meio da inteligência, identifica 378 oportunidades de negócios no mercado indiano, além de petróleo, açúcar e soja, que respondem por 58% das vendas brasileiras ao país.

Essa relação não se explica só pelos números. Brasil e Índia têm economias mais complementares do que concorrentes. A Índia precisa ampliar sua oferta de alimentos, energia e matérias-primas, enquanto o Brasil é fornecedor de proteínas, açúcar, algodão, celulose, petróleo e minérios. Para a Índia, isso significa segurança de abastecimento; para o Brasil, oportunidade de agregar valor às exportações e atrair investimentos.

A aproximação com a Índia também está inserida em uma estratégia mais ampla da ApexBrasil. O novo Plano de Diversificação de Exportações, com investimento de R\$ 210 milhões, busca ampliar a presença das empresas brasileiras em mercados prioritários e abrir oportunidades em diferentes regiões. Nesse esforço, a Índia ocupa posição relevante. Seu mercado e as oportunidades identificadas fazem do país um caminho promissor para ampliar destinos e reduzir a concentração das exportações. Entre essas oportunidades, estão máquinas e equipamentos e celulose. A Índia importa cerca de US\$ 4 bilhões em máquinas e equipamentos e US\$ 916 milhões em celulose, com potencial de redirecionamento de exportações brasileiras considerado alto nesses mercados.

Essa agenda ganha força também na relação institucional entre os dois países. Brasil e Índia dividem mesa em fóruns como Brics, G20 e G4 e avançaram em instrumentos que facilitam negócios, como o Tratado de Cooperação e Facilitação de Investimentos e o Protocolo de emenda ao acordo de bitributação (DTAA), em vigor desde outubro do ano passado. O fortalecimento desses vínculos faz parte dos esforços da ApexBrasil para ampliar a relevância da Índia para as exportações brasileiras e consolidá-la como foco da diversificação de mercados.

Esse trabalho ganhou novos capítulos. Além de reuniões em São Paulo com lideranças empresariais, a ApexBrasil promoveu um fórum entre empresas dos dois países, inaugurou seu escritório em Nova Délhi e recebeu no Brasil uma comitiva de empresários indianos. Em Brasília, representantes da Confederação das Indústrias Indianas (CII) estiveram na Agência e assinaram um memorando de entendimento com a ApexBrasil, criando um canal permanente de cooperação para intercâmbio de informações e apoio à internacionalização de pequenas e médias empresas. São iniciativas que mostram que a relação com a Índia já integra um trabalho concreto para ampliar sua relevância nas exportações brasileiras.

Se, há cinco séculos, as rotas em direção à Índia ajudaram a transformar o comércio mundial, hoje o desafio é aproveitar o caminho que o Brasil já começou a percorrer para ir ainda mais longe. Cabe aprofundar essa parceria para consolidar uma relação à altura do potencial de seus povos e economias.

O gatilho invisível das novas pandemias

A destruição de ecossistemas e a instabilidade das chuvas aumentaram a ameaça de doenças animais migrarem para humanos. Os pesquisadores apontam a existência de uma “impressão digital humana” no mapa global das enfermidades

» ISABELLA ALMEIDA

Os impactos nos ecossistemas e a mudança nos padrões de chuva estão aumentando consideravelmente o risco de doenças transmitidas de animais para os humanos. O alerta é de um estudo que envolveu uma equipe internacional de cientistas liderada pela University College London (UCL), no Reino Unido. Os autores do artigo, publicado na revista *Nature*, afirmam ter encontrado uma “impressão digital antropogênica” na geografia global de quadros infecciosos, demonstrando também que os fatores que impulsionam os surtos variam muito. A equipe realizou a maior avaliação baseada em dados até o momento sobre fatores ambientais que favorecem o surgimento de quadros infecciosos. Para o trabalho, os cientistas analisaram mais de 58 mil surtos de 32 doenças em 169 países. Eles se concentraram em condições transmitidas por animais, como coronavírus, ebola e mpox, e doenças que precisam de vetores, como mosquitos, carrapatos e pulgas, como dengue, doença de Lyme e malária.

Os pesquisadores descobriram que o risco de surtos era geralmente maior em áreas onde pessoas e animais vivem perto de ecossistemas florestais muito fragmentados, como uma floresta que foi dividida em várias partes menores separadas por vilarejos humanos ou fazendas. Isso ocorre, em parte, porque os animais que tendem a prosperar nessas áreas têm maior probabilidade de serem portadores de doenças, e as pessoas têm maior probabilidade de entrar em contato com eles.

De acordo com a publicação, no caso de doenças transmitidas por vetores, os cientistas notaram evidências da influência humana. Ecossistemas fragmentados e regiões que sofrem com a diminuição das chuvas a longo prazo devido às mudanças climáticas apresentaram riscos aumentados de surtos de moléstias como dengue e Zika.

No entanto, para infecções zoonóticas, incluindo muitas ameaças pandêmicas, nenhum fator ambiental ajudou a prever onde os surtos iriam acontecer. Em vez disso, os efeitos do desmatamento, aquecimento climático e intensificação agrícola variaram consideravelmente entre os quadros infecciosos. Os pesquisadores afirmam que são necessários dados específicos para cada doença e região para monitorar os riscos. Os cientistas acreditam ainda que as descobertas desafiam a ideia de que existe um conjunto comum de fatores ambientais por trás do aumento de doenças infecciosas emergentes.

Vigilância epidemiológica

O estudo também revela o papel essencial do acesso à saúde para determinar onde as crises são detectadas. A probabilidade de surtos de doenças emergentes serem notificados diminuiu em média 32% para

Damian Meyer/AFP



Alterações nos regimes de chuva aumentam os casos de doenças transmitidas por vetores, como mosquitos e carrapatos

Palavra de especialista

Programar ações

“Sobre quais medidas deveriam ser priorizadas, eu acho que é importante organizar as ações no tempo. A gente poderia pensar em três horizontes complementares. O horizonte imediato é que, de fato, a gente precisa fortalecer aquilo que reduz o intervalo entre o primeiro caso e a primeira resposta. A atenção primária é acessível, capacidade diagnóstica, vigilância epidemiológica, laboratórios, vigilância hospitalar, equipes capazes de investigar aqueles eventos que são menos comuns. Isso é importante, que seja claro, reforçado. No médio prazo, é fundamental que se construa inteligência sobre os territórios, clima, vetores, animais, uso da terra, ocupação humana, saneamento,

Arquivo cedido



mobilidade, ocorrência de doenças, precisam entrar numa mesma equação decisória. Isso permite antecipar os riscos em vez de simplesmente contabilizar danos. O terceiro é um horizonte estrutural que visa proteger ecossistemas, reduzir formas predatórias de transformação do território, enfrentar mudanças climáticas.”

Álvaro Madeira Neto, sanitarista e gestor em saúde, vice-presidente da Associação Médica Cearense

cada hora adicional de deslocamento até o centro de atendimento mais próximo. Isso sugere que os aparentes “focos” refletem, em grande parte, onde os sistemas de vigilância epidemiológica e de cuidado estão localizados, e não necessariamente onde as infecções são mais comuns.

Os cientistas defendem uma abordagem mais proativa para a prevenção de epidemias e pandemias, combinando o fortalecimento dos sistemas de saúde,

coordenação global de vigilância e intervenções que utilizem o próprio ecossistema como estratégia, de forma única. O autor principal, Rory Gibb, do Laboratório de Pessoas e Natureza da UCL, afirmou que as descobertas mostram que nenhuma combinação ambiental isolada pode prever onde ocorrerão surtos. “A transmissão de doenças de animais para pessoas é comum em habitats modificados pelo homem em todo o mundo, mas as atividades

humanas exatas que impulsionam os surtos variam de doença para doença.”

“Isso significa que melhorar o acesso das pessoas aos cuidados de saúde e fortalecer os sistemas de monitoramento de doenças é fundamental para garantir que surtos de qualquer doença possam ser detectados precocemente e contidos antes que se tornem epidemias ou pandemias”, completou.

Anísio Pinheiro, médico especialista em saúde pública, diz que essa estratégia única de cuidado se concretiza quando diferentes setores passam a atuar de forma integrada no território. “Isso envolve a articulação entre a vigilância em saúde, a vigilância veterinária, a agricultura e o meio ambiente, com compartilhamento rápido de informações para identificar e responder a riscos. Na prática, a integração permite, por exemplo, a investigação conjunta da morte de animais silvestres, como primatas, que podem indicar precocemente a circulação de doenças, como a febre amarela.”

“Também inclui o fortalecimento das equipes de atenção primária e dos agentes comunitários em áreas mais vulneráveis, como regiões de fronteira agrícola e desmatamento, além da participação das comunidades locais e dos trabalhadores rurais na identificação de possíveis ameaças à saúde” reforçou. Segundo o especialista, para que o modelo seja efetivo, é necessário investimento contínuo e uma governança compartilhada entre os diferentes setores, indo além de ações isoladas em momentos de crise.

Google Maps na linha de frente

Um estudo liderado por pesquisadores brasileiros, incluindo cientistas das universidades de São Paulo, Goiás e Brasília, revelou que é possível identificar sinais precoces de surtos de doenças infecciosas até cinco semanas antes utilizando a análise de dados públicos de ocupação de unidades de saúde disponibilizados pelo Google Maps. O trabalho foi publicado na revista *Nature*.

Para a pesquisa, os cientistas avaliaram o funcionamento de 17 unidades de pronto atendimento da Região Metropolitana de São Paulo entre julho de 2023 e outubro de 2024. Eles relacionaram as variações de lotação com dados laboratoriais de infecções por vírus causadores de doenças como covid e influenza e dengue. O resultado mostrou que picos de ocupação precederam o aumento de casos confirmados das condições citadas anteriormente.

“Esse é um avanço importante para a vigilância epidemiológica, porque oferece um sinal de alerta precoce a partir de informações que já estão disponíveis em tempo real e sem violar a privacidade dos cidadãos”, explica Vanderson Sampaio, pesquisador do Instituto Todos pela Saúde e autor principal do estudo. “Ao usar dados abertos do Google Maps, conseguimos identificar anomalias na ocupação de unidades de saúde que se correlacionam diretamente com períodos de aumento de infecções.”

Para os pesquisadores, o método tem potencial para complementar os sistemas tradicionais de vigilância, que costumam atrasar o registro e a notificação de casos. “Trata-se de uma solução de baixo custo, escalável e facilmente aplicável em diferentes contextos, especialmente em países onde os sistemas de notificação são mais lentos ou fragmentados”, diz Sampaio. “Nosso objetivo é que esse tipo de indicador se torne um componente operacional das estratégias de resposta a surtos.”

POLUIÇÃO PASSADA

O rastro da devastação

Cientistas da Universidade de Washington, nos Estados Unidos, mostraram que as emissões passadas das principais empresas emissoras de carbono, as 178 maiores produtoras de petróleo, gás, carvão e cimento, continuarão causando danos ao meio ambiente durante as próximas décadas. Os resultados foram publicados, ontem, na revista *PLOS Climate*.

“Sabemos que as emissões de combustíveis fósseis causaram um grande aquecimento global e estamos vendo os impactos disso, mas a questão é: quanto tempo esse aquecimento vai durar no futuro?”, indagou Dargan Frierson, professor associado de ciências atmosféricas e climáticas da Universidade de Washington e coautor do trabalho.

Segundo a pesquisa, mesmo que as emissões de gases de efeito estufa cessem vertiginosamente amanhã, o meio ambiente não voltaria a ser como era

antes. As grandes empresas já emitiram mais de um trilhão de toneladas de dióxido de carbono e uma parte continuará na atmosfera retendo calor ao longo dos próximos anos.

Os cientistas destacam que, mesmo que a humanidade pare de emitir gases de efeito estufa, a Terra continuará, aproximadamente, 1,5 graus Celsius acima das temperaturas pré-industriais. “Prevemos um aquecimento climático contínuo até que cessemos as emissões. O único futuro estável é aquele sem nenhuma queima de combustíveis fósseis”, alertou Frierson.

Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores simularam o clima global até o ano de 2500 usando o modelo de Resposta ao Impulso de Amplitude Finita, FaIR, na sigla em inglês, em cenários de liberações baixas e altas, com e sem a participação das principais empresas emissoras de carbono até 2024.

Acima dos níveis

Num futuro em que as emissões de gases com efeito de estufa sejam limitadas, as grandes empresas emissoras de carbono serão responsáveis por uma percentagem maior do aquecimento acima dos níveis pré-industriais.

Em cenários de emissões mais elevadas, onde a queima de combustíveis fósseis continua sem controle, a Terra se torna muito mais quente. Na hipótese mais extrema testada, as liberações futuras causam uma porcentagem muito maior de aquecimento do que as principais fontes de carbono.

“Se houver decisões judiciais sobre responsabilidade, ela não se limita ao presente, mas se estenderá por muitos e muitos anos. Isso é importante para as decisões atuais sobre combustíveis fósseis”, disse Frierson. “A produção futura de combustíveis fósseis agravará os desastres climáticos por muitas décadas, portanto, novas batalhas legais sobre quem é o responsável devem ser esperadas por muitos anos.”

Getty Images/Stockphoto



Emissões históricas causarão danos ao meio ambiente pelas próximas décadas

Pesquisa esquenta campanha ao GDF

Candidatos ao Palácio do Buriti reagiram de formas diferentes ao levantamento **Correio**/Opinião Inteligência Política sobre as eleições. Especialistas destacaram que reta final pode definir se haverá ou não segundo turno

» ANA CAROLINA ALVES
» MILA FERREIRA

O **Correio** ouviu candidatos ao cargo de governador do Distrito Federal para repercutir os resultados da quarta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política, divulgada ontem. Segundo o levantamento, a governadora e candidata Celina Leão (PP) segue na liderança, com 32,9% das intenções de voto na pesquisa estimulada (39,9% dos votos válidos, ou seja, sem os votos nulos e os em branco). No entanto, o cenário está indefinido, de acordo com a margem de erro, que é de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos, e a disputa pode ir ao segundo turno. O **Correio** conversou com postulantes ao Palácio do Buriti para repercutir os resultados da pesquisa.

Celina Leão disse que respeita os números, mas que as prioridades são outras. “A gente acompanha e monitora as pesquisas, claro, mas a nossa prioridade é a gestão e são as pessoas. Pesquisa é uma fotografia do momento. A gente não pode trabalhar mais ou menos por causa de um resultado. Todos os dias eu acordo cedo e durmo tarde com a mesma missão: cuidar das pessoas e trabalhar pelo Distrito Federal. É nisso que estamos concentrados e é assim que vamos seguir”, afirmou Celina.

José Roberto Arruda (PSD) ressaltou que é candidato e que seu nome estará nas urnas em 4 de outubro. O candidato está com 20,6% das intenções na estimulada (24,9% dos votos válidos). “Eu agradeço por estar tão bem nas pesquisas, depois de 16 anos fora, mesmo com a oposição lançando dúvidas na cabeça do eleitor. Mas quero reafirmar: sou candidato, e meu nome estará na urna”, garantiu. Leandro Grass (PT) disse que não comentaria o resultado da pesquisa. No levantamento, o candidato registrou 17,3% das intenções de voto (20,9% dos votos válidos).

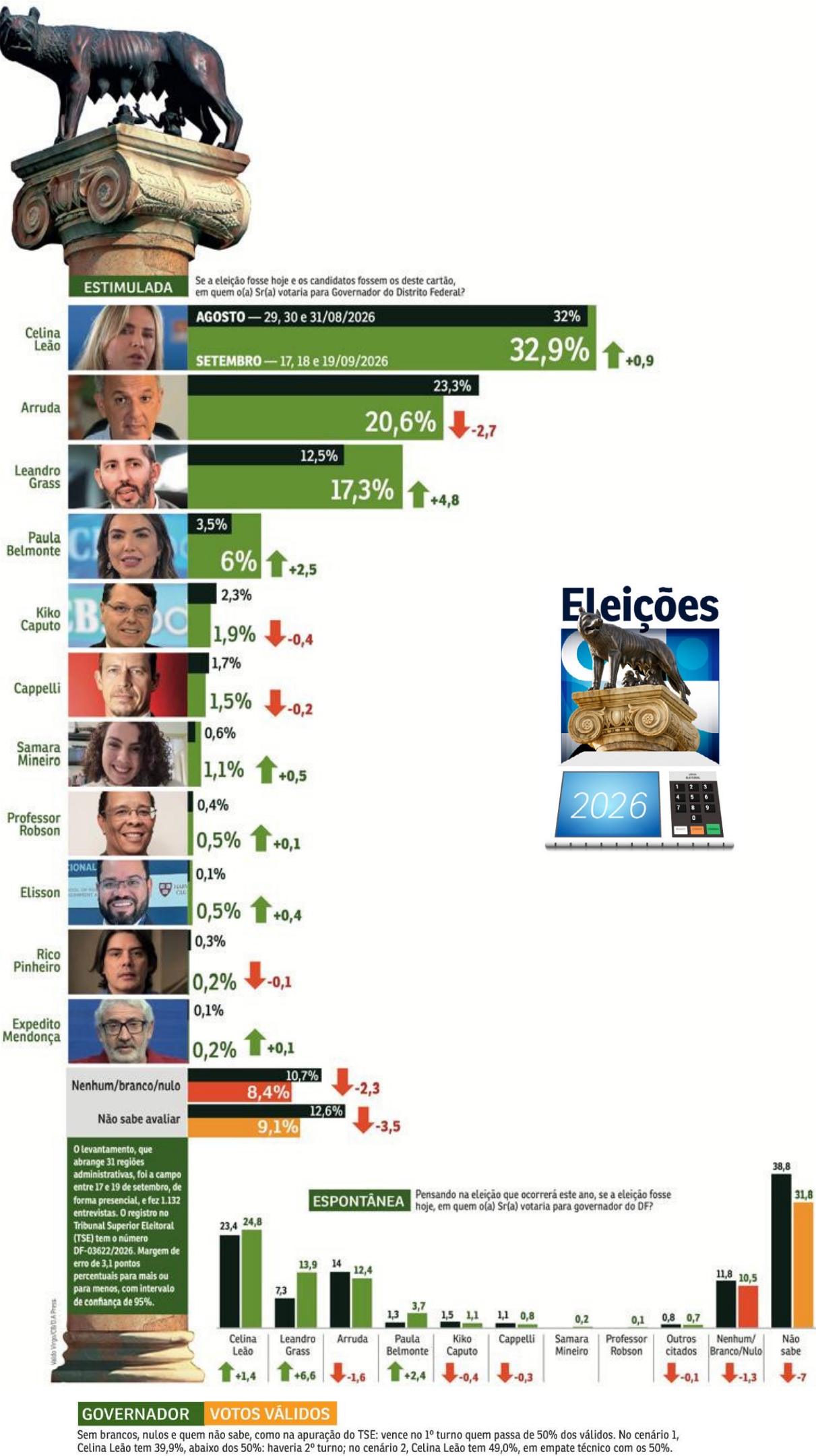
Candidata do PSDB, Paula Belmonte recebeu os números do levantamento como “um sinal de que a nossa mensagem está chegando a mais pessoas”. Ela aparece com 6% das intenções de voto (7,3% dos votos válidos), praticamente dobrando seu percentual de eleitores, que eram, no último levantamento, de 3,5%, divulgado 3 de setembro. “A campanha entra na reta final com muita energia. Tenho encontrado uma receptividade muito grande por onde passo. O que tenho ouvido nas ruas é um desejo de mudança, de fazer diferente e de colocar as pessoas no centro das decisões”, destacou.

Samara Mineiro, candidata da UP, ressaltou que, considerando a margem de erro de 3,1 pontos percentuais da pesquisa, ela estaria empatada em quarto lugar com outros adversários. No levantamento, Samara registrou 1,1% de intenções de voto (1,3% dos votos válidos). “A nossa campanha vem crescendo nessa reta final, com muitas declarações de apoio nas ruas, muitos falando da importância de termos nessas eleições uma candidatura popular, de uma mulher trabalhadora, que vem apresentando as propostas dos trabalhadores para melhorar o Distrito Federal”, destacou.

Mais diálogo

Com 0,5% das intenções de voto nesta rodada do levantamento (0,6% dos votos válidos), Professor Robson (PSTU) afirmou que a pontuação na pesquisa demonstra que suas propostas encontram “eco e simpatia na população”. “Onde conseguimos dialogar, a aceitação é real. Seguiremos nas ruas apresentando uma saída socialista para os problemas do Distrito Federal”, enfatizou.

Candidato do Agir, Elisson Ferreira disse receber o resultado da pesquisa com serenidade. No levantamento, o candidato registrou aumento de 0,4 pontos percentuais em relação à última rodada, com 0,5% de intenções de voto desta vez (0,6% dos votos válidos). “Pelo que temos ouvido diariamente da população, nossa campanha acredita que estará no segundo turno. Convido quem ainda não nos conhece a conhecer nossas



propostas e o projeto que temos para Brasília, e parabeno o **Correio** pelo trabalho e pelo espaço democrático dado aos candidatos”, afirmou.

Rico Pinheiro (PRTB), que registrou 0,2% das intenções de voto (mesmo percentual de votos válidos), disse compreender que uma pesquisa não retrata, necessariamente, a trajetória ou a tendência de uma campanha. “Nosso trabalho continua avançando, crescendo e chegando a cada vez mais pessoas em todas as regiões administrativas do DF. Estamos construindo esse caminho com presença, diálogo, trabalho e, acima de tudo, muita determinação”, ressaltou.

Kiko Caputo (Novo) não pôde comentar a pesquisa, por ter passado mal, inclusive sem conseguir cumprir por completo a agenda de campanha prevista. “O candidato teve uma indisposição gástrica hoje (ontem) pela manhã”, divulgou a assessoria do candidato. Ele volta à campanha hoje, segundo a nota. Ricardo Cappelli (PSB) não retornou até o fechamento desta edição.

A pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política foi realizada, presencialmente, em 31 regiões administrativas, com 1.132 eleitores com 16 anos ou mais. A margem de erro é de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos e confiança de 95%. A pesquisa foi registrada junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o código DF-03622/2026.

Análise

Cientista político pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em democracia participativa, Rócio Barreto observou que a questão jurídica de Arruda tem influenciado nas intenções de voto. “A situação dele é uma variável central, tanto é que ele perdeu pontos não saindo nem um minuto da campanha política, nem da tevê, nem das ruas. Isso é um fator externo de intenção de voto, com grande potencial de alterar a leitura do levantamento”, analisou. “A dependência ou retirada de Arruda não é somente uma questão jurídica. Modifica substancialmente a configuração da disputa, pois mostra que sem ele, Celina pode levar essa eleição no primeiro turno”, completou.

“Leandro Grass apresenta crescimento mais consistente, aparenta está sendo mais reconhecido e mais aceito pela população. Temos que considerar que Paula Belmonte também cresceu bastante no movimento contínuo, após a propaganda de rádio e televisão. Caso houvesse mais tempo de tevê, os mais beneficiados nessa campanha pela disputa do governo do DF seriam Paula Belmonte e Leandro Grass. A pesquisa não conta somente a história de uma liderança de Celina Leão, conta a história de uma eleição que começa a se dividir em duas disputas, manutenção da liderança da governadora e a definição de quem vai ocupar o segundo lugar, com a situação jurídica de Arruda sendo uma variável capaz de redesenhar esse tabuleiro”, comentou Rócio.

Mestra em ciência política, Ana Paula Abritta destacou que a instabilidade em torno da candidatura de Arruda pode favorecer Celina Leão. “Em cenários sem Arruda, Celina chegaria a 49% das intenções de voto, com provável vitória no primeiro turno. Com Arruda na disputa, ela fica em 32,9%”, afirmou.

Ana Paula chamou atenção para a alta rejeição do candidato do PSD. “Sua candidatura, mais que ajudar a esquerda, canaliza votos da própria direita, deixando Celina como beneficiária nos diversos cenários”, avaliou.

Na visão de Ana Paula, os eleitores que não definiram o voto podem desempenhar um papel relevante na reta final da disputa. Na pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política, 9,1% dos entrevistados afirmaram não saber em quem votar, enquanto 8,4% disseram que não escolheriam nenhum dos candidatos. “Os últimos dias de campanha serão críticos para a consolidação da base de Celina versus a tentativa de Grass de capturar indecisos e votos de rejeição a Arruda”, ressaltou.

Empate técnico no Senado

Candidatos comentam resultados da pesquisa que mostra Michelle Bolsonaro na frente, com 22,2% das intenções de voto, e uma disputa acirrada pela segunda vaga. Especialista destaca que número de indecisos pode mudar o cenário

» LUIZ FELLIPE ALVES

A quarta rodada da pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política para o Senado, divulgada na terça-feira, mostrou uma consolidação da liderança de Michelle Bolsonaro (PL) e o acirramento da disputa entre Leila do Vôlei (PDT), Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT). faltando 10 dias para as eleições, os candidatos repercutiram os resultados e detalham as expectativas para a reta final das eleições de 2026.

Michelle Bolsonaro mantém-se na liderança, com 22,2% das intenções de voto. Leila do Vôlei continua na segunda posição da pesquisa, com 17,6%. Já o terceiro e quarto lugares tiveram uma troca de posições. Bia Kicis, que registrou 11,6% na terceira rodada da pesquisa, marcou, agora, 15% das intenções de voto, ultrapassando Erika Kokay, que registrou 13,9%. Com aumento de 1,7% em relação à pesquisa anterior, Bia Kicis está tecnicamente empatada com Leila do Vôlei, na parte de cima da margem de erro, e com Erika Kokay, na parte de baixo. O candidato Sebastião Coelho (Novo) continua na quinta posição, somando 2,1%.

Concorrendo à reeleição, Leila do Vôlei comentou sobre a pesquisa e atribuiu os resultados ao seu trabalho nas ruas. “A pesquisa mostra a força de um trabalho construído em todas as regiões do Distrito Federal e ajuda a explicar por que temos sido alvo de ataques baixos nas ruas e nas redes sociais”, disse. Segundo a candidata, as campanhas seguem pelas ruas do DF, focando no resultado final das eleições. “Vou continuar percorrendo o DF, ouvindo as demandas das famílias, mostrando nossas entregas e apresentando

nossas propostas, porque não existe eleição ganha. A pesquisa mais importante será a das urnas, em 4 de outubro”, acrescentou.

Para Bia Kicis, a pesquisa mostra que as eleições não estão definidas. “Eu, Leila e Erika estamos tecnicamente empatadas. Isso demonstra que a disputa pela segunda vaga está completamente aberta”, assinalou. Bia atribuiu o crescimento em comparação à pesquisa anterior ao apoio de Michelle Bolsonaro. “Estamos mostrando ao eleitor que são duas vagas e que podemos eleger duas senadoras de direita que defendem liberdade, segurança, empoderamento feminino. Temos pautas para me-

lhorar o transporte, a saúde e a educação, e, principalmente, somos contra as atrocidades que o desgoverno do PT tem feito com o país”, declarou.

O candidato Sebastião Coelho disse que “recebeu a pesquisa com tranquilidade”. “Assim como a pesquisa que nos deu 14% não causou frisson de vitória”, disse.

Coelho reforçou a confiança nas urnas e lembrou a eleição de Damares Alves, em 2022. “A urna é soberana, e já vimos, em 2022, um erro de 23 pontos percentuais na eleição da senadora Damares Alves”, acrescentou.

Incerteza

Apesar de ter diminuído, o número de indecisos segue como um elemento importante para a definição das eleições ao Senado. Na pesquisa espontânea mais recente, 38,8% dos eleitores declararam não ter escolhido um candidato, contra 46,7% da terceira rodada. A cientista política da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora-geral do Observatório do Congresso, Evelyn Apolinaria, destaca

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A.Press e Ed Alves/CB/D.A.Press



Michele Bolsonaro lidera. Leila do Vôlei (PDT), Bia Kicis (PL) e Erika Kokay (PT) estão muito próximas

que essa contingente pode mudar o curso da votação.

Ela avalia que uma das razões para a quantidade de votos sem definição pode ser o

desconhecimento do eleitorado. “Muitas vezes, as pessoas não sabem que existem duas vagas em disputa. Então, não adianta, por exemplo, escolher um candidato

e votar nele duas vezes. O eleitor precisa tomar uma decisão sobre dois candidatos”, explicou.

A especialista destacou que esse cenário é comum em eleições

Mudanças na disputa à Câmara dos Deputados

» CARLOS SILVA

O resultado da nova pesquisa **Correio**/Opinião Inteligência Política para a Câmara dos Deputados mostrou um cenário marcado por mudanças na posição dos principais candidatos em relação ao levantamento anterior, divulgado em 3 de setembro. Na pesquisa espontânea, quando o eleitor cita livremente o nome no qual pretende votar, o distrital Fábio Félix (PSol) aparece na primeira colocação, com 3,98%. Na sequência, estão o deputado federal Rafael Prudente (MDB), com 2,74%, e Júlio César (Republicanos), com 2,21%.

O levantamento aponta oscilações entre os nomes que já figuravam na rodada anterior. Prudente, que havia liderado o levantamento de setembro, com 3,7%, agora aparece em segundo. Fred Linhares (Republicanos), que ocupava a segunda posição anteriormente, com 3%, caiu para a sexta colocação, com 1,41%.

Entre os que avançaram está o senador Izalci Lucas (PL), que

passou de 0,5% para 2,03% das citações espontâneas e deixou a 10ª posição para ocupar o quarto lugar. Alberto Fraga (PL) também apresentou crescimento, de 1,6% para 1,94%, mantendo-se na quinta colocação.

O levantamento foi realizado em 31 regiões administrativas, ouvindo 1.132 eleitores a partir de 16 anos. A margem de erro é de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número DF-03622/2026.

Repercussão

Fábio Félix (PSol), que disputava pela primeira vez uma vaga na Câmara dos Deputados, atribuiu o bom desempenho na pesquisa ao trabalho desenvolvido como deputado distrital e à atuação no caso BR-B-Master. O candidato adotou cautela ao comentar a liderança. “Vamos continuar nossa campanha militante nas ruas e nas redes, bastante



Fábio Felix (PSol) foi o mais lembrado pelos eleitores, com 3,98%

dedicados também à reeleição de Lula e a levar Leandro Grass para o segundo turno”, acrescentou.

Júlio César Ribeiro (Republicanos) acredita que o terceiro lugar no levantamento se deve ao reconhecimento do trabalho

realizado por ele no Distrito Federal. O deputado federal ressaltou, no entanto, que pretende manter o contato com os eleitores durante a campanha. “Vejo isso como um reconhecimento do trabalho, mas também como um compromisso

de seguir ouvindo a população e trabalhando”, declarou.

Quarto colocado na pesquisa, Izalci Lucas (PL) destacou o crescimento em relação ao levantamento anterior. “Nossa campanha tem presença, tem propostas e tem uma história para apresentar. Estamos levando essa mensagem para todas as regiões do DF e tendo uma receptividade cada vez maior”, declarou.

Procurado para comentar o levantamento, Rafael Prudente (MDB) não respondeu até o fechamento desta edição.

Análise

Para Robson Carvalho, pesquisador do Instituto de Ciência Política (IPOL) da Universidade de Brasília (UnB) e doutor em ciência política, pesquisas para cargos proporcionais devem ser interpretadas de maneira diferente dos levantamentos para eleições majoritárias. “Pesquisas para deputado federal, assim como qualquer outra para cargos proporcionais, apenas indicam nomes de

candidatos mais lembrados pela população”, afirmou.

O pesquisador ressaltou que o desempenho individual de um não determina, por si só, a conquista de uma cadeira na Câmara dos Deputados. “Um candidato, mesmo com votação expressiva, pode não ser eleito, a depender do partido ou da federação na qual ele esteja. E candidatos podem ser eleitos com menos votos do que outros. No sistema proporcional, você pode, em uma federação, votar em um candidato, mas eleger outro que tenha sido mais votado do que ele”, explicou.

Ao analisar o desempenho de Fábio Félix (PSol), que aparece na liderança da pesquisa, Carvalho destacou a existência de um eleito- rado mais identificado com o parlamentar. “Ele possui um voto que marca fortemente o campo progressista e LGBTQIAP+. É, portanto, um voto mais sólido e mais difícil de ser perdido para outro candidato que atua, por exemplo, concentrado em determinadas áreas administrativas”, afirmou.

TRE-DF começa a lacrar urnas

» DAVI CRUZ

A 10 dias das eleições 2026, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF) começou, ontem, o processo de carga e lacração das urnas eletrônicas que serão utilizadas no primeiro turno, em 4 de outubro. Ao todo, 7.515 equipamentos serão utilizadas no DF, sendo oito destinados ao sistema prisional.

Hoje, 1.128 passam pelo procedimento, sendo 1.046 urnas destinadas à votação e outras 82 de contingência. As zonas eleitorais que recebem os aparelhos são a 3ª (Taguatinga), com 253; a 16ª (Ceilândia Norte), com 516; e a 21ª (Recanto das Emas), com 359.

A preparação dos equipamentos segue até 30 de setembro. Ontem, foram lacradas 1.192 urnas das zonas eleitorais de Santa Maria, Samambaia e Gama. Amanhã, serão 1.113 equipamentos das zonas eleitorais de Ceilândia Centro, Taguatinga e Ceilândia Sul.

O presidente do TRE-DF, desembargador Angelo Canducci Passarelli, acompanhou o início dos trabalhos e destacou a importância da fiscalização do procedimento. “Esperávamos uma maior representatividade dos partidos, mas pelo menos vieram os juizes eleitorais, promotores de Justiça, a imprensa e a Defensoria Pública. É a certeza de que as urnas

estão sendo devidamente lacradas depois de carregadas com aqueles que se candidataram. É um serviço importantíssimo, que considero a ponta final que dá segurança ao resultado das eleições”, destacou.

Após serem carregadas e lacradas, as urnas ficam armazenadas em depósitos da Justiça Eleitoral. Os equipamentos permanecem nesses locais até a sexta-feira que antecede a eleição, quando são encaminhados aos respectivos locais de votação. No sábado, são montados para que estejam prontos para receber os eleitores no domingo.

Segundo o secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação

do TRE-DF, Andrey Bernardes, antes da lacração os equipamentos passam por uma série de procedimentos técnicos. “O sistema oficial é instalado nas urnas e ele insere os dados de candidatos, partidos, federações, eleitores e biometrias. Em seguida, os aparelhos passam por testes e têm as mídias assinadas digitalmente antes de receberem os lacres físicos”, explicou.

Ao todo, 140 funcionários terceirizados participam da preparação. Eles recebem treinamento específico antes de iniciar os trabalhos, incluindo procedimentos de manutenção, troca de bobinas, carga dos equipamentos e realização dos autotestes.

Ed Alves/CB/D.A.Press



Urnas ficarão guardadas na Justiça Eleitoral até a votação



“O insucesso é apenas uma oportunidade para recomeçar com mais inteligência”
Henry Ford



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

José Roberto Tadros é reeleito presidente da CNC para o mandato até 2030

CNC



Com 28 votos favoráveis, 100% dos votos válidos, a diretoria da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) foi eleita ontem, em Brasília. O empresário José Roberto Tadros foi mantido na presidência da entidade para o mandato 2026-2030. A posse da nova diretoria está marcada para 19 de novembro. “O nosso compromisso é com o trabalho, o resgate da cidadania e a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Vamos continuar trabalhando em benefício da livre-iniciativa, da segurança jurídica e da democracia”, afirmou o presidente reeleito.

Representantes do DF na direção

O presidente da Fecomércio do Distrito Federal, José Aparecido Freire, assumirá a 2ª vice-presidência da entidade. O DF terá ainda outro representante na gestão. O empresário Ennius Marcus de Moraes Muniz, diretor da Fecomércio-DF e conselheiro do Senac-DF, foi eleito suplente da Diretoria da CNC. “Recebo essa missão com senso de responsabilidade. Integrar a diretoria amplia a participação do Distrito Federal nas discussões nacionais do setor produtivo. Também fortalece o diálogo entre a CNC e o Sistema Fecomércio-DF com novas possibilidades de projetos e parceria”, destacou José Aparecido.

Diretoria eleita para o mandato 2026-2030

Presidente
José Roberto Tadros (AM)
Vice-presidentes
1º) Luiz Carlos Bohn (RS)
2º) José Aparecido da Costa Freire (DF)
3º) Ivo Dall’Acqua Júnior (SP)
Vice-presidente Administrativo
Antonio Florencio de Queiroz Junior (RJ)
Vice-presidente Financeiro
Leandro Domingos Teixeira Pinto (AC)

B Hotel tem maior pontuação entre hotéis urbanos no país certificados por gestão socioambiental

Com 94,7 pontos, o hotel brasiliense reforçou o compromisso com gestão de impacto positivo para pessoas, comunidade e meio ambiente. O B Hotel Brasília passou a integrar a comunidade global de Empresas B Certificadas”, um selo internacional que analisa o impacto socioambiental e as práticas de gestão das empresas. Esta é a maior pontuação entre os hotéis urbanos brasileiros certificados.

Governança

No modelo de avaliação utilizado pelo B Hotel, a B Impact Assessment avaliou cinco dimensões: Governança, Trabalhadores, Comunidade, Meio Ambiente e Clientes. São empresas certificadas os hotéis Emiliano, de São Paulo; a Aviva, dona do Rio Quente Resorts e da Costa do Sauípe; e a Pousada da Amendoeira, em Alagoas. A certificação é concedida pelo B Lab, organização sem fins lucrativos fundada em 2006, na Pensilvânia, Estados Unidos.

Divulgação



Nathalia Rodrigues, gerente de RH e ESG, e Beatriz Bettiol, diretora de Comunicação do B Hotel

Compromisso

Inaugurado em 2018 no Eixo Monumental e concebido pelo premiado arquiteto Isay Weinfeld, o B Hotel assinou o compromisso de elevar ainda mais os procedimentos para manter a certificação. “Ela amplia esse olhar para a forma como o empreendimento se relaciona com colaboradores, fornecedores, clientes, comunidade e meio ambiente”, reforça Beatriz Bettiol, diretora de Comunicação do hotel.

Operação Carga Pesada

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) iniciou a Operação Carga Pesada para apurar possíveis aumentos abusivos nas margens de lucro de postos de combustíveis em todo o país. A operação foi desencadeada após a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) receber cerca de 330 denúncias sobre suspeitas de altas indevidas nos preços. Dados apresentados pelo órgão indicam preocupação principalmente com o diesel S10. O preço médio nacional do combustível chegou a R\$ 7,13 por litro em 19 de setembro, alta de 2,3% em uma semana.

ANP



R\$ 200 milhões

Valor total das multas aplicadas pela ANP a distribuidoras de combustíveis por aumento abusivo de preços

Autos de infração

Segundo a ANP, alguns dos casos resultaram em elevação superior a 1.350% nas margens brutas das empresas, indicando a dimensão das variações identificadas nas investigações. As penalidades decorrem de decisões de primeira instância administrativa em autos de infração lavrados pelas equipes de fiscalização da agência reguladora. As empresas ainda podem recorrer. Os processos envolvem condutas praticadas durante a vigência das Medidas Provisórias nº 1.340 e nº 1.349, editadas entre março e abril deste ano para enfrentar problemas de abastecimento.

Pequenos negócios da economia verde na COP31

Estão abertas as inscrições do Edital de Assistência Técnica Empreender Clima 2026. A seleção do Sebrae Nacional irá escolher 20 pequenos negócios (microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte) da economia verde para participar de uma assistência técnica especializada gratuita e on-line. Os selecionados recebem diagnóstico individualizado, mentorias e apoio técnico, contábil, jurídico e comercial para chegarem mais preparados ao crédito climático. Os três melhores empreendimentos têm como prêmio a participação presencial na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2026 (COP31), prevista para novembro, em Antalya, na Turquia. As inscrições podem ser feitas até as 23h59 do dia 1º de outubro.

Sebrae



»Entrevista | CARLOS ANDRÉ MACHADO E ALEXANDRE GARCIA | OPINIÃO INTELIGÊNCIA POLÍTICA

Ao programa *CB.Poder*, especialistas analisam a quarta rodada da pesquisa *Correio/Opinião Inteligência Política* de intenção de votos para as eleições no DF

“Arruda é a peça central”

» MANUELA SÁ*

A permanência ou não de José Roberto Arruda (PSD) na corrida ao Governo do Distrito Federal muda o cenário da disputa eleitoral. A análise é do diretor de negócios do *Opinião* — Inteligência Política, Carlos André Machado (foto). Segundo ele, sem Arruda, Celina Leão (PP) tem chance de vencer no primeiro turno. Mas, se Arruda permanecer na disputa, os demais perdem votos para ele, podendo haver segundo turno com o próprio Arruda, que vem perdendo terreno, ou com Leandro Grass (PT), que avançou. O especialista esteve no CB.Poder — parceria entre o *Correio Braziliense* e a TV Brasília, para comentar a quarta rodada da pesquisa *Correio/Opinião Inteligência Política*. Em uma participação por videoconferência, o CEO do Instituto,

Alexandre Garcia, falou às jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos sobre as eleições para o Senado. “A primeira vaga está bem encaminhada para Michelle Bolsonaro. Ela está à frente dos demais desde as rodadas anteriores”, disse. “O que observamos é um embolamento, com Leila do Vôlei (PDT) perdendo força e Bia Kicis (PL) ultrapassando Erika Kokay (PT), empatando tecnicamente com Leila”, completou. Ele acrescentou que a candidata petista também vem perdendo força e a do PL está avançando para mais perto de Leila na disputa para a segunda vaga.

O que é possível dizer do crescimento de Grass, que agora aparece tecnicamente empatado com Arruda?

Na consulta espontânea, Grass já passou Arruda. Ele cresceu seis pontos percentuais. Isso o

consolidou em segundo lugar na espontânea. Ao mesmo tempo, a quantidade de eleitores indecisos passou de 39% para 32%. Ou seja, nesse período, as pessoas realmente começam a se decidir, principalmente nos últimos quinze dias. Portanto, chamam a atenção o crescimento de Grass. Celina ainda cresce e Arruda perde um pouco.

Em um cenário sem Arruda, a eleição pode se resolver no primeiro turno?

Arruda é a peça central nesse processo. Na rodada passada, tínhamos Celina longe dos 50%. Agora, com 49% sem Arruda, ela está muito parecida com o percentual de votação do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) no primeiro turno das eleições de 2022. Ele recebeu 50,3% dos votos. O campo político está muito parecido. É como se Celina tivesse

ocupado esse lugar. Grass está, sem Arruda, com 25,8% dos votos válidos. Ele teve, no primeiro turno das eleições de 2022, 26% dos votos. Ou seja, o cenário sem Arruda é exatamente o reflexo da última eleição. Agora, com Arruda, todo mundo perde votos para ele.

Em uma possível saída de Arruda, quem ganha os votos?

Grass conseguiria buscar mais votos de Arruda em relação aos outros candidatos.

A rejeição de Celina pode atrapalhar uma reeleição?

Certamente. A questão da rejeição está muito conectada com a campanha dos adversários da atual governadora. É uma campanha, de modo geral, que tenta mostrar falhas, erros e problemas na gestão do governo. A consequência disso é que a rejeição

Carlos Vieira/CB/OA Press



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista

No cenário atual, não dá para cravar quem iria disputar o segundo turno com Celina, se Arruda ou Grass?

Agora não podemos dizer. Está na margem de erro. Na espontânea, Grass cresce e Arruda cai. Na estimulada, Arruda permanece à frente, mas empatado tecnicamente. Ou seja, Grass está em uma ascendência clara e Arruda está caindo. Isso se reflete na espontânea.

Para ter segundo turno, é preciso Arruda estar na disputa?

As chances de Celina ganhar no primeiro turno aumentam bastante se Arruda não for candidato.

Como avalia o cenário para a Câmara dos Deputados?

O desenho amostral da nossa pesquisa é ideal para avaliar cargos majoritários. Para deputado federal e distrital, há muitos candidatos. Então, a dispersão é muito grande. O que podemos perceber é que, pelos nossos cálculos, PL deve ter três vagas; Republicanos duas; MDB uma; PSol e Rede uma e PT, PV e PCdoB uma.

*Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso

Obituário / Sepultamentos realizados em 23 de setembro de 2026

» Campo da Esperança

Acelino Guimarães, 94 anos
Alexandre Maria Haga Torres, 54 anos
André Luís Marinho, 69 anos
Carlos José de Oliveira da Silva, 56 anos
Euclides Maria Carrijo, 95 anos
Eudália Antônio Gomes, 83 anos
Francisco Xavier Lima, 76 anos
Irani Moura Soares, 56 anos
Janaína Moreira, 52 anos
Lucas Duran da Silva, 28 anos
Maria do Carmo da Silva Neiva, 91 anos
Mariana Júlia Lauton Teixeira, 20 anos

Mercedes Lorentis Januário, 93 anos
Neusa Araújo Damasceno Ramos, 93 anos
Olívia Meng Barbosa, menos de 1 ano
Onésimo Angelino Pereira, 100 anos
Roosevelt Dias Beltrão, 85 anos
Sebastião da Silva Rio, 84 anos

» Taguatinga

Benedita Maria dos Santos Oliveira, 63 anos
Eurípides Rodrigues de Oliveira, 75 anos
Francisco Ramos Ventura, 86 anos
Gabriel Albuquerque Leonez, 12 anos
Genaldo Carlos Pereira, 61 anos

Luís Carlos Pereira, 76 anos
Luiz Vanderlei Pereira Moraes, 62 anos
Maria Augusta da Silva, 85 anos
Maria Auricélia dos Santos Teixeira, 47 anos
Maria do Socorro Mascarenhas de Moraes, 74 anos
Maria Margarida Monteiro, 87 anos
Paulo Roberto Sá Ferreira, 41 anos
Wesley Sabino de Sousa, 29 anos

» Gama

Adilina de Souza Oliveira Gomes, 92 anos

Djamir Paulo Gomes, 57 anos
Edvaldo Soares dos Santos, 58 anos
Francisco Ferreira da Silva, 77 anos
Gezu Pereira Novais, 66 anos
Simone Gonçalves dos Anjos Elias, 56 anos
Valdemar Pereira da Trindade, 73 anos

» Planaltina

Aldimirco Alves da Silva, 67 anos
Antônio Teixeira Souza, 69 anos
Niuza Francina Bastos, 84 anos
Ueliton Ribeiro Cavalcante, 50 anos
Virgílio Augusto Ferreira Neto, 48 anos

» Sobradinho

Altair Timóteo de Almeida, 51 anos
André Luiz Alves Soares, 35 anos
José Cordeiro Neto, 76 anos
Rogério Santos de Castro, 37 anos

» Jardim Metropolitano

Antônio de Sousa Rocha, 78 anos
Áurea Braz de Sousa, 40 anos (cremação)
Germana Santos Pereira de Lima, 52 anos (cremação)
Marcelo da Cruz Santos, 43 anos
Nelma Suely Duarte, 75 anos (cremação)



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

Sangrando a seta

Gosto de conversar com os motoristas de táxi, eles circulam muito, captam muitas informações, sabem o que acontece na cidade. Com sorte, pesco algum assunto para a crônica. Prefiro mais ouvir do que falar. Tento apenas suscitar as histórias. Certa vez, tomei um carro por aplicativo, comecei a conversar com a motorista. Ela contou que recebeu uma corrida

para Taguatinga, mas, na verdade, era para Sol Nascente. A moça que pediu o carro ficou com medo de a motorista não atender quanto soubesse o destino. Embrenharam por vielas escuras até a passageira desembarcar. Era noite. Lá, a motorista teve a nítida impressão de estar em uma favela do Rio de Janeiro. Rolava um funk frenético, homens passeavam nas ruas armados com os revólveres na cintura, os becos se multiplicavam. A motorista se perdeu no labirinto de ruas esburacadas e teve de pedir ajuda a um colega para sair de lá. Tomou uma tremenda bronca. Perguntei a ela qual era o esquema de segurança que dispunha e ela

respondeu: “É Deus”. Na semana passada, tomei um táxi e a prosa se dirigiu para o Rio de Janeiro. O motorista falou que, se tivesse oportunidade, gostaria de conhecer, mas sem esconder certo receio por causa da segurança. Conteí que eu tinha vários amigos por lá, mas também evitava e argumentava: “Só vou ao Rio com colete à prova de bala e se vocês forem me buscar no aeroporto”. Lembrei do amigo poeta carioca Armando Freitas Filho, que nos deixou em 2023, a quem eu tratava na condição de nosso correspondente de guerra no Rio de Janeiro: “Cada dia é uma bala de roleta russa”, escreveu em um poema. Armando

considerava o Rio uma cidade-assaltante, onde a violência poderia irromper da maneira mais abrupta e imprevista, enquanto se caminhava pela rua ou mesmo em casa ao irromper pela janela. A certa altura do trajeto, o motorista explicou que daria seta para a esquerda, pois precisaria fazer o balão e pegar a via que nos levaria ao nosso destino. Armando também gostava muito de puxar papo com os motoristas de táxi e extraiu deles a frase “sangrando a seta do lado esquerdo”, utilizada em um poema que nos joga no ambiente dramático do Rio de Janeiro. Tenho boa memória para poesia e recordei os versos: “Furo o sinal vermelho/

que não me estanca/sangrando a seta do lado esquerdo/me enfió por agulhas/gargalos/gargantas/o mar está à margem/tem pressa mas não sai de lugar/engarrafado/enquanto rodo o Rio todo/o corpo não tem férias/passa do ponto/sempre ao alcance de balas além”. O motorista me levou até o meu destino e disse que, a partir de agora, adotaria a gíria carioca, sempre que fosse dar a seta: “Agora, vou sangrar a seta do lado esquerdo”. Armando, que gostava de conversar com os taxistas e adorava jornal impresso, ficaria feliz se soubesse da história e, mais, se lesse a história em uma página de jornal.



» IZALCI LUCAS CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL (PL)

“Minha obsessão é a educação”



Veja a entrevista na íntegra

Reprodução/Correio Braziliense

» IAGO MAC CORD

O senador e candidato a deputado federal Izalci Lucas (PL) participou ontem do Podcast do Correio. Aos jornalistas Ana Maria Campos e Ronayne Nunes o senador fez duras críticas à atual gestão do governo local, apontando a situação da saúde pública e denúncias de irregularidades financeiras no BRB. Izalci também analisou a conjuntura nacional, defendeu reformas no Poder Judiciário, criticou a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e reforçou a importância da educação profissionalizante como principal instrumento de transformação social.

Como está a sua caminhada nas ruas e o que as pessoas têm pedido para o senhor?

Eu tenho um trabalho de longo tempo no DF, como distrital, federal, senador e secretário duas vezes. Comecei na educação com um projeto que virou o Prouni no governo Lula. Depois, fiz o DF Digital, maior programa de inclusão digital do Brasil, entregando 600 mil certificados. Tivemos escolas em tempo integral, o Bolsa Universitário, 33 mil computadores para professores, federalizamos a escola técnica de Planaltina e viabilizamos 11 Institutos Federais. O pessoal se lembra disso, mas cobra muito a saúde, a regularização fundiária e o apoio à agricultura familiar.

Por que a saúde pública

continua sendo a reclamação mais caótica da população?

A saúde está caótica e matando gente, com pessoas esperando três anos por cirurgia. Na oncologia, alocamos R\$ 120 milhões para o Hospital do Câncer e perderam o prazo; a obra está na fundação. Perdi meu irmão com câncer esperando tratamento. Leva-se seis meses para um clínico, seis para o especialista e seis para o exame. E temos R\$ 74 bilhões de orçamento. Falta gestão: não há controle de estoque de remédios, não há integração dos sistemas e o salário dos médicos é baixo para fixar o profissional.

O senhor encerra o mandato de senador e agora vai disputar a Câmara dos Deputados. Por que essa mudança?

O (José Roberto) Arruda tinha um compromisso comigo, mas, com os problemas jurídicos dele, as coisas mudaram. Aí o Flávio Bolsonaro me pediu: “Izalci, não abandona, vai para federal. A gente precisa de uma liderança sua na Câmara. O trabalho que você fez no Senado é maravilhosos”. Resolvi mudar para federal sabendo que tudo acontece no tempo certo.

E qual é a sua avaliação sobre o Banco de Brasília (BRB) e essas denúncias de rombo na instituição?

O BRB é fundamental para Brasília, mas essa gestão resolveu abrir o banco para o Brasil todo. Compraram carteiras que não prestam e hoje há um prejuízo estimado em R\$ 22 bilhões. Não

publicaram o balanço até hoje porque é inviável. É um absurdo o governo pedir empréstimos comprometendo fundos por 15 anos enquanto o banco vive isso. E a Câmara Distrital não fez CPI, nem fiscalizou, aprovando processos em 24 horas.

Em relação ao STF e ao Judiciário, o que precisa mudar na próxima legislatura?

O primeiro passo é aprovar meu projeto de resolução estabelecendo prazos de 5 dias para o presidente do Senado se manifestar e 15 para instalar CPI ou processo contra ministro. Quando votamos o fim das decisões monocráticas, teve ministro do Supremo ligando para senador e ameaçando colocar processo na pauta. Há uma chantagem. Precisamos de senadores independentes para votar contra esse ativismo e reequilibrar os Poderes.

Se eleito deputado federal, qual será o seu foco principal de trabalho?

Minha obsessão é a educação ligada à ciência e tecnologia. Fui relator do Fundeb e presidente da comissão do novo ensino médio. Precisamos corrigir a alfabetização na idade certa e investir no ensino profissionalizante. Hoje, 60% dos jovens saem do ensino médio sem saber matemática e 78% não entram na faculdade nem têm profissão. Sem escola moderna, com internet e laboratório, não se segura o aluno. Precisamos valorizar o professor e dar uma profissão ao jovem.

» RODRIGO ROLLEMBERG CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL (PSB)



Reprodução/CB



Veja a entrevista na íntegra

“Temos que resgatar o Congresso Nacional”

» CARLOS SILVA

Candidato à reeleição para a Câmara dos Deputados, Rodrigo Rollemberg (PSB) afirmou que, em um segundo turno sem Ricardo Cappelli o partido deve apoiar Leandro Grass (PT). A declaração foi durante entrevista no Podcast do Correio. Em conversa com as jornalistas Mariana Niederauer e Ana Maria Campos, o ex-governador também falou sobre sua atuação no Congresso e garantiu que apoiará o Distrito Federal, independentemente de quem assuma o Palácio do Buriti. Ele também atribuiu aos governos de Ibaneis Rocha e Celina Leão (PP) a responsabilidade pela atual situação da saúde pública no DF e afirmou que os dois devem explicações à população sobre a piora do sistema nos últimos anos.

A situação da saúde é muito triste e grave, de acordo com a população. Como um deputado federal pode ajudar no Congresso a melhorar isso?

Quando o meu governo terminou, no final de 2018, a saúde do Distrito Federal ainda não estava boa, mas vinha melhorando bastante. Com toda a dificuldade financeira que peguei, construí o novo Hospital da Criança e contratei 10.037 servidores da saúde — o que é mais do que o dobro do que o Ibaneis (Rocha) contratou nos primeiros quatro anos e no segundo período de governo. Deixei pronto e aprovado o projeto

do Hospital do Câncer com algum recurso destinado. Não sei por que os governos Ibaneis e Celina Leão não iniciaram a construção desse hospital. Como deputado federal, independentemente de quem seja o governador — eu tenho o meu candidato, que todo mundo sabe que é o Ricardo Cappelli (PSB) —, estarei pronto para ajudar trazendo recursos através de emendas individuais, de bancada, de comissão ou articulação via programas do governo federal (como o PAC) para o Hospital do Câncer, novos hospitais e contratação de profissionais. Eu paguei todas as dívidas da saúde. Por que em oito anos a saúde degringolou tanto? A explicação Ibaneis e Celina devem à população.

O senhor disse que vai ajudar Brasília, caso seja reeleito, independentemente de quem assumir o Buriti. O senhor avalia que está cada vez mais difícil de se encontrar no Legislativo?

Nós temos que resgatar o Congresso. O que percebo ali é uma falta de respeito total entre os parlamentares. Um debate com respeito, por mais veementes que sejam na discordância das suas posições, mas com respeito pessoal. Isso é um princípio do parlamento: o respeito à pessoa humana, não a tentativa de destruição da reputação dos interlocutores que discordam das suas posições. Quero deixar claro: independentemente de quem for o próximo governador ou governadora do Distrito Federal, eu estarei

pronto para ajudar a população do DF. Se quem ganhar for candidato da oposição, serei oposição e denunciarei aquilo que considerar equivocado. Mas aquilo que for bom para o Distrito Federal — uma obra, um hospital, uma articulação importante —, vai contar comigo. Porque, para mim, acima de qualquer partido ou interesse individual, está a população do DF. É a ela que devo explicações.

Estamos a poucos dias do final da campanha. Pelas pesquisas, o candidato do PSB não estará no segundo turno, caso haja. Como o senhor vai orientar o seu partido num eventual segundo turno?

Hoje o que está claramente colocado é a possibilidade de segundo turno entre Celina e Leandro Grass, ou de segundo turno entre Celina e José Roberto Arruda. Nós temos muito pouco tempo para a eleição e esse quadro é o que provavelmente vai acontecer. Estamos diante da proximidade, a qualquer momento, do julgamento da candidatura de José Roberto Arruda, que vem sendo desidratada em função da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) que, por 5 votos a 0, o tornou inelegível. Não estou entrando no mérito da decisão, mas é fato que é isso. É muito difícil o TSE reformar uma decisão tomada pelo TRE por 5 votos a 0. Então, provavelmente, teremos um segundo turno entre Celina Leão e Leandro Grass. É claro que a posição do PSB é apoiar Leandro Grass.



FEDERAÇÃO DO BRASIL PROGRESSIVAMENTE - NOVA ALTERNATIVA - 4º PERÍODO LEGISLATIVO

Visita da Apae-DF ao CCBB Brasília faz parte da programação da 20ª Primavera dos Museus e aproximou estudantes de obras do artista japonês Yoshitaka Amano. Edição de 2026 segue até 27 de setembro

Arte para todos

Fotos: Carlos Vieira/CB/D.A Press



Alunos da Apae festejam a ida ao CCBB, dentro da programação da 20ª Primavera dos Museus

» DAVI CRUZ

Entre personagens fantásticos, desenhos nas paredes e iluminação especial, a visita ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) ganhou um significado especial para um grupo de alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal (Apae-DF). Os estudantes conheceram, na última terça-feira, a exposição *Yoshitaka Amano – Além da Fantasia* e mergulharam no universo do artista japonês durante uma atividade do Rolê Cultural, programa educativo do CCBB.

A atividade abriu a semana da 20ª Primavera dos Museus, que ocorre entre 21 e 27 deste mês. Para Julia Santos Pedrosa, 19 anos, que tem síndrome de Down, a experiência foi uma daquelas que merecem ser repetidas. “Foi maravilhoso. Gostei de tudo que vi nesse prédio lindo”, resumiu a estudante após o passeio. Entre os planos para uma próxima visita, estão levar os pais e continuar descobrindo novos espaços culturais.

O colega João Carlos Matos também saiu do passeio com vontade de voltar. Fã de desenhos e animes, ele se interessou pelas obras e lembrou de personagens de produções como *Naruto* e *Pokémon*. “Gostei muito dos desenhos porque gosto de desenhar também. Foi bem legal”, contou. Para ele, a primeira passagem pelo CCBB deixou a expectativa de uma próxima visita com a família e os amigos.

A professora de artes da Apae-DF, Nilza Silva Gomes, acompanhou o grupo e destacou a importância de proporcionar aos alunos experiências fora do ambiente escolar. Segundo ela, muitos já têm contato frequente com atividades artísticas e visitas a exposições, o que torna a experiência ainda mais significativa. “Eles ficaram felizes e, cada vez que vamos a um ambiente desse, em que eles estão incluídos, ficam todos felizes”, afirmou. Para a professora, ampliar o acesso a atividades culturais gratuitas também permite que outros alunos tenham a mesma oportunidade.

Campanha

A visita da Apae ocorreu durante a 20ª Primavera dos Museus, campanha promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) entre 21 e 27 de setembro. Com o tema “Museus para Todas as Pessoas”, a edição deste ano busca ampliar a participação e o acesso aos espaços culturais.

No CCBB Brasília, a programação se concentra até 27 de setembro e inclui atividades do Rolê Cultural, com visitas mediadas, ações de acessibilidade e experiências voltadas a diferentes públicos.

Uma das portas de entrada para a Primavera dos Museus é o Rolê Espontâneo, visita mediada que não precisa de agendamento prévio

O jovem João Carlos Matos posa com um dos trabalhos do japonês Yoshitaka Amano



Programação educativa, com visitas mediadas, explora o universo de fantasia e games

O Rolê Cultural inclui ações de acessibilidade e experiências voltadas a diferentes públicos



20ª PRIMAVERA DOS MUSEUS

Rolê Espontâneo no CCBB

Até domingo, das 10h às 19h, com visitas de hora em hora. Não é necessário agendamento. Cada visita dura uma hora e comporta até 30 pessoas.

Museu da Educação

Visita mediada à exposição de longa duração *Memória da Educação do Distrito Federal* e aos demais espaços do museu, com ação educativa, em 25/9, das 8h às 12h.

Rolê no Jogo Coleção de Arte BB

Nos dias 25 e 26/9, às 18h, o público vai montar a própria coleção a partir de obras de artistas, como Oscar Niemeyer, Athos Bulcão e Roberto Burle Marx.

Museu da Imprensa

Até 27/9, das 9h às 17h, exposição sobre a trajetória da Imprensa Nacional no Brasil desde a sua criação até os dias atuais.

Museu Correios

Exposição *Contempla Poetas – Zagut*, que traz artes visuais com obras inspiradas no tema da poesia, a partir de trabalhos de um coletivo de artistas, até 27/9, das 10h às 18h.

e ocorre de hora em hora, das 10h às 19h. Os visitantes podem se juntar em grupos e percorrer as exposições em cartaz com um educador, em mediações que se adaptam às idades e aos interesses dos curiosos. Cada visita dura uma hora e recebe até 30 pessoas.

Um dos pontos fortes é a acessibilidade, presente no Rolê com Libras, que acontece toda sexta-feira e reúne pessoas surdas e ouvintes em encontros conduzidos por educadores e intérpretes. Amanhã (25), às 16h, a atividade propõe uma vivência em Libras na exposição de Yoshitaka, com 25 vagas para os espectadores.

Acervo

O acervo e o próprio edifício também fazem parte da programação. Nos dias 25 e 26/9, às 18h, o Rolê no Jogo Coleção de Arte BB convida o público a montar a própria coleção a partir de obras de artistas, como Oscar Niemeyer, Athos Bulcão e Roberto Burle Marx. Já a Visita-Espectáculo, nos dias 26 e 27, às 16h, conduz os participantes por uma caça às cartas deixadas por Niemeyer, com músicas, cantigas e brincadeiras que revelam obras de arte e detalhes da arquitetura do Edifício Tancredo Neves.

Para Stefane Rissoli, coordenadora pedagógica do CCBB Brasília, receber grupos como o da Apae faz parte da proposta de formação de público desenvolvida pelo programa educativo. “A intenção é justamente esta: que mais pessoas venham conhecer o museu e, principalmente, as práticas educativas que fazemos aqui”, explicou.

Na exposição de Yoshitaka Amano, o desenho funciona como uma porta de entrada para diferentes públicos. As mediações são pensadas de forma dinâmica, com jogos e atividades que estimulam a interação entre os visitantes e as obras. “É uma imersão artística e pedagógica”, resumiu Stefane.

A exposição *Yoshitaka Amano – Além da Fantasia* reúne 218 obras originais e apresenta mais de cinco décadas da trajetória do artista japonês, conhecido por trabalhos ligados a *Final Fantasy*, *Vampire Hunter D* e *Angel's Egg*. No Pavilhão de Vidro, uma sala imersiva utiliza nove projetores a laser sincronizados para transportar o público para o universo de Deva Loka. A experiência audiovisual dura 11 minutos e 40 segundos e combina projeção, luz, som e automação. A exposição permanece em cartaz até 1º de novembro.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

MINISTÉRIO DA
GESTÃO E DA INOVAÇÃO
EM SERVIÇOS PÚBLICOS



AVISO DE LICITAÇÃO

Leilão Eletrônico SPU nº 20/2026

1. A União, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União, torna público que às **10 horas (horário de Brasília/DF)**, do dia **05 de novembro de 2026**, no Portal VendasGov - Imóveis (<https://imoveis.vendasgov.serpro.gov.br/>), será realizada sessão pública eletrônica de leilão para venda de imóvel, sendo permitido o **envio de propostas até às 09h59**, do mesmo dia. As regras estão dispostas no Edital de Leilão Eletrônico SPU nº 020/2026, disponível no Portal.

2. Imóvel ofertado: **Item 1:** um apartamento de 74,61 m² de área privativa, com 1 (uma) vaga de garagem, localizado na **AOS 04, Bloco D, apartamento 313, Bairro Octogonal, Brasília/DF**, matriculado sob o número 52.944 (apartamento) e 52.863 (vaga de garagem) no Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal-DF, e será vendido nas condições em que se encontra, pelo valor mínimo de R\$ 633.434,97.

3. Informações sobre o imóvel poderão ser solicitadas à Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, localizada à SEP 516, conjunto D, 1º andar - Brasília/DF, e-mail nucleo.fiscalizacao@gestao.gov.br, telefone (61) 2020-6642 / 6641 / 6643. Dúvidas sobre o edital ou Portal VendasGov - Imóveis poderão ser esclarecidas pelo e-mail (leilao.spu@gestao.gov.br) ou telefone (61) 2020-4476.

THALLYTA DE PAIVA LACERDA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação



AGÊNCIA NACIONAL DE
TRANSPORTES TERRESTRES



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 172/2026

Objeto: Contratação de serviços de administração e gerenciamento de manutenção da frota de veículos da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com implantação e operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota, por meio de internet, através de rede de estabelecimentos credenciados, em âmbito nacional, visando a manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de peças e acessórios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Data de início de recebimento de propostas: 23/09/2026, 08:00. Forma de apresentação: Eletrônica. Data de Abertura: 07/10/2026, 10:00. Endereço eletrônico do Edital: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnetweb/public/compras/acompanhamento-compra?compra=39300105001722026>.

Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação



NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A.

COMPANHIA FECHADA
CNPJ/MF nº 07.522.669/0001-92

AVISO AOS DEBENTURISTAS

A NEOENERGIA DISTRIBUIÇÃO BRASÍLIA S.A. ("Emissora") comunica aos Senhores Debenturistas da 4ª Emissão Pública de Debêntures Quilografárias e não Conversíveis em Ações ("Debenturistas"), nos termos do disposto na Cláusula 5.1.1 da Escritura Particular de 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quilografária, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série única, que promoverá em 02 de outubro de 2026 o Resgate Antecipado da totalidade das Debêntures da Série única em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal das Debêntures da Série única em circulação, acrescido da Remuneração aplicável e pagamento de prêmio, calculados com base nos termos da referida Escritura. Brasília, 24 de setembro de 2026. **Luciana Maximino Maia - Diretora Financeira e de Relações com Investidores.**

ESPORTES

correiobrasiliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

SUL-AMERICANO Campeão com recorde em Santa Fé, brasiliense de Sobradinho transforma 2026 em temporada de evolução e reafirmação, com bons resultados em distância que será adotada nos Jogos Olímpicos de Los Angeles-2028

Auge em marcha

DANILO QUEIROZ

Há temporadas nas quais um atleta disputa para confirmar o próprio tamanho. Há outras nas quais ele compete para descobrir até onde ainda pode chegar. Para Caio Bonfim, 2026 teve um pouco das duas coisas. Aos 35 anos, o brasiliense de Sobradinho atravessou o calendário entre recordes, pódios e novas distâncias, manteve-se entre os principais nomes da marcha atlética mundial e terminou o ano com uma conquista capaz de apontar para o futuro: o ouro nos Jogos Sul-Americanos de Santa Fé-2026, na Argentina, acompanhado do recorde sul-americano da meia maratona em pista.

O resultado na possível última competição do atleta no ano está longe de ser um caso isolado. Ele fecha mais um capítulo de um caminho iniciado com os olhos voltados para Los Angeles-2028, onde a meia maratona de marcha atlética fará parte do programa olímpico. Antes dos Jogos, há o Pan-Americano de Lima, em 2027, e Santa Fé-2026 funcionou como uma das portas de entrada para essa competição: os campeões das provas individuais do atletismo garantiram vaga no Pan. Caio, portanto, termina 2026 com o título continental e uma nova referência de desempenho para perseguir nos próximos dois anos.

Mas a história desta temporada começou muito antes de Santa Fé. O brasiliense iniciou a preparação logo no segundo dia do ano e faturou a Copa Brasil. Em fevereiro, ainda construindo a forma para o Mundial de Marcha Atlética por Equipes de Brasília, Caio baixou o recorde brasileiro e sul-americano da meia maratona para 1h21min44s, em Kobe, no Japão. Pouco depois, foi prata em Taicang, na China. Era o começo de um ano no qual a marcha deixaria de ser apenas uma prova de resistência para também exigir dele novas estratégias, novos ritmos e uma adaptação à futura distância olímpica de 21,097 km.

E então veio Brasília. O Mundial de Marcha Atlética por Equipes transformou a cidade natal em palco de uma das conquistas mais simbólicas da carreira. Na Esplanada dos Ministérios, diante de uma torcida próxima e de uma prova carregada de expectativa, Caio conquistou o bronze na meia maratona, com 1h27min36s. Era a quinta medalha dele em Mundiais e, ao mesmo tempo, uma lacuna preenchida: faltava um pódio justamente no evento específico da marcha atlética. O cenário tornou a medalha ainda mais especial. “No dia que Brasília saiu como sede, eu falei: ‘nossa, estou lascado’. Muita responsabilidade. A cidade que eu nasci e escolhi treinar, representar”,

Alexandre Loureiro/COB



Caio Bonfim estabeleceu novo recorde sul-americano em provas de pista e colocou em prática estratégia treinada ao longo do ano para vencer

Alexandre Loureiro/COB



A nova medalha da coleção brasiliense dá fôlego para o Pan de Lima

contou o brasiliense após a prova. “Deus escolheu esse dia, em Brasília, para eu preencher meu álbum de figurinhas.”

A medalha em casa, porém, não encerrou o capítulo da brilhante temporada. Menos de duas semanas depois, Caio voltou à pista para

disputar os 5.000 metros no Troféu Adhemar Ferreira da Silva e estabeleceu outro recorde continental. Com 18min37s35, superou a marca de Jefferson Pérez, vigente desde 2007. A façanha ajudou a revelar outra dimensão da temporada: o marchador não estava apenas

administrando o calendário de um campeão mundial e medalhista olímpico; estava testando os próprios limites em provas diferentes, ajustando velocidade e resistência para a nova distância olímpica.

O segundo semestre manteve a curva ascendente na meia maratona. Depois de prata em Podebrady, quarto lugar em La Coruña e bronze em Madri, o marchador chegou ao Troféu Brasil em julho e venceu novamente a prova da distância, desta vez em 1h24m20s93, estabelecendo o recorde sul-americano da etapa em pista. Dois dias depois, voltou a vencer, agora nos 35.000 metros, com 2h31m09s70 e mais um recorde sul-americano. O primeiro resultado ainda rendeu a Caio o 16º título no Troféu Brasil, enquanto o segundo ampliou para 17 a coleção de conquistas dele na competição.

Embasado no repertório acumulado durante oito meses, Caio chegou a Santa Fé. A prova não foi uma marcha solitária na frente:

o equatoriano Alexander Hurtado permaneceu na disputa até os quilômetros finais, e o brasileiro precisou colocar em prática justamente uma das armas trabalhadas durante a temporada: os tiros de 3.000 metros. Caio impôs ritmo, esperou o momento certo e acelerou na parte decisiva para completar as 53 voltas em 1h22m30s10, sete segundos à frente do adversário. O equatoriano ficou com a prata, enquanto Jordy Jiménez terminou em terceiro. O ouro veio acompanhado de mais um recorde brasileiro e sul-americano de pista.

A maneira como a vitória foi construída parece resumir o ano. Depois de passar parte da prova atrás dos líderes, Caio guardou energia para os 3.000 metros finais e colocou em prática o trabalho realizado nos treinos. “Eu falei: ‘cara, eu vou fazer os 3.000 m igual a gente treinou’ (em abril, praticou a 10m53s) e agradeço meus companheiros de treino. A gente se preparou muito para essa reta final”,

explicou o campeão, ao contar como conseguiu responder ao ataque de Hurtado. “Para mim, a medalha é um sonho realizado. Fico feliz, porque essa construção de hoje, nessa prova, é a última etapa para o ano pré-olímpico de 2027. Então, vamos lá”, afirmou Caio.

A frase talvez seja a melhor maneira de olhar para o próximo capítulo. Caio já tem uma prata olímpica, ouros, pratas e bronzes em Mundiais. Agora, aos 35, ele encerra um ano no qual voltou a quebrar recordes e mostrou capacidade para evoluir em uma prova nova no programa olímpico. O Pan de Lima será a próxima grande estação. Lá, buscará o primeiro ouro da carreira no evento (tem duas pratas e dois bronzes). Depois, Los Angeles. Entre uma parada e outra, o marchador de Sobradinho terá tempo para fazer aquilo capaz de sustentar uma carreira tão longeva: treinar, se reenergizar ao lado da família, ajustar detalhes e descobrir mais alguns segundos para tirar do relógio.

Conmebol multa o Fla

A Conmebol multou o Flamengo e o técnico Leonardo Jardim por um atraso no reinício do jogo contra o Independiente del Valle, no Estádio Atahualpa, em Quito, no último 10 de setembro, pelas quartas de final da Libertadores. A entidade emitiu a notificação ontem. Cabe recurso. A multa ao clube é de 60 mil dólares (R\$ 304 mil), enquanto a do técnico português é de 40 mil dólares (R\$ 206,6 mil). Os valores serão debitados do montante que o Fla terá a receber por direitos de transmissão.

Caio Bonfim em 2026

Janeiro Copa Brasil — ouro 1h28m00s (meia maratona)
Fevereiro Campeonato Japonês 1h21m44s (meia maratona) Recorde sul-americano
Circuito Mundial — prata 1h23m00s (meia maratona)
Abril Mundial de Marcha — bronze 1h27m36s (meia maratona)
Troféu Adhemar 18m37s35 (5.000m) Recorde sul-americano
Maio Podebrady — prata 1h23m40s (meia maratona)
La Coruña — 4º lugar 1h24m08s (meia maratona)
Madri — bronze 39m31s (10 km)
Julho Troféu Brasil — ouro 1h24m20s93 (meia maratona) Recorde sul-americano de pista
Troféu Brasil — ouro 2h31m09s (35 km) Recorde sul-americano
Setembro Jogos Sul-Americanos 1h22m30s10 (meia maratona) Recorde sul-americano de pista

Giro esportivo

Alexandre Loureiro/COB



Piu sobra em Santa Fé

Alison dos Santos sagrou-se campeão da prova dos 400m rasos nos Jogos Sul-Americanos de Santa Fé. Na Argentina, Piu completou a prova em 44s61 e terminou quase um segundo na frente do 2º lugar.

Raul Baretta/Santos



Peixe condenado

O Santos foi condenado pela Câmara Nacional de Resolução de Disputas (CNRD) por conta de uma dívida de mais de R\$ 18 milhões com o Cuiabá. A cobrança é referente ao zagueiro Joaquim.

Paul Crock/AFP



Corneta de Alonso

O experiente Fernando Alonso tornou-se o porta-voz dos pilotos para resgatar a Fórmula 1 atrativa. Crítico às novas regras, o espanhol diz que “acabou a diversão” nas corridas em 2026.

Isabela Azine/Atlético-GO



Novo comando no Inter

O Internacional anunciou Eduardo Baptista como novo treinador do clube. O profissional chega como uma tentativa desesperada para tentar livrar o clube do rebaixamento no Brasileiro.

Cesar Greco/Palmeiras



Abel de saída?

Bastante questionado pela queda de rendimento do Palmeiras no Campeonato Brasileiro, o técnico Abel Ferreira surge como um dos favoritos para assumir a função de treinador no Sporting.

Darrian Traynor/AFP



Caso Hakimi

O lateral Hakimi enfrentará o banco dos réus por acusação de estupro contra uma jovem. A defesa havia entrado com um recurso no Supremo Tribunal de Versalles, que encaminhou o caso à julgamento.

ESPORTES

DATA FIFA

Ancelotti, Tuchel, Zidane, Klopp, Xavi, Mancini, Jesus, Van Bommel, Gallardo, Rafa Márquez... O ciclo para a Copa de 2030 começa hoje com técnicos de grife

Na força dos nomes

RAFAEL LINS*

O ciclo para torneios continentais como a Liga das Nações 2026/2027, a Euro e a Copa América em 2028 e o Mundial centenário em 2030 começa, hoje, com grifres à beira do campo. Inspirados por Brasil e Inglaterra, liderados, respectivamente, pelos campeões da Champions League Carlo Ancelotti e Thomas Tuchel, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Equador, México, Itália e Uruguai delegaram a prancheta a figurões.

A troca de bastão mais badalada foi protagonizada pela França. Campeão mundial em 2018 e vice em 2022, Didier Deschamps deixou o cargo após 12 anos. Zinedine Zidane assumiu o papel de treinador depois de cinco temporadas. Campeão do mundo como jogador em 1998 e colecionador de 11 troféus pelo Real Madrid como técnico, entre eles três edições da Champions League, o francês de 54 anos assume a missão de comandar os Bleus.

À beira do gramado, Zidane terá quatro desafios na primeira Data Fifa. A França enfrentará Turquia, Itália e Bélgica (duas vezes) pela Nations League. Na primeira convocação, ele chamou cinco estreantes: O goleiro Restes

(Toulouse), o zagueiro Jacquet (Liverpool), os meias Diouf (Internazionale) e Da Cunha (Como) e o atacante Lepaul (Rennes).

“É a primeira convocação, o primeiro período de treinos, as ideias estavam bem claras. Pode haver um ou dois jogadores que não estão lá (na lista) intencionalmente, devido à falta de tempo de jogo ou pequenas lesões, mas tem sido muito trabalho desde a minha nomeação em 28 de julho”, disse Zidane após a convocação.

Na Alemanha, Julian Nagelsmann foi demitido. O ex-treinador de Liverpool e Borussia Dortmund, Jurgen Klopp é o novo técnico da seleção. O campeão da Champions League em 2019 estava sem clube desde a saída do time inglês em 2024. A primeira convocação mostrou personalidade. Jurgen Klopp convocou 44 jogadores.

O treinador optou por dividi-los em duas equipes. A primeira jogará as partidas contra Holanda e Grécia e conta com um plantel de 24 atletas. Os outros 20 estarão à disposição contra a Sérvia e novamente a Grécia pela Nations League. Klopp mesclou jogadores experientes com estreantes para avaliar a postura dos atletas com a camisa da Alemanha.

“Não temos um time principal e

Franck Fife/AFP



»Brasil

O técnico Carlo Ancelotti definirá, hoje, a escalação para o amistoso de amanhã contra a Austrália, às 7h, em Townsville. A provável formação é: Hugo Souza; Vanderson, Marquinhos, Gabriel Magalhães e Douglas Santos; Andrey Santos, Danilo e Bruno Guimarães; Estêvão, Raphinha e Vinicius Junior.

O técnico Zinedine Zidane enfremta a Turquia, a Bélgica duas vezes e a Itália em jogos oficiais da Nations League

A Bélgica também reformulou. Rudi García saiu para a chegada do ex-volante holandês Mark van Bommel. O ex-jogador da Holanda começou a carreira de treinador no PSV. Passou pelo Wolfsburg e pelo Royal Antwerp antes de chegar à seleção belga. Van Bommel terá desafios contra Itália, Turquia e duas vezes contra a França.

A Holanda contratou um espanhol. O ex-jogador e treinador do Al-Sadd e do Barcelona, Xavi Hernández, assume na vaga de Ronald Koeman. Ele é o primeiro estrangeiro a comandar a Laranja Mecânica desde o austríaco Ernst Happel na campanha do vice na Copa de 1978. O diretor da seleção e ex-jogador Nigel De Jong assumiu que Xavi era a terceira prioridade, atrás de Pep Guardiola e de Arne Slot. O espanhol terá Alemanha, Grécia e duas vezes a Sérvia como adversários.

Ausente nas últimas três edições da Copa, a Itália volta a apostar em Roberto Mancini, protagonista do título da Euro-2020, disputada em 2021 devido à pandemia. O treinador sucede a Gattuso. Mancini terá a Bélgica, França e duas vezes a Turquia como adversários.

Programa-se

Principais jogos da Data Fifa

24/9 - Hoje
Liga das Nações
15h45 Holanda x Alemanha
25/9 - Amanhã
Amistoso
7h Austrália x Brasil
Liga das Nações
15h45 Itália x Bélgica
26-9 - Sábado
Liga das Nações
15h45 Inglaterra x Espanha
27/9 - Domingo
Liga das Nações
15h45 Noruega x Portugal
28/9 - Segunda
Liga das Nações

15h45 Bélgica x França
29/9 - Terça
Amistoso
7h Austrália x Brasil
Liga das Nações
15h45 Espanha x Croácia
30/9 - Quarta
Amistoso
17h Argentina x Bolívia
1/10 - Quinta
Liga das Nações
15h45 Alemanha x Sérvia
2/10 - Sexta
Liga das Nações
15h45 França x Itália

3/10 - Sábado
Amistoso
11h Índia x Brasil
Liga das Nações
15h45 Croácia x Inglaterra
4/10 - Domingo
Liga das Nações
15h45 Portugal x Noruega
5/10 - Segunda
Liga das Nações
15h45 França x Bélgica
6/10 - Terça
Liga das Nações
15h45 Inglaterra x Tchêquia
Amistoso
17h Argentina x Benim

Mais figurões

Outras seleções europeias apostam em nomes badalados. Portugal demitiu Roberto Martínez após a eliminação nas oitavas de final da Copa contra a Espanha e trouxe Jorge Jesus.

América

Há reformulação na América Latina. México, Equador e Uruguai investem na experiência. O México confia no ex-zagueiro e ídolo da seleção Rafa Márquez. O Equador buscou o currículo de Marcelo Gallardo, bicampeão da Libertadores pelo River Plate (2015 e 2018). O Uruguai não conta mais com Marcelo Bielsa e deixou Diego Forlán como treinador interino.

Das 48 seleções da Copa, 20 trocaram de técnicos. Finalistas, a atual campeã Espanha e a vice, Argentina, apostam na continuidade. Os tricampeões apresentaram oferta de renovação a Lionel Scaloni. A Espanha mantém Luis De La Fuente até 2032. A Inglaterra prestigia Thomas Tuchel depois do terceiro lugar ao derrotar a França.

* Estagiário sob a supervisão de Marcos Paulo Lima

ELAS DECIDEM.
VOCÊ ASSISTE.
FINAL / CANDANGÃO FEMININO 26
A PARTIR DAS 10H
AO VIVO NA
TV BRASILIA
REDETV

APOIO: CORREIO BRAZILIENSE

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua cresce em Peixes. Rios de vida na forma de estruturas atômicas visíveis e invisíveis circulam através de todas as entidades no Universo, sejam essas de tamanho colossal, como galáxias, ou infinitesimais, como moléculas. Nessas estruturas atômicas está o germe da consciência, que nossa humanidade busca na inteligência, não porque aí esteja, mas porque somos obcecados em encontrar uma maneira de dominar a consciência, em vez de aceitar que é nela que descobrimos os limites de nosso domínio. Nós, mediante o uso da consciência, que na prática nos usa, inclusive quando pretensiosamente achamos que a estamos usando, recebemos os rios de vida, os metabolizamos de acordo ao nosso alcance de entendimento e, se tudo der certo, distribuímos a vida que recebemos através do intelecto, da emoção e das atividades em que nos engajamos.

**ÁRIES**
21/03 a 20/04

Dar a razão a quem luta furiosamente por tê-la é a maneira mais eficiente de você se livrar dessa pessoa rapidamente, porque ninguém espera que a razão lhe seja concedida, todo mundo acha que precisa guerrear.

**TOURO**
21/04 a 20/05

As condições estão longe de serem as ideais, mas isso não significa que você deva empreender uma guerra santa contra tudo e todos. Procure se ater às devidas proporções de tudo que acontece, sem exagerar a nota.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

A reflexão há de vir após todas essas descobertas que iluminam sua mente, tomar notas vai ajudar muito nesse processo, porque as ideias motivam sua alma a agir, mas isso há de ser feito com maturidade. Em frente.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Se de algo há de servir esta leitura, tem de ser para lhe orientar a que, nesta parte do caminho, você prefira sacrificar seus desejos, que não coincidem com o que é necessário fazer. Opte por suprir as necessidades.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

No meio desse clima que dá para cortar com faca, de tão denso que se tornou, há sinais auspiciosos, indicações de que, no fim, as pessoas interessadas podem vir a finalizar os conflitos e sentar à mesa de negociação.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

Diante dos desafios e dos riscos envolvidos, sua alma recua, mas reforce sua vontade de progredir para que esse recuo seja temporário, como o da pantera que dá uns passos para trás antes de dar o bote. Em frente.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

Grandes coisas acontecem sob pressão e com fortes tensões providas de todos os lados, inclusive da parte das pessoas que, supostamente, deveriam estar aí para apoiar e dar incentivo. Não importa. Em frente.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

As questões mais importantes e valiosas que sua alma anda percebendo nesta parte do caminho são justamente as que precisam ser mantidas sob uma boa camada de sigilo, porque as pessoas não as compreenderiam.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

Que a maioria pense assim ou assado não significa que você deva seguir pelo mesmo caminho. Eventualmente, a maioria democrática tem razão, mas se você suspeitar que haveria alternativa melhor, siga por essa.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Estando tudo mais ou menos certo, o seguinte passo é exorcizar as preocupações inúteis e ficar com as que de verdade precisam de atenção, dado que ninguém, a não ser você, poderia fazer algo a respeito.

**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Se as ideias pudessem se materializar de imediato, como seria o cenário pelo qual você transita agora? Se materializariam coisas interessantes e em nome do bem comum? Ou haveria distorções múltiplas em andamento?

**PEIXES**
20/02 a 20/03

As tensões e ansiedades que sua alma estava convencida de ter superado dão as caras novamente, como se nunca tivessem desaparecido. Assim são as coisas, porém, você não precisa sucumbir à ansiedade. Só se quiser.

MÚSICA

O improviso do jazz

» NAHIMA MACIEL

É assentado no improviso e em um estilo ancorado no jazz, mas em diálogo com uma grande diversidade de ritmos que Mário Laginha senta hoje ao piano do auditório do Instituto Camões, na Embaixada de Portugal, para um concerto único. Um dos nomes mais renomados do piano do jazz contemporâneo de Portugal, o pianista português traz à capital um repertório que inclui as faixas do último disco solo, *Retorno*, lançado em fevereiro deste ano.

Com uma discografia que tem participação em 30 discos, incluindo uma parceria com o brasileiro André Mehmari e algumas outras com a pianista Maria João Pires, Laginha tem uma carreira de mais de quatro décadas dedicadas, principalmente, ao jazz. *Retorno* é o segundo disco solo depois de *Canções e fuga*, uma homenagem a Johann Sebastian Bach. “Como todas as fugas, as peças do primeiro disco eram escritas da primeira à última nota, é um disco muito mais escrito do que esse agora. *Retorno* tem improvisos totais e é mais livre. Não quis que tivesse tanta forma. Claro, muitos temas são escritos mas, como muita música no jazz, há uma parte escrita e outra improvisada. *Retorno* é mais isso”, avisa o pianista, em entrevista ao **Correio**.

O improviso, avisa o músico, será parte importante do recital porque é parte importante da prática jazzística, mas não deixa de ser, sempre, um caminho arriscado para o músico. “Sempre adorei fazer, mas nunca fiz um concerto inteiro improvisado”, conta. “A liberdade que sinto é uma liberdade misturada com risco, porque não sei se o caminho que vou escolher vai na melhor direção. Mas esse risco, às vezes, tem surpresas e me leva a sítios que a música escrita não leva. E gosto de criar a possibilidade de que isso aconteça. Mesmo o fato de nem ter certeza que vai acontecer dá mais encanto.”

O jazz standard é a base da formação de Laginha, que assume ter sido muito influenciado pela história do jazz americano, embora nunca tenha gravado um disco com esse repertório. “Acho que se tentasse fazer um disco com esse tipo de jazz, ia fazer muito pior do que muitos já fizeram. A ideia é fazer minha música, que tem influências para além



Pianista português Mario Laginha

do jazz, como a música brasileira, a africana, a portuguesa. Minha identidade é só uma dessas influências todas. Minhas influências estão diluídas na minha personalidade musical”, explica o músico.

O fado, gênero tão português, é um capítulo à parte nessa lista de influências. Durante anos, Laginha virou a cara para essa música. Não gostava e não queria ouvir. “Minha relação com o fado é curiosa porque, quando eu estudava jazz, aos 19, 20 anos, não gostava nada, nada mesmo. Me irritava. Dizia ‘são poucos acordes, uma coisa muito simples, não tem muito ritmo’. O que a idade nos ensina é a ver na simplicidade muitas coisas que, no fogo da juventude, eram difíceis de ver”, conta. Depois dos 40 anos, começou a ouvir fado e caiu no encanto. Acabou gravando um disco com Camané, uma das maiores referências do fado português. “A partir daí, houve momentos do fado que passaram a ser uma influência. Mas eu gosto sempre de fazer um aviso: que as pessoas não esperem ouvir fado na minha música, mas quem conhece vai perceber que tenho influências do fado”, avisa.

MÁRIO LAGINHA —

CONCERTO

Hoje, às 19h, no auditório do Instituto Camões (Embaixada de Portugal). Entrada gratuita

TANTAS

Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

Oásis

de certo
nada há
por perto
além
desses oásis
em forma
de deserto

Wêlcio de Toledo

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

	7							2
	1		3			6	4	5
6				8				
				6		9		3
			5					
			2				5	4
4							1	
	2	1			8			
9	3	6			4		7	

Grau de dificuldade: difícil

www.cruzadas.net

CRUZADAS

O primeiro presidente negro da África do Sul	↓	" (?) da Terra", filme de M. Night Shyamalan		Significado do "A", na sigla LBA	↓	(?) Paulo, a cidade com a maior frota de helicópteros em todo o mundo	Substâncias aromáticas encontradas em flores, ervas, frutas e especiarias
		Bairro carioca do morro Pão de Açúcar	Nosso, em inglês				
→	→		↓	→			↓
Efeito visado com a notícia sensacionalista		Que preenche os requisitos estipulados		Ação dificultada pela hipermetropia		Periodo igual a 10% de um século	
Fibra extraída do agave	→				Salvador Dalí, pintor espanhol	→	Ninfa amada por Zeus (Mit.)
→			Amparo Irmão de Jacó (Bíblia)	→			↓
Flor símbolo do Socialismo		Verbo-síntese da atitude possessiva	→		" (?) de Paris", livro de Eça de Queirós	→	
" (?) Você", programa de Ana Maria Braga	→			Formação essencial à prática do surfe	→	Doente, em inglês	
→					Instalação portuária		↓
					Rebordo de chapéu		
Talharim, canelone e espaguete		Órgão de proteção ao direito indígena	→			Absolut (?) Bar, atração de Estocolmo	
→				Evento que celebrou a Ilha Fiscal em 1889	→	↓	
				Pagamento do cantor em shows			
Organização combatida pelo Capitão América (Cin.)	→			↓		Obrigado, em francês	Condição do país integrante do G7
→							↓
Suporte da palafita		Reza A arte de Roy Lichtenstein	→		(?) Filadélfia, o sushi "a-mericano"	→	
→		↓			↓		
						Serviço de reclamações de empresas	
" (?) Italiano", obra de Tchaikovsky				Antiga guerrilha irlandesa		O primo da Cuca (Lit.)	
Baseados em conjecturas							
→							

3/hot — ice — ill — our — pop. 4/ecos. 5/hidra — mercl. 6/depois. 8/capricho. BANCO.

© Ediouro Publicações — Licenciado ao **Correio Brasileiro** para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

C	C	P	R
C	R	I	D
S	A	D	E
S	T	A	S
T	O	A	S
X	A	D	R
J	I	D	O
G	U	A	P
R	S	P	R
A	T	E	N
S	E	R	O
E	S	T	O
I	A	T	E
C	R	A	I
M	A	I	O
A	N	E	S

SUDOKU DE ONTEM

2	4	7	6	1	3	5	8	9
8	9	1	5	2	7	3	4	6
5	6	3	8	4	9	2	1	7
9	5	6	7	8	4	1	3	2
7	2	8	1	3	6	9	5	4
1	3	4	2	9	5	7	6	8
6	7	9	4	5	1	8	2	3
4	1	2	3	7	8	6	9	5
3	8	5	9	6	2	4	7	1

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

Caça-Palavras

Criptado

Fácil

QR CODE

Assine agora

WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR

Siga a gente nas redes sociais:

coquetel

editoraCoquetel

COQUETEL

Diversão & Arte



Filme *Coração selvagem* traz Brad Pitt e o cachorro Uber

Paramount

A SUPERAÇÃO DE TRAUMAS E DE CONDIÇÕES ADVERSAS JUNTO À NATUREZA DÃO IMPULSO À NOVA AVENTURA DE BRAD PITT, NO FILME EM QUE ELE CONTRACENA COM UM CACHORRO ESPECIAL

VIDAS EM RISCO

» RICARDO DAEHN

Há pouco mais de dois anos foi Mark Wahlberg quem interpretou o pivô de um enredo que, inevitavelmente, coloca lágrimas nos olhos dos espectadores confrontados por amores incondicionais entre humanos e animais, no filme *Uma prova de coragem*. Naquele caso, de Wahlberg, baseado em livro do atleta Mikael Lindnord, um percurso de cinco dias e meio entrava em jogo, quando o cachorro chamado de Rei Arthur fazia sacrifícios para garantir a sobrevivência do atleta e amigo. Agora, com direção de David Ayer (de filmes como *Resgate implacável*, com o astro Jason Statham), o astro Brad Pitt estrela *Coração selvagem*, centrado na relação entre o cachorro Odin (o astro canino Uber) e o tutor dele, James Belmont (Pitt).

O novo caso de adoração reciproca entre homem e animal vem antecedido por êxitos como o nacional *Caramelo* (2025) e *Dog: A aventura de uma vida* (2022). O ambiente

do novo enredo será o Alasca e traz o desafio de que os personagens centrais atingidos por transtorno de estresse pós-traumático (dado o passado, em que integraram pelotões de guerra) tenham que superar o isolamento de intermináveis quilômetros, depois que James sofre um ataque cardíaco e se vê em completo risco na condução de seu monomotor. “Em termos físicos, eu diria, sem dúvida, que este é o filme mais difícil que já fiz, mas também muito gratificante. Só de ler aquele desfecho (ainda no roteiro), meu coração foi tocado e meus olhos se encheram de lágrimas”, confessou Brad Pitt para a *Collider*.

As exigências físicas para o longa-metragem, a abordagem de trauma e o instinto de sobrevivência uniram Pitt na nova parceria com o mesmo diretor de *Corações de ferro*. “O filme traz a história de um homem atormentado que lida com alguns dos traumas e dificuldades da vida. Na verdade, trata-se de dois veteranos tentando encontrar um ao outro e sobreviver juntos;

é uma história de amor belíssima”, resumiu Ayer para a imprensa internacional.

Entusiasta de filmes como *Mais forte que a vingança* (com Robert Redford, feito em 1972, sob a direção de Sydney Pollack) e *O regresso* (com Leonardo DiCaprio, sob o comando do diretor mexicano Alejandro González Iñárritu, em 2015), Pitt celebra feitos ao lado do pastor-alemão Uber, no filme em que o cão se encontra sem uma pata e ainda desdentado.

O tutor da ficção Pitt não esconde ter chegado por vezes às lágrimas. Lembrado por roteiros de *Dia de treinamento* e alguns *Velozes e Furiosos*, o mesmo diretor do desastrado *Esquadrão suicida* (2016), que se uniu ao estreante produtor e roteirista Cameron Alexander, considerou curiosidades que cercam o ator-cão. “É interessante porque o Uber era um cão de busca e resgate (na Nova Zelândia); ele já andou de helicóptero, participou de situações intensas e atuou em resgates, sendo um veterano nessas atividades muito antes de se tornar ator”, observou.

O tempo das primeiras vezes

» ISABELA BERROGAIN

A escritora Thalita Rebouças celebra a décima adaptação de uma obra literária autoral para os cinemas com o lançamento de *Era uma vez a minha 1ª vez*. O filme, baseado no livro homônimo de 2011, acompanha as amigas Teresa (Letícia Braga), Clara (Castorine), Tuca (Lívia Silva) e Patty (Duda Matte), quatro adolescentes que estabelecem uma meta em comum: deixar de ser virgens antes da formatura. Dirigido por Claudia Castro e roteirizado pela autora, o longa aborda de forma leve, madura e descomplicada as descobertas e os ritos de passagem da juventude.

O “casamento”, como define a própria escritora, entre Thalita e o audiovisual já dura 10 anos, desde o lançamento de *É fada!*, em 2016. “Eu nunca achei que fosse gostar tanto de pegar um livro meu e adaptá-lo para o cinema, podendo trazer coisas que não eram faladas na época, como diversidade e a pauta LGBTQIAPN+, por exemplo. É muito bacana poder revisitar esse trabalho, manter sua essência e, ao mesmo tempo, criar novos personagens que trazem representatividade para o filme”, comemora a autora.

Segundo a roteirista, trata-se de uma narrativa essencialmente sobre meninas com angústias, enquanto o sexo funciona apenas como pano de fundo do longa. “É uma história atemporal, porque as adolescentes de hoje em dia têm as mesmas questões que as nossas avós tiveram durante a juventude. São as mesmas espinhas, os mesmos medos, as mesmas inseguranças e os mesmos amores não correspondidos. Todo mundo consegue se identificar com aquelas garotas, porque já vivemos ou iremos viver algo parecido”, defende Thalita.

À frente de um trabalho que fala sobre sexo para adolescentes, a escritora diz não se sentir pressionada ao tratar do tema. “O que as pessoas esperam de um filme meu é sempre a leveza com humor e sem didatismo. Os pais sabem que eu gosto de botar os adolescentes para pensar”, assegura Thalita. “Além disso, leveza e sensibilidade são duas características que fazem parte das minhas obras desde o começo da minha carreira”, afirma.

Helena Barreto



No filme, personagens firmam pacto para perder a virgindade

OUTRAS ESTREIAS

Imovision



HOTEL AMOR

- Criador de arte dentro do circuito Brasil-Portugal, o cineasta Hermano Moreira está à frente da comédia *Hotel amor*, uma das estreias de hoje nos cinemas. Concentrado na excentricidade de hóspedes, o filme, feito em plano-sequência, traz dilemas para a gerente Catarina (Jessica Athayde), que vê o hotel lusitano ser vendido, fator que altera radicalmente todo o seu cotidiano.

CCBB Brasília/Divulgação



VIRTUOSAS

- Dirigido por Cíntia Domit Bittar, o thriller *Virtuosas* usa crítica social e humor ao tratar do destino de mulheres conduzidas por ideais da coach comportamental Virgínia (Bruna Linzmeyer), que busca aperfeiçoar senhoras e senhoritas para versões mais completas, num cenário de absurdos. Presente em filmes como *Inventário de imagens perdidas* e *Mulher do pai*, Maria Galant está no elenco, com Juliana Lourenção.

MAIS E MELHORES JANELAS

- A partir desta quinta, Brasília — num centro de lazer vizinho ao Aeroporto Internacional — ganhará reforço no lazer, com a chegada de complexo de salas de cinema da rede nacional Cine Araújo. A centenária empresa terá a primeira unidade no DF sediada no Partage Brasília. O arrojado ambiente traz conceito que reforça a intenção de convivência entre os espectadores que terão tecnologia à disposição em seis novas salas. Um lounge com bar está entre diferenciais, em espaço que antecede o acesso às 906 novas poltronas de cinema da capital.

KR 2 Comunicação/ Divulgação



- Quatro salas VIP estão integradas ao complexo que tem 2.689 m² e traz duas salas diferenciadas. Há promessa de experiência imersiva, com aparato 100% laser e sistema de som Dolby Atmos. Do lado de fora, o ambiente propõe reforço na convivência entre cinéfilos. A rede está presente em 28 cidades, com mais de 150 salas de cinema no país. Entre opções na nova programação estão os longas-metragens *A ilha esquecida*, *Resident evil*, *Marido de aluguel* e *Coração selvagem*.



Eleições 2026: o que os candidatos propõem para mudar o Judiciário

Maria Eduarda Lavocat

As eleições deste ano ocorrem em meio a um período de forte tensão no Supremo Tribunal Federal (STF). O avanço do caso Master e os conflitos que envolvem a Corte fizeram do Judiciário um dos temas que atravessam a disputa presidencial. Em meio a esse cenário, a campanha também colocou em debate propostas para alterar o funcionamento do sistema de Justiça e discutir os limites de atuação do Supremo.

Nos planos de governo dos candidatos à Presidência, aparecem diferentes diagnósticos e caminhos para o Judiciário. Parte das candidaturas defende ampliar o acesso à Justiça, combater desigualdades e alterar a forma de escolha de magistrados. Outras concentram as propostas na redução das competências do STF, na limitação de decisões monocráticas e na criação de mecanismos de controle sobre os ministros. Há ainda programas que sugerem mudanças na composição das Cortes, no tempo de permanência dos magistrados e, em um dos casos, até a extinção do Supremo.

Apesar das diferenças, a morosidade processual, a sobrecarga do sistema e os mecanismos de remuneração do Judiciário aparecem entre os temas abordados pelas candidaturas que apresentam propostas para o setor. Os caminhos, porém, são distintos. Enquanto algumas propostas priorizam o acesso e a democratização da Justiça, outras se concentram na contenção da atuação do STF e no fortalecimento dos mecanismos de controle sobre o Poder Judiciário.

Entre as candidaturas de perfil conservador e liberal, o foco recai principalmente sobre a reestruturação do STF; a limitação do chamado ativismo judicial e a definição de novos mecanismos de controle sobre a Corte. É nesse grupo que aparecem propostas de mudanças nas competências do Supremo, nos critérios de indicação de ministros e na forma de fiscalização de sua atuação.

Romeu Zema (Novo), por exemplo, defende restrições às decisões monocráticas, mudanças nas competências da Corte e critérios mais rígidos para a indicação de ministros, como idade mínima e ausência de vínculos políticos. O candidato também propõe medidas para evitar conflitos de interesse, a criação de uma corregedoria independente e maior fiscalização do Senado sobre os ministros, incluindo regras para processos de impeachment.



Flávio Bolsonaro (PL) concentra suas propostas na limitação da atuação do STF. Entre as medidas estão o fim das competências criminais originárias da Corte, restrições às decisões monocráticas e mudanças nos mecanismos de acesso ao tribunal. O candidato ainda propõe uma quarentena para ministros de Estado que assumam uma vaga no Supremo e regras para impedir a atuação de parentes de magistrados no tribunal.

Já Augusto Cury (Avante) direciona a reforma para a composição e o processo de escolha dos ministros. A proposta prevê mandato de oito anos, idade mínima de 50 anos e ausência de filiação partidária nos cinco anos anteriores à indicação. Cury também defende reduzir o STF para nove integrantes, distribuídos entre magistratura, Ministério Público e advocacia, com ao menos três mulheres, e transferir a escolha dos ministros do presidente da República para representantes das próprias categorias.

Em outra frente, candidaturas ligadas à esquerda e a movimentos sociais apresentam propostas centradas nas desigualdades do sistema de Justiça, na ampliação do acesso e na crítica

à seletividade penal. As mudanças defendidas vão desde alterações na forma de escolha dos magistrados até medidas voltadas à estrutura do sistema prisional e à remuneração do Judiciário.

Samara Martins (UP), por exemplo, defende eleição direta para juízes e Tribunais Superiores, além do fim de privilégios e dos chamados pendurcalhos da magistratura. A candidata também propõe ampliar o acesso à Justiça, as cotas e a valorização dos servidores. Na área penal, defende a transformação dos presídios em Unidades de Reeducação, com acompanhamento psicossocial e profissionalização dos detentos.

Edmilson Costa (PCB), por sua vez, propõe mandatos de 10 anos para juízes de tribunais regionais e superiores, com possibilidade de eleição e revogação pelo chamado Poder Popular. O candidato também defende o fim de verbas que ultrapassem o teto constitucional e o fortalecimento do controle social sobre o Judiciário. Rui Costa Pimenta (PCO) apresenta uma proposta ainda mais ampla de transformação institucional: defende a extinção do STF e a eleição de juízes e procuradores pelo voto popular, com mandatos revogáveis. O programa

também prevê mudanças em direitos políticos e trabalhistas, como a revogação da Lei da Ficha Limpa e da cláusula de barreira.

Há ainda candidaturas que concentram as propostas em questões relacionadas à gestão do Judiciário, à redução do acervo processual e à segurança jurídica. É o caso dos programas de Lula (PT) e Wilson Grassi (Democrata), que, embora apresentem abordagens distintas, não têm como eixo principal a reformulação da composição do STF.

Lula atribui parte da morosidade do Judiciário ao excesso de recursos e defende o diálogo permanente entre os Poderes para aperfeiçoar o sistema, preservando a autonomia institucional. Já Wilson Grassi enfatiza o respeito às decisões judiciais e defende que eventuais discordâncias sejam tratadas por meio dos recursos e instrumentos processuais previstos em lei, sem confronto retórico.

Entre os 12 candidatos, Renan Santos (Missão), Hertz Dias (PSTU), Ronaldo Caiado (PSD) e Clariana Barão (DC) não apresentaram, em seus programas de governo, propostas específicas voltadas à reforma do Poder Judiciário.

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Mais de 15 anos para julgar crime contra a vida

Mais de 200 mil ações penais de competência do Tribunal do Júri aguardavam julgamento no país ao final do primeiro semestre de 2026. Desse total, mais de 43 mil tramitam há pelo menos 11 anos e 18 mil superam 15 anos de tramitação. Os dados foram apresentados pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, na abertura do Encontro Nacional de Magistrados e Servidores que atuam em Varas do Tribunal do Júri, nesta terça-feira (22/9), na sede do CNJ, em Brasília. “O problema é o fator tempo, que o Mapa (Nacional do Tribunal do Júri) nos obriga a encarar”, disse Fachin. Entre o crime e a primeira sessão do júri decorrem, em média, cinco anos e quatro meses. Somente em 2026, 2.107 processos foram extintos pela prescrição, quando, em razão do tempo transcorrido, o Estado perde o direito de punir.



STF reafirma: quem mata ou pratica abuso sexual fica inelegível mesmo com condenação anterior à Lei da Ficha Limpa

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou, por unanimidade, o entendimento de que a Lei da Ficha Limpa é aplicável a pessoas condenadas por crimes contra a vida e a dignidade sexual antes da entrada em vigor da norma. A decisão foi tomada por unanimidade no julgamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido Progressista (PP) alegando que essa hipótese de inelegibilidade foi estabelecida pela edição da Lei da Ficha Limpa que entrou em vigor em 2010 e não atingiria criminosos submetidos à Justiça antes dessa data. A situação, para a legenda, violaria o princípio constitucional da irretroatividade da lei penal mais prejudicial. Na ação, o PP pediu a diplomação de Valdir Padilha, que tentou concorrer ao cargo de vereador de São José do Herval (RS), nas eleições de 2024. Condenado por homicídio qualificado cometido antes da alteração legislativa, ele teve o registro de candidatura indeferido pela Justiça Eleitoral.

Assunto já decidido

Em seu voto, o relator, ministro Luiz Fux (foto), rejeitou a análise do pedido de diplomação, por entender que uma ADI não pode ser utilizada para solucionar situação individual e concreta. Quanto à análise da questão constitucional, Fux votou pela improcedência do pedido e lembrou que a discussão já foi encerrada pelo Supremo em 2012, quando o plenário validou a aplicação das causas de inelegibilidade previstas na Lei da Ficha Limpa às condenações e aos fatos anteriores à sua edição.



Divulgação/STM

Divulgação/Alejandro Zambrana



Encontro da cúpula do Judiciário

Presidentes de tribunais superiores reuniram-se, nesta terça-feira (22/09), para tratar de temas de interesse comum do Poder Judiciário. Entre os assuntos discutidos estiveram o uso de Inteligência Artificial (IA), a segurança cibernética e questões relacionadas à justiça previdenciária. Participaram da reunião o ministro Edson Fachin, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Nunes Marques, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Luis Felipe Salomão, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a ministra Maria Elizabeth Rocha, presidente do Superior Tribunal Militar (STM), e o ministro Vieira de Mello Filho, presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Nova integrante da Academia Brasileira de Letras

A presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, tomou posse nesta segunda-feira (21/09) como membro da Academia Brasileira de Letras (ABrL). A solenidade foi realizada na sede do STM e reuniu ministros da Corte, magistrados, servidores, escritores, acadêmicos e convidados. Maria Elizabeth Rocha passa a ocupar a Cadeira V da Academia, cujo patrono é o escritor e jornalista Euclides da Cunha, autor de Os Sertões. A cerimônia foi presidida pelo presidente da ABrL, escritor Fabio de Sousa Coutinho, e pelo secretário da instituição, Edmilson Caminha. Na produção bibliográfica da ministra, estão obras como Filosofia das abordagens jurisdicionais no Direito Constitucional e Internacional; Ela pede vistas: estudos em homenagem à ministra Rosa Weber; Correlações entre Europa e América Latina: atualidades e perspectivas; Lições de Direito Constitucional – em homenagem ao professor Jorge Miranda; e Sobral Pinto no Superior Tribunal Militar, lançada recentemente.



Divulgação/STM

Cresce uso da IA na advocacia e os mais experientes são os que mais adotaram a tecnologia

Mais de 36 mil advogados adotaram a Inteligência Artificial em sua rotina profissional somente entre junho e setembro de 2026, segundo novo “Mapa da IA Jurídica”, levantamento realizado pela Jusfy, empresa de tecnologia no setor jurídico. O estudo revela que, apenas no período analisado, a IA jurídica da plataforma foi responsável pela criação de 285 mil documentos jurídicos. Considerando uma média de quatro horas para a elaboração de uma petição, estima-se que essa automação tenha poupado cerca de 1,14 milhão de horas de trabalho intelectual dos profissionais. Uma curiosidade da pesquisa é a desmistificação do uso da tecnologia pelos mais jovens. Contrariando estereótipos, advogados na faixa dos 40 a 59 anos são os que mais utilizam a ferramenta de IA, apresentando uma média de uso superior aos colegas mais jovens. “Os dados do nosso mapa mostram que a IA não é uma tendência restrita a uma geração ou a grandes centros urbanos. Pelo contrário, estamos vendo a tecnologia democratizar o acesso à eficiência jurídica. Do advogado solo em Tocantins aos grandes escritórios do Sudeste, a IA está se tornando o braço direito de quem busca reduzir o tempo de peticionamento e identificar abusividades”, afirma Rafael Bagolin, CEO da Jusfy.

Governança de dados

A 10ª edição do ExpoJud vai acontecer de 6 a 8 de outubro, em Brasília, trazendo para o centro do debate a inteligência artificial, a cibersegurança e os rumos da transformação digital no ecossistema de Justiça. O evento vai reunir especialistas, órgãos de controle e instituições para discutir governança de dados, análise preditiva e inovação, além de contar com lançamentos de livros e de um documentário sobre os 20 anos da digitalização dos processos no país.

“Tem candidato a presidente da República que procurou o dono do Banco Master para pedir milhões em benefício de sua própria família. Enquanto isso, o Banco Master foi acusado de tentar fraudar o povo brasileiro e obter, indevidamente, bilhões aos cofres públicos, inclusive de servidores aposentados. Já o governo do presidente Lula, por meio da atuação firme da Advocacia-geral da União, impediu a concretização desse prejuízo”



Ed Alves/CB/D.A. Press

Jorge Messias, advogado-geral da União (AGU), sobre pedido de suspensão de precatórios que aparecem em investigação sobre a rede de Daniel Vrcaro

Quem mora no exterior pode votar?

Maria Eduarda Lavocat

Dentro de poucos dias, brasileiras e brasileiros vão exercer um dos direitos mais importantes em uma democracia: o voto. Mas e quem vive fora do Brasil? Essas pessoas também podem participar da escolha de quem irá comandar o país?

A resposta é sim. A Justiça Eleitoral permite que brasileiros residentes no exterior participem das eleições. No segundo turno das eleições de 2022, cerca de 304 mil brasileiros que viviam no exterior compareceram às urnas para votar na disputa presidencial. O número correspondeu a 43,6% dos 697 mil eleitores aptos a votar fora do país naquele ano. Lula (PT) foi o candidato mais votado entre os brasileiros no exterior, com 51,3% dos votos válidos, contra 48,7% de Jair Bolsonaro (PL).

Atualmente, mais de 800 mil eleitores estão aptos a votar fora do Brasil. Nesses casos, o voto é destinado exclusivamente aos cargos de presidente e vice-presidente da República.

Para isso, quem mora em um país onde há representação diplomática brasileira e possui título de eleitor vinculado a uma Zona Eleitoral no Brasil pode solicitar a transferência do domicílio eleitoral para a Zona Eleitoral do Exterior. Apenas é necessário que o eleitor tenha passado pelo menos um ano desde o alistamento eleitoral ou da última transferência e que comprove vínculo com o novo domicílio há, no mínimo, três meses.

Os prazos não se aplicam a servidores públicos civis ou militares, servidores autárquicos e seus familiares removidos a serviço. A transferência também pode ser solicitada por quem já está inscrito na Zona Eleitoral do Exterior e mudou de país ou cidade.

É por intermédio da Zona Eleitoral do Exterior que a Justiça Eleitoral brasileira administra todo o eleitorado residente fora do país. Ela é vinculada ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal e recebe a sigla “ZZ”.

Assim, o TRE-DF possui uma atribuição que ultrapassa os limites geográficos do Distrito Federal: além de organizar as eleições dentro da capital do país, participa diretamente da preparação da votação dos brasileiros domiciliados eleitoralmente no exterior.

Uma das eleitoras que votará no exterior é a professora Gabriela Dacol, de 24 anos, que se mudou para o Japão em março deste ano para dar aulas. Esta será sua primeira eleição fora do Brasil. Segundo ela, a transferência do domicílio eleitoral foi simples. “Foi tudo muito tranquilo, e fiz tudo pelo aplicativo e-Título. Só precisei apresentar um comprovante de residência aqui no Japão”, relata.

Gabriela já sabe sua zona eleitoral, que aparece no aplicativo, mas ainda não descobriu onde fica a seção de votação. Como não

maurenilson



Reprodução/ Instagram



Márcia Klein Pais será mesária pela primeira vez no exterior

há seção em Sendai, cidade onde mora, ela viajará até Tóquio para votar.

Para ela, o direito ao voto no exterior é fundamental e deveria ser ampliado. “Com certeza, é necessário permitir que o maior número possível de brasileiros vote. Acredito que é uma obrigação do Estado garantir o acesso à democracia. Considero uma falha o fato de os brasileiros que vivem no exterior só poderem votar para presidente e não poderem escolher, também, representantes para o Congresso Nacional”, afirma.

Como são as votações?

As embaixadas, consulados-gerais, consulados e vice-consulados têm áreas de atuação definidas, que servem de referência para a organização eleitoral. Isso, porém, não significa que a votação precise ocorrer necessariamente dentro de uma embaixada ou consulado.

As seções funcionam, preferencialmente, nas sedes das embaixadas, repartições consulares ou locais onde são prestados serviços do governo brasileiro. Porém, também é

Reprodução/ Instagram



Gabriela Dacol achou o processo para regularizar seu título rápido e fácil

possível autorizar a instalação de seções em outros locais.

O objetivo é adaptar a estrutura de votação à distribuição geográfica da comunidade brasileira e facilitar o acesso de eleitores que vivem longe das representações diplomáticas. Para definir os locais de votação, o Ministério das Relações Exteriores e a Justiça Eleitoral levam em conta, além das exigências legais, aspectos administrativos, operacionais, logísticos e orçamentários, a distribuição do eleitorado brasileiro.

A servidora pública Márcia Klein, 55, é uma das brasileiras que ajudarão na organização das eleições de 2026 no exterior. Morando há quatro anos em Oslo, esta será a primeira vez que ela atuará como mesária em um pleito fora do Brasil. “Me mudei para cá para acompanhar meu marido, que é servidor do Itamaraty. A cada cinco anos, ele é designado para atuar em um país diferente. Antes de chegarmos a Oslo, também moramos por cinco anos em Genebra, na Suíça. No ano que vem, a gente completa cinco anos aqui e volta para o Brasil”, explica.

Segundo Márcia, a decisão de atuar como mesária partiu dela. Ao saber que havia necessidade de voluntários para compor a equipe responsável pelas eleições, ela se colocou à disposição. “Como eles estavam precisando de ajuda eu me voluntariei. Não sabia exatamente de que forma poderia contribuir, mas me coloquei à disposição”, conta.

Há cerca de duas semanas, Márcia e outras pessoas que vão atuar no pleito participaram de uma videoconferência organizada pela equipe do cartório eleitoral responsável pelo atendimento aos eleitores no exterior. A reunião serviu para apresentar aos 12 voluntários como será o trabalho durante as eleições. “Eles explicaram como seria o processo e, depois disso, a gente tem que fazer um curso que será ministrado de forma on-line pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)”, relata. De acordo com ela, a estimativa é de que toda a Noruega tenha cerca de oito mil eleitores brasileiros.

Uma das exigências previstas no Código Eleitoral para a instalação de uma seção eleitoral no exterior é a existência de pelo menos 30 eleitores aptos na circunscrição sob a jurisdição da missão diplomática ou da repartição consular.

Para as Eleições 2026, a Resolução TSE 23.751/2026 estabelece outras regras para a organização dessas seções. Quando o número de eleitores não atingir o mínimo necessário, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) poderá determinar a agregação da seção a outra mais próxima, desde que localizada no mesmo município eleitoral e no mesmo país. Por outro lado, quando houver mais de 800 eleitores aptos, deverá ser instalada uma nova seção eleitoral.

Outra particularidade é que nem todas as seções eleitorais no exterior necessariamente utilizam urna eletrônica. A regulamentação das Eleições 2026 prevê que, mesmo após as eventuais agregações determinadas pela Justiça Eleitoral, não será instalada urna eletrônica em seções com menos de 100 eleitores aptos.

Nesses casos, a votação poderá ser realizada por meio de cédulas, seguindo as regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral. A medida permite manter a votação em localidades com eleitorado reduzido, adaptando a estrutura às condições de cada região.

Os diferentes fusos horários também fazem parte da logística da eleição no exterior. A votação e a apuração nas seções instaladas fora do Brasil seguem o horário local de cada país. Com isso, enquanto algumas seções ainda estão recebendo eleitores, outras podem já ter encerrado a votação. A Justiça Eleitoral precisa, portanto, coordenar uma eleição que ocorre simultaneamente em diferentes horários e regiões do mundo, de acordo com as particularidades de cada localidade.

Visão do Direito



Symara Motter

Promotora de Justiça do Ministério Público do Paraná

Mais mulheres, mais democracia

A participação de diferentes grupos sociais nos espaços de poder é a essência da democracia. Mas os indicadores da representação feminina na política brasileira revelam uma contradição persistente: embora as mulheres sejam maioria na população e no eleitorado, continuam ocupando um número muito reduzido dos cargos eletivos. Em um ano eleitoral como 2026, essa realidade ganha ainda mais relevância.

As mulheres representam 52,8% do eleitorado brasileiro, mas são apenas 34,8% das candidaturas registradas para as eleições deste ano. O percentual pouco avançou em relação às eleições anteriores e permanece próximo de um terço há quatro eleições nacionais.

O cenário se torna mais preocupante diante de um movimento de backlash contra conquistas históricas das mulheres. Direitos que pareciam consolidados voltam a ser questionados, desde a participação política feminina, reconhecida no Brasil desde 1932, até direitos relacionados à saúde e à autonomia reprodutiva. Relatores da ONU questionaram o Brasil sobre possíveis retrocessos na proteção desses direitos.

É justamente nesse contexto que a presença das mulheres nos espaços de decisão se torna ainda mais necessária. As mulheres precisam participar das decisões sobre os direitos das mulheres. Não porque somente mulheres possam

defendê-los, mas porque não podemos considerar plenamente democrática uma representação política em que mais da metade da população permanece subrepresentada.

A Constituição Federal fixa um marco importante ao reconhecer a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, a igualdade formal não se traduziu automaticamente em paridade de oportunidades. Essa constatação levou à criação de políticas afirmativas destinadas a ampliar a participação feminina na política.

A primeira política de cotas para as eleições municipais surgiu em 1995. Dois anos depois, a reserva mínima de 30% das candidaturas para cada sexo foi incorporada à legislação nacional. Em 2009, o preenchimento dessas vagas tornou-se obrigatório, acompanhado do fortalecimento dos mecanismos de financiamento das campanhas femininas. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal determinou que a distribuição dos recursos públicos acompanhasse a proporção das candidaturas femininas.

Foram avanços importantes, mas as mulheres continuam sendo apenas cerca de um terço das candidaturas. A fraude às cotas, com candidaturas de fachada sem recursos, estrutura ou espaço efetivo de propaganda, é um dos problemas. Soma-se a isso o pouco estímulo dos partidos às candidaturas femininas competitivas e a desigualdade na distribuição dos recursos

de campanha.

Há ainda um fator que desestimula a participação feminina e afasta muitas mulheres da vida pública: a violência política de gênero. Entre 2021 e 2022, as mulheres foram vítimas de 36% dos casos registrados no Brasil. Entre prefeitas, 66% relataram ataques, ofensas ou manifestações de ódio nas redes sociais, enquanto 74% afirmaram ter sido alvo de informações falsas. A violência não se limita às eleições: acompanha muitas mulheres durante o exercício do mandato.

Com a aprovação da Lei nº 14.192, que tipificou a violência política contra a mulher, o Brasil deu um passo importante. Mas a experiência mostra que medidas legais, embora indispensáveis, não foram suficientes para alterar a estrutura de desigualdade.

O México oferece uma referência importante. Em 2019, o país adotou o princípio da “Paridade em Tudo”, ampliando a participação equilibrada de homens e mulheres nas esferas decisórias. A experiência mexicana mostra uma mudança de paradigma: em vez de apenas estimular candidaturas femininas, busca-se assegurar a presença das mulheres no poder.

É nesse debate que surge uma iniciativa brasileira recente. No dia 12 de agosto, foi lançada, em São Paulo, a plataforma digital de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) Mais Mulheres na Política. A

proposta estabelece a reserva obrigatória de 50% das cadeiras dos Legislativos municipais, estaduais e federal para mulheres, sendo 25% do total destinadas a mulheres negras.

Se as medidas afirmativas adotadas ao longo de décadas não foram capazes de produzir uma presença feminina proporcional nos parlamentos, é legítimo discutir uma mudança de modelo: passar da reserva de candidaturas para a garantia de representação. Não se trata de privilégio. Trata-se de corrigir uma ausência histórica de representatividade. E a dimensão racial é fundamental, pois as mulheres negras enfrentam barreiras adicionais para chegar aos espaços de poder.

Garantir que as mulheres possam disputar eleições, exercer mandatos e participar da vida pública sem sofrer intimidação não é apenas uma questão de representatividade. É uma condição essencial para o fortalecimento da democracia e para a promoção do bem comum.

Quase um século depois de o Brasil reconhecer o direito de voto feminino é preciso perguntar: por que, sendo maioria na sociedade e no eleitorado, ainda não estão presentes nos espaços de decisão em proporção semelhante?

Ter mais mulheres na política não significa menos democracia. Ao contrário: ter mais mulheres resulta em uma democracia mais representativa, mais plural e mais fiel ao bem comum.

Visão do Direito



Ubiratân Dias

Advogado especialista em direito previdenciário. Atua na orientação e na defesa de segurados em questões relacionadas aos benefícios do INSS

Setembro Amarelo: se a saúde mental impede o trabalho, a Previdência pode ser uma proteção

Mais de 293 mil benefícios do INSS foram concedidos em 2025 a trabalhadores com transtornos de ansiedade e episódios depressivos. Foram 166.489 benefícios relacionados à ansiedade e 126.608 por episódios depressivos. Os números mostram uma realidade que não pode ser ignorada: problemas de saúde mental também podem comprometer diretamente a capacidade de trabalho.

Durante o Setembro Amarelo, a discussão costuma se concentrar na conscientização e na prevenção. Mas existe outra dimensão que precisa entrar nesse debate: a proteção social de quem adoecce e deixa de conseguir trabalhar.

Quando depressão, ansiedade ou outro transtorno provoca incapacidade temporária para o exercício da atividade profissional, o

segurado pode ter direito ao auxílio por incapacidade temporária. O benefício exige comprovação da incapacidade para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos e, em regra, o cumprimento de 12 contribuições mensais.

Um dos principais equívocos é imaginar que essa proteção seja exclusiva de empregados com carteira assinada. Autônomos e MEIs também podem ser segurados da Previdência e ter acesso a benefícios por incapacidade, desde que cumpram os requisitos legais e mantenham a qualidade de segurado.

Isso é especialmente importante porque o trabalhador por conta própria costuma enfrentar uma situação ainda mais delicada: quando não consegue trabalhar, sua renda pode simplesmente desaparecer. A doença, nesse caso, não

representa apenas uma questão médica, mas também uma ameaça à subsistência.

É preciso, entretanto, separar diagnóstico de incapacidade. Ter depressão ou ansiedade não significa automaticamente ter direito ao benefício. A questão previdenciária está relacionada à impossibilidade de exercer a atividade profissional, que precisa ser comprovada na avaliação correspondente.

A documentação médica, portanto, assume papel relevante. Relatórios, atestados e exames devem permitir compreender a condição do segurado e de que maneira ela interfere em sua capacidade laboral.

Também existem situações específicas de transtorno mental grave que podem dispensar a carência, desde que preenchidos os critérios

previstos nas normas previdenciárias. Não se trata, porém, de uma dispensa automática para qualquer diagnóstico relacionado à saúde mental.

O debate sobre saúde mental precisa considerar, portanto, também as consequências econômicas do adoecimento. Informação previdenciária não substitui tratamento médico nem acompanhamento psicológico, mas pode representar uma importante rede de proteção para quem temporariamente perdeu a capacidade de trabalhar.

Em um período dedicado à valorização da vida, falar sobre esses direitos significa lembrar que cuidar da saúde também envolve garantir condições para que o trabalhador atravesse um período de incapacidade sem ficar completamente desamparado financeiramente.

Visão do Direito



Mauro Campbell Marques
Ministro e vice-presidente
STJ, corregedor nacional
de Justiça no biênio
2024-2026



Rodrigo Badaró
Conselheiro do CNJ.
Coordenou o grupo para
revisão da resolução dos
concursos de cartório



Antonio A. Aguiar Bastos
Desembargador do TJBA
e membro do grupo para
revisão da resolução dos
concursos de cartório

A reforma dos concursos de cartório no Brasil: o papel do CNJ e a construção de um novo paradigma

A recente aprovação, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), da Resolução 696/2026, que reformula integralmente o regime jurídico dos concursos públicos para outorga das delegações notariais e de registro, consiste num dos mais relevantes avanços institucionais da última década no sistema extrajudicial brasileiro. O novo marco normativo — que substitui a Resolução 81/2009 — resulta de um processo técnico estruturado, conduzido pela Corregedoria Nacional de Justiça e por um Grupo de Trabalho (GT) instituído pela Presidência do CNJ com a missão de revisar, consolidar e atualizar o modelo vigente.

Um diagnóstico preciso: fragmentação, insegurança e litigiosidade

Os trabalhos do GT partiram de um diagnóstico objetivo apresentado pela Corregedoria Nacional de Justiça, com julgados sobre o tema, que evidenciavam que o modelo anterior estava marcado por forte fragmentação normativa, ausência de padrões nacionais e elevada judicialização. A coexistência de regras locais com a regulação do CNJ produzia distorções relevantes — desde critérios de títulos até políticas afirmativas —, comprometendo a isonomia entre candidatos e gerando insegurança jurídica.

Além disso, identificou-se um padrão recorrente de controvérsias envolvendo a composição e atuação das bancas; a estrutura decisória dos concursos; falhas de transparência e rastreabilidade; e a ausência de mecanismos efetivos de controle. Esse cenário resultava em certames excessivamente longos, litigiosos e, muitas vezes, instáveis.

A resposta institucional: padronização nacional e centralidade do CNJ

A nova resolução estabelece um modelo de governança estruturado em torno de um princípio central: a competência normativa exclusiva do CNJ para disciplinar os concursos de cartório em todo o país, em observância ao que dispõem os arts. 22, XXV, 103-B, § 4º, I e II e 236, § 1º da CF/1988 e o julgamento da ADI 4.300 pelo STF.

Trata-se de uma mudança paradigmática, que promove a uniformização nacional integral dos procedimentos; a vedação de normas locais conflitantes; a padronização de critérios avaliativos, títulos e cotas; e o fortalecimento do controle institucional pelo CNJ. Ao mesmo tempo, preserva-se o papel dos tribunais de justiça na execução administrativa dos certames, em um modelo de cooperação institucional.

"A nova resolução estabelece um modelo de governança estruturado em torno de um princípio central: a competência normativa exclusiva do CNJ para disciplinar os concursos de cartório em todo o país"

"O novo regime introduz padrões sofisticados de governança, com cadeia de custódia auditável, protocolos antifraude, rastreabilidade completa dos atos; e exigência de logs e auditoria técnica"

"A aprovação da nova Resolução representa mais do que uma simples atualização normativa. Trata-se da construção de um novo paradigma institucional, baseado em governança, transparência, padronização nacional, controle efetivo e segurança jurídica"

Governança como eixo estruturante da reforma

No âmbito da governança, a Resolução parte de dois pilares fundamentais:

1) Separação entre supervisão e execução

A resolução estabelece uma distinção clara entre a Comissão Examinadora, instituída pelo Tribunal de Justiça e responsável pela supervisão do certame (art. 2º, I; arts. 9º a 13); e a Banca Examinadora, estabelecida por instituição especializada contratada e incumbida da execução integral do concurso (art. 2º, II; arts. 18 a 24). Nos termos do § 1º do art. 18 da Resolução, o modelo de "banca própria" do Tribunal local só será admitido em caráter excepcional, mediante requerimento fundamentado do Tribunal de Justiça, específico para cada certame e apresentado antes do respectivo edital de abertura, cuja publicação ficará condicionada ao prévio deferimento do pedido pelo CNJ. A teor do

§ 2º do art. 18, o requerimento deverá evidenciar as circunstâncias excepcionais que justifiquem a adoção desse regime e a capacidade técnica, operacional e de segurança do Tribunal para o cumprimento das exigências previstas na Resolução.

2) Profissionalização e compliance

O novo regime introduz padrões sofisticados de governança, com cadeia de custódia auditável, protocolos antifraude, rastreabilidade completa dos atos; e exigência de logs e auditoria técnica. Esse conjunto aproxima os concursos de cartório dos padrões mais avançados de segurança institucional.

Inovações estruturais: ENAC, definição de etapas e prazos e sistema de alternância nas cotas

Além do incremento no que concerne à governança, a Resolução promove mudanças amplas no sistema, das quais se destacam (a) o Exame Nacional dos Cartórios (ENAC) — até então regulado pelo art. 1º-A, que havia sido acrescido à Resolução n.º 81/2009 do CNJ pelas Resoluções 575/2024, 590/2024, 596/2024 e 657/2025 do mesmo Conselho; (b) o estabelecimento de etapas e prazos bem definidos e duração máxima dos certames; e (c) a instituição de um sistema de alternância nas cotas.

Nos termos do inc. III do art. 2º e do caput do art. 25 da nova Resolução, o ENAC consiste em requisito de habilitação, obrigatório para inscrição nos concursos de provimento e remoção para outorga de delegações de serviços notariais e de registro, criando um filtro nacional e elevando o nível técnico dos candidatos.

O § 1º do mesmo art. 25 prevê que o Exame se destina exclusivamente a habilitar o candidato para inscrição preliminar nos concursos estaduais, não sendo utilizado para fins de classificação ou como critério de desempate.

Por sua vez, o art. 31 autoriza os tribunais a adotarem o ENAC em substituição à prova objetiva seletiva dos concursos estaduais, desde que prevejam esta possibilidade no edital de abertura (caput). Nessa hipótese, todos os candidatos que comprovarem aprovação válida no ENAC e tiverem inscrição preliminar deferida estarão habilitados para a prova discursiva (§ 2º). Contudo, a nota do Exame não poderá ser utilizada como critério de desempate (§ 1º).

Os concursos passam a ter etapas bem estruturadas e uniformes (art. 32), além de prazo global máximo de 365 dias, contados

da primeira publicação do edital de abertura (art. 33). Esse prazo máximo se subdivide, também de maneira expressa e bem definida, em cada etapa (art. 34), a exemplo daquela dedicada à inscrição preliminar, que contará com, no máximo, 60 dias (inc. I); à prova objetiva, cuja duração não deverá ultrapassar 45 dias (inc. II); e à prova discursiva, que deverá se ultimar em 85 dias (inc. III).

Essa medida enfrenta diretamente o prolongamento excessivo dos certames — alguns chegam a durar anos —, cuidando-se de um dos seus maiores problemas históricos do assunto.

No tocante às cotas, os arts. 75 e 76 extinguem o sistema de sorteio, passando a adotar o de alternância na ordem de chamamento da audiência de escolha, a fim de garantir uma proporcionalidade exata e previsibilidade, visando, inclusive, reduzir os litígios sobre tal matéria.

Coercitividade e efetividade normativa

Outro avanço relevante foi o fortalecimento dos mecanismos de cumprimento das regras da Resolução. Nesse sentido, o ato normativo prevê medidas coercitivas, o controle de prazos pelo CNJ e a possibilidade de responsabilização institucional (arts. 112 e 113).

Preclusão e redução da litigiosidade

A nova estrutura normativa também reforça a preclusão, limitando impugnações tardias; privilegia soluções internas ao próprio concurso e fortalece a autotutela administrativa (art. 102).

O resultado esperado é um sistema mais estável, previsível e eficiente, com o foco de reduzir a litigiosidade administrativa e judicial.

Um novo paradigma para o sistema extrajudicial

A aprovação da nova Resolução representa mais do que uma simples atualização normativa. Trata-se da construção de um novo paradigma institucional, baseado em governança, transparência, padronização nacional, controle efetivo e segurança jurídica.

O trabalho desenvolvido no âmbito da Corregedoria Nacional e do Grupo de Trabalho, e aprovado pelo plenário do CNJ, demonstra a capacidade do Conselho de articular soluções técnicas complexas, com diálogo institucional e base empírica consistente.

Para além da modernização dos concursos, o que se estabelece é um modelo que fortalece a confiança pública no sistema extrajudicial — elemento essencial para o funcionamento do Estado de Direito.

Visão do Direito



João Henrique Nascimento de Freitas
Advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro

A lição que o STM não deve copiar

A crise que ocupa o Supremo Tribunal Federal não é atrito de personalidades. É um problema processual e grave: a independência que cada magistrado precisa preservar diante dos próprios colegas.

Os fatos já são públicos. No dia 8 de setembro, horas depois de a Segunda Turma referendar o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, o ministro Gilmar Mendes escreveu por aplicativo a Kassio Nunes Marques e a Luiz Fux. Ao primeiro, cobrou que assumisse a derrota e deixasse os processos: “Assumam que estão ferrados e saiam dos processos.” Em seguida: “Não julguem.” E exigiu que deixasse também a presidência do TSE. Ao presidente da Turma cobrou “postura institucional” e ouviu: “Cuide de não encher meu saco!” Depois veio o ofício acusando condução indevida daquela sessão.

O recado não discute teses. Discute quem pode continuar sentado no processo. Quando a conversa privada antecipa o resultado e pede a retirada do colega, o colegiado deixa de ser foro de deliberação e passa a ser palco de hierarquia informal.

Divergir é a matéria-prima do tribunal. Tratar o voto alheio como objeto de comando pessoal é outra coisa. Quando a cobrança sai do plenário e manda que o colega não julgue, o que se exige não é razão. É obediência.

A assimetria completa o quadro. É nítido que o Supremo discute agora, com urgência, o acesso a elementos de prova porque os holofotes se voltaram a um dos seus membros. Não custa lembrar que, na polêmica ação penal da “trama golpista”, os pedidos das defesas — todas elas — de acesso integral às mídias e aos acervos da Polícia Federal foram indeferidos ou diferidos. Não é coincidência: são dois pesos e duas medidas. Acesso à prova não é favor processual. É condição de contraditório. Tratar com urgência o que se recusou às defesas no mesmo tipo de acervo revela que o problema não é só de calendário: é de isonomia entre quem julga e quem é julgado.

A crise se limitará ao tribunal em que nasceu? Espera-se que sim. Atuo na defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro na representação por indignidade para o oficialato que tramita

no Superior Tribunal Militar. É ali que a lição do Supremo será testada.

O ponto não é ideológico. É de desenho institucional. O ordenamento jurídico exige julgamento específico e autônomo para a perda do posto e da patente. Se uma condenação criminal bastasse, a norma constitucional seria inútil: o constituinte teria criado um cartório, não um tribunal. Julgar a indignidade é aferir, sob critério próprio, se a conduta comprometeu de modo real e atual a hierarquia e a disciplina — e não repetir, com outra roupagem, a censura já aplicada em outra jurisdição. Essa é a diferença entre julgar e homologar. E ela é toda a razão de existir da Corte militar. A Constituição separou as esferas justamente para impedir o atalho: a pena criminal não se converte, por reflexo automático, em perda de posto. Sem exame próprio da hierarquia e da disciplina, o STM não decide; apenas autenticaria o que já veio de outro tribunal.

Daí o peso da frase dita em 2023 pelo atual vice-presidente do STM, brigadeiro Joseli Camelo, sobre militares envolvidos no 8 de Janeiro:

“se chegar a nós, será punido”. Suscitamos sua suspeição, mas o plenário considerou a declaração genérica e rejeitou a arguição por unanimidade. Respeito o resultado e mantenho a tese pelos meios próprios, porque o problema que ela aponta não é de simpatia ou antipatia a ninguém. Anunciar a punição antes mesmo do processo é, em si, dispensar o juízo valorativo que a Constituição impôs e transformar o tribunal naquilo que ele não pode ser. Quem anuncia a pena antes dos autos já escolheu o desfecho; resta apenas encontrar a forma.

Pressão não precisa de WhatsApp. Ela nasce do ambiente, da pressa pública. Para enfrentá-la, temos um escudo antigo e eficaz: os autos, a sessão, o voto fundamentado e o contraditório real. Faltou exatamente isso do outro lado da praça.

O STM tem hoje uma vantagem que o Supremo perdeu: sua história não está deslustrada por ingerências entre pares nem por disputa midiática. Que julgue conforme a lei, contra ou a favor — sem espetáculo e sem importar, para a Justiça Militar, a insegurança jurídica que hoje obstrui o STF.

Visão do Direito



Henrique Smidt Simon
Professor de direito constitucional do Centro Universitário de Brasília (CEUB) e doutor em direito pela Universidade de Brasília (UnB)

A crise no STF é também uma crise de confiança

A crise que hoje atinge o Supremo Tribunal Federal não começou com o caso Master. Ela apenas encontrou, nesse episódio, um ponto de concentração de problemas que já vinham se acumulando: mudanças de entendimento, questionamentos sobre a condução de investigações, disputas em torno do sigilo de processos e uma crescente dificuldade de parte da sociedade em compreender os critérios usados pela Corte.

Esse ambiente de desconfiança é especialmente grave porque o STF ocupa uma posição singular. Julga autoridades de alto escalão, interfere em temas políticos e eleitorais e, agora, precisa lidar com suspeitas e acusações que alcançam integrantes do próprio Tribunal. O problema, portanto, não está apenas no conteúdo das denúncias ou nas acusações trocadas entre ministros. Está, também, na forma como a instituição responde a elas.

Quando decisões semelhantes parecem seguir caminhos diferentes, quando há dúvidas sobre os critérios usados para manter ou retirar sigilos e quando ministros aparecem com frequência em ambientes empresariais, políticos ou privados ao lado de pessoas interessadas em

decisões da Corte, cresce a percepção de proximidade excessiva entre o Tribunal e atores externos. Isso não significa, por si só, irregularidade. Mas, em momentos de crise, a percepção institucional também importa.

O STF enfrenta, agora, um dilema difícil. Se arquivar procedimentos, parte da sociedade poderá enxergar proteção corporativa. Se houver responsabilização, outros setores poderão interpretar o movimento como perseguição. Em ambos os casos, há risco de aprofundamento da desconfiança. É por isso que o aspecto mais importante, neste momento, não é apenas o resultado final das investigações, mas a credibilidade do caminho percorrido até ele.

As questões jurídicas são relevantes. É preciso saber como as provas foram obtidas, quem autorizou determinados atos, qual foi o papel da Polícia Federal e do Ministério Público e se as defesas tiveram acesso adequado aos elementos produzidos. Também será necessário esclarecer se os procedimentos relacionados a diferentes ministros devem tramitar juntos ou separadamente.

Mais importante ainda será verificar a qualidade das provas. Direito Penal não pode

se sustentar em fragmentos, impressões ou recortes de mensagens. A cadeia de custódia, o contexto dos documentos e a regularidade dos atos de investigação são fundamentais para que qualquer conclusão seja legítima. Nesse ponto, a prudência é indispensável. O que veio a público até agora pode justificar investigação e esclarecimentos, mas não autoriza conclusões automáticas sobre corrupção, favorecimento ou influência político-partidária.

Ao mesmo tempo, o comportamento público dos ministros importa. Acusações pessoais, embates televisados e manifestações fora do campo técnico ampliam a percepção de que a Corte está dividida em grupos e interesses. Esse tipo de exposição fragiliza a autoridade institucional do Tribunal.

A perda de confiança nas instituições tem consequências que ultrapassam o próprio STF. Quando a sociedade deixa de acreditar que investigações e julgamentos seguem regras previsíveis, abre-se espaço para discursos segundo os quais todo o sistema é manipulado, corrupto ou incapaz de se corrigir. Esse ambiente favorece soluções simplistas e autoritárias.

A Polícia Federal também precisa ser

preservada desse desgaste. Investigações complexas exigem coordenação, estabilidade e uma cadeia de comando clara. Disputas sobre competência, validade de atos ou condução dos procedimentos podem consumir tempo, fragmentar apurações e comprometer a eficiência investigativa.

Na Procuradoria-Geral da República, a independência precisa não apenas existir, mas ser percebida. Em casos dessa dimensão, transparência e afastamento de qualquer aparência de conflito de interesses são tão importantes quanto a correção jurídica das decisões. O STF, por sua vez, terá de demonstrar que consegue lidar com acusações envolvendo seus próprios integrantes sem abandonar as garantias processuais e sem transformar divergências jurídicas em conflitos pessoais.

O desafio é grande porque a crise já não é apenas jurídica. É também institucional e reputacional. A saída dependerá menos de discursos fortes e mais de procedimentos claros, provas confiáveis e decisões tecnicamente fundamentadas. Em um momento como este, recuperar a confiança pública, talvez, seja tão importante quanto julgar corretamente os casos.

Visão do Direito



Guilherme Amorim Campos da Silva

Advogado, sócio titular de Rubens Neves Santos Jr. Amorim Advogados. Doutor em direito do Estado, professor dos cursos de mestrado e doutorado da FADISP

ECA Digital completa um ano e desafia candidatos a transformar política pública

O Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025), o ECA Digital, completou um ano este mês. A proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital precisa estar no centro dos planos de governo da campanha eleitoral de 2026.

O Eca digital impõe às plataformas prazo para adequar mecanismos de verificação etária, privacidade e segurança, nos termos do Decreto nº 12.880/2026. O risco é reduzir pauta estruturante a promessas de banimento de aplicativos ou ampliação de aparato repressivo — leitura que ignora o núcleo constitucional da matéria.

O art. 227 da Constituição consagra o princípio da prioridade absoluta e da proteção integral, impondo à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar os direitos de crianças e adolescentes, inclusive à dignidade e à convivência comunitária livre de negligência, discriminação e exploração. O ECA (Lei nº 8.069/90), em seus arts. 4º, 70 e 71, já garantia direito à informação, à cultura e ao lazer, dimensões plenamente aplicáveis ao ambiente digital.

O ECA Digital não cria um paradigma repressivo: ele operacionaliza, no ciberespaço, garantias preexistentes, articulando-se com a LGPD (art. 14, sobre tratamento de dados de crianças) e com o Marco Civil da Internet. Reduzir essa arquitetura normativa a discurso de vigilância é um erro de política pública.

A experiência do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGL.br) mostra que a efetividade regulatória depende de governança multissetorial — poder público, empresas, sociedade civil, comunidade científica e, centralmente, as próprias crianças e adolescentes como sujeitos de direito à participação (ECA, art. 100, parágrafo único, XII).

Uma pauta propositiva exige ao menos quatro eixos. Primeiro, letramento digital e midiático como política pública contínua, não como campanha pontual: formação de professores, famílias e conselheiros tutelares, integrada aos currículos escolares e às políticas de assistência social, para que a proteção não dependa exclusivamente de bloqueio técnico, mas de capacidade crítica dos próprios usuários.

Segundo, integração com o Governo Digital. A Lei nº 14.129/2021 e a Estratégia de Governo Digital consagram o princípio do “digital por padrão” e a interoperabilidade de bases de dados públicas. A verificação etária e os mecanismos de segurança do ECA Digital não podem ser tratados como política setorial isolada: devem dialogar com a infraestrutura de identidade digital do gov.br; com protocolos de privacy e safety by design e com diretrizes de uso responsável de inteligência artificial em serviços públicos voltados à infância, sob pena de sobreposição de sistemas e ineficiência regulatória.

Terceiro, articulação com o Sistema de Garantia de Direitos. Os Conselhos Municipais e Estaduais dos Direitos da Criança e do Adolescente e o CONANDA (ECA, arts. 88 e 90) têm competência para formular, deliberar e fiscalizar políticas de atendimento, com caráter paritário entre Estado e sociedade civil.

O próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em comunicado recente, exigiu que municípios integrem as ações de proteção digital

ao planejamento orçamentário — PPA, LDO e LOA —, o que só é exequível se os conselhos de direitos forem efetivamente ouvidos na formulação orçamentária, e não meramente informados a posteriori. Quarto, participação cidadã ativa: audiências públicas, consulta a adolescentes sobre desenho de políticas de segurança que os afetam diretamente, e transparência sobre metas e indicadores de implementação — não apenas sobre sanções aplicadas.

Nesse quadro, planos de governo que tratam a proteção digital da infância exclusivamente como pauta de segurança pública, sem qualquer menção a letramento digital, orçamento, conselhos de direitos ou participação social, revelam leitura rasa de um problema multidimensional.

Defender o cumprimento rigoroso do ECA e do ECA Digital — inclusive quanto a prazos, sanções e responsabilização de plataformas — é necessário e não contraditório com uma agenda propositiva. O equívoco está em apresentar a repressão como política pública suficiente, quando ela é, no máximo, sua última linha de atuação.

Visão do Direito



Guilherme Manier

Sócio do Viseu Advogados



Luísa Ramos

Integrante da equipe tributária do Viseu Advogados

Quando a vitória tributária não cabe na compensação

Empresas vencem ações tributárias, mas podem não recuperar integralmente os créditos reconhecidos pela Justiça quando a decisão definitiva assegura a recuperação de tributos pagos indevidamente e não há débitos suficientes para compensá-los.

Isso pode decorrer da redução das operações, de mudanças no modelo de negócios ou de crédito judicial superior aos tributos a recolher, resultando em aproveitamento apenas parcial pela via administrativa.

A questão ganha relevância porque o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, em 2025, no REsp n.º 2.178.201/RJ, que o direito à compensação de crédito reconhecido judicialmente está sujeito, em regra, ao prazo de cinco anos contados do trânsito em julgado, ressalvado o período de suspensão relacionado à habilitação. Surge, então, a dúvida: sendo a compensação insuficiente, o contribuinte pode ajuizar ação para pleitear a restituição por precatório ou RPV?

Nesse cenário, a ação de repetição deixa de ser mera preferência pelo recebimento em dinheiro e passa a evitar que a insuficiência de débitos

inviabilize a recuperação integral do crédito.

Um levantamento de precedentes realizado até agosto de 2026 identificou ao menos 13 julgados com elevada aderência a essa controvérsia, envolvendo a tentativa de obter, pela via judicial, a restituição de crédito tributário já reconhecido em decisão anterior. Desse universo, 10 decisões foram favoráveis à pretensão do contribuinte e três afastaram a nova demanda, principalmente sob o fundamento de que o título anteriormente formado já poderia ser executado.

A Fazenda Nacional costuma alegar falta de interesse de agir: se o contribuinte já possui decisão reconhecendo o crédito e autorizando a compensação, não haveria necessidade de nova ação. Sustenta, também, que o recebimento posterior em dinheiro poderia ampliar os limites da coisa julgada.

Essa limitação, porém, reforça a necessidade da via própria. Na repetição de indébito, o contribuinte não rediscute a tese tributária, mas busca título condenatório para satisfazer crédito já reconhecido. A compensação é forma de satisfação do crédito, não condição para sua existência.

Em maio de 2026, a 1ª Turma do TRF4 analisou caso em que parte do crédito reconhecido judicialmente havia sido utilizada em compensação, restando saldo sem aproveitamento. Por unanimidade, entendeu que a opção inicial pela compensação não representa renúncia ao crédito e não impede a restituição posterior do saldo por precatório.

O ponto central é a vedação ao recebimento em duplicidade. Em precedente de 2021, o TRF4 também reconheceu o direito de buscar, em ação ordinária, a restituição de indébito já reconhecido por decisão transitada em julgado, afastando a alegação de ofensa à coisa julgada.

A Súmula 461 do STJ reforça essa lógica ao admitir a opção pelo recebimento por precatório ou pela compensação do indébito certificado por sentença declaratória transitada em julgado.

A impossibilidade de utilizar crédito tributário previamente ativado pode exigir sua baixa contra o resultado, reduzindo lucro e patrimônio líquido e afetando métricas de valor da empresa. A capacidade de aproveitamento do crédito também possui dimensão econômica.

O STJ reconhece que a impetração do mandado de segurança interrompe a prescrição relacionada à posterior ação de repetição de indébito e que o prazo volta a correr após o trânsito em julgado. A capacidade de absorção do crédito deve ser examinada.

Diante do quadro jurisprudencial atual, quando a empresa não é capaz de absorver integralmente o crédito via compensação, a ação de repetição de indébito apresenta-se como alternativa juridicamente consistente para viabilizar sua recuperação financeira.

A matéria de fundo da tese tributária já está definitivamente julgada; o foco da nova demanda passa a ser a satisfação do crédito, com observância do regime de precatórios, do lapso prescricional aplicável, da documentação comprobatória pertinente e da vedação ao aproveitamento em duplicidade.

Em suma, trata-se de evitar que uma vitória tributária definitiva permaneça apenas “no papel”, de modo que o crédito reconhecido judicialmente seja efetivamente recuperado pelo contribuinte.

Visão do Direito



Flavio Flores da Cunha Bierrenbach

Aviador, advogado e ministro aposentado do Superior Tribunal Militar. Foi procurador do Estado de São Paulo, vereador, deputado estadual e deputado federal por São Paulo

Presunção de inocência

Houve época — não faz tanto tempo — em que um réu condenado em processo penal regular ia parar na cadeia. Porém, no auge do regime militar, em pleno governo Médici, o Congresso Nacional aprovou a infame Lei Fleury, assim denominada por beneficiar sem disfarce um torturador sádico, sicário símbolo da ditadura, o delegado de polícia Sérgio Paranhos Fleury. A lei n. 5.941, de 22/11/73, permitia a todos os réus primários e de “bons” antecedentes, já condenados em primeira instância, responder ao processo em liberdade, enquanto seus recursos não fossem julgados em grau superior.

Curiosamente, em um país onde muitas leis “não pegam”, a Lei Fleury pegou. Anos depois de superado o miserando tempo de exceção, a lei nefasta vestiu a fantasia e entrou, pela porta larga da Constituição de 1988, no bloco dos direitos humanos. No prolixo texto constitucional, o caudaloso elenco de direitos e garantias individuais produziu esta pérola, exclusivamente tupiniquim: “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória”.

Desde o fim do século XVIII, o Iluminismo proclama que milita em favor dos acusados em processo criminal a presunção de inocência. Isto significa que todas as pessoas devem ser consideradas inocentes, até prova em contrário.

Trata-se de presunção *juris tantum*. Por conseguinte, relativa. Sequer constava dos textos constitucionais anteriores; demandava pouca discussão ou exegese. Aliás, ninguém seria culpado, senão depois de provada a culpa. Considerava-se prova aquilo que um órgão legítimo do Poder Judiciário afirmasse como tal, por sentença. Nas decisões judiciais, uma vez provada a acusação, os magistrados determinavam que os nomes dos condenados fossem “lançados no rol dos culpados”. Constava de todas as sentenças condenatórias.

Caso contrário, para que serviriam juízes de primeiro grau, o braço extremo do Poder Judiciário? De que valeria a sentença de um magistrado, seja de remota Comarca do interior, ou de Vara Criminal de Capital, daquele que interrogou o réu — olho no olho — ouviu testemunhas, examinou laudos, perícias, e decidiu, enfim, qual a consistência das provas que justificavam a aplicação severa da lei?

A lógica jurídica, contudo, não convive com sofismas. Portanto, quem é condenado em decisão de primeira instância, embora ainda possivelmente inocente, não será mais presumivelmente inocente, simples corolário do fato de existir uma decisão judicial. Assim, a despeito de ter a seu alcance inúmeros recursos, não raro de efeitos apenas protelatórios, cuja consequência habitual é arrastar os processos até a prescrição,

um réu — qualquer réu — já condenado em processo penal regular, como resulta óbvio, sempre será presumivelmente culpado. Claro que poderá apelar, oferecendo contraprova à culpa que legalmente lhe seja imputado, demonstrar sua inocência ou falta de provas da acusação e, ipso facto, restaurar a respectiva presunção.

Para casos extremos — e raros — de erro judicial, novas provas, ou sentença contrária à evidência dos fatos, existe, ainda, a revisão criminal, que consiste em novo processo, que poderá ser aberto a qualquer tempo.

A realidade do Brasil posterior à “Constituição-cidadã” é que as sentenças não transitam em julgado, os recursos não são extraordinários e o próprio Supremo Tribunal Federal atua constantemente como corte criminal. Em consequência, os processos se acumulam nas prateleiras, em quase todos os tribunais, e os prisioneiros desabonados amontoam-se em cárceres ou enxovias, em qualquer lugar do país. E o presumivelmente culpado passa a ser considerado como se presumivelmente inocente fosse.

Por isso, aquela norma deplorável, que contraria o senso comum, estimula a impunidade e permite a circulação de indivíduos que não podem sequer sair do Brasil, precisa ser mudada. É um insulto ao Direito, entulho autoritário, que deve ser removido para dar fé ao conceito

inaugural da Declaração de Direitos: “Todos são iguais perante a lei”.

Foi o Iluminismo também que proclamou como dogma o direito ao duplo grau de jurisdição. Toda pessoa tem o direito de ser julgada duas vezes; não três, nem quatro. No Brasil, a única exceção diz respeito àqueles que livremente optam pelo foro privilegiado junto à Suprema Corte que, como é evidente, não admite outra instância. Deve-se frisar, porém, que ninguém é obrigado a ser presidente ou vice-presidente da República, deputado, senador ou ministro de Estado. Portanto, quem esteja lá, caso venha a ser julgado pelo Supremo, já abriu mão, tácita e voluntariamente do direito de recorrer.

A pergunta que hoje se faz é a seguinte: devem ser presos os condenados pelos tribunais de segunda instância? A resposta é positiva. Sim, por duas razões. A primeira, de índole jurídica, pois os tribunais superiores, em geral, não têm competência para mudar decisões de mérito. A segunda, de natureza moral, também produto do Iluminismo, já que a sociedade tem o direito de exigir a punição dos criminosos, conforme a lei.

No caso da presunção de inocência, foi o Congresso constituinte que errou primeiro. Errou na entrada. Depois, a Nação esperava que o Supremo Tribunal Federal não errasse na saída. Mas errou.

Visão do Direito



Carlos Eduardo Callado

Sócio do escritório Callado, Petrin, Paes & Cezar Advogados, coordenador da pós graduação em direito eleitoral pela Escola Paulista de Direito

Um Supremo que guarde a Constituição — e não governe o país

Poucas instituições brasileiras chegaram tão desgastadas ao noticiário quanto as nossas Cortes superiores. Decisões de um único ministro derrubam leis votadas por centenas de parlamentares eleitos; julgamentos que deveriam ser técnicos viram episódios de disputa pessoal; e a sensação, no cidadão comum, é de que o país já não é governado apenas por quem recebeu voto. Não se trata de opinião de ocasião: é uma crise de confiança que se aprofunda a cada semana.

O problema tem raiz simples de enunciar. O Supremo Tribunal Federal virou um tribunal de tudo. Julga políticos, funciona como última parada de processos que se arrastam por anos e, ao mesmo tempo, deveria ser o guardião da

Constituição. Poder demais, concentrado em pouca gente, exercido muitas vezes por uma só pessoa. Nenhuma instituição resiste bem a isso.

A proposta que defendo parte de uma ideia direta: devolver a cada Corte o seu lugar.

Primeiro, o Supremo volta a fazer uma coisa só — guardar a Constituição. Deixa de ser o foro criminal dos poderosos e o fim da fila de todo processo. Essa função passa ao Superior Tribunal de Justiça, que se torna a última instância dos casos e o tribunal das autoridades com foro privilegiado.

Segundo, e talvez o ponto mais importante: uma lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente nasce legítima. Para derrubá-la, o Supremo precisará de ao menos dois terços dos seus ministros — nunca de maioria

apertada, jamais de um ministro sozinho. Há urgência? Um ministro poderá suspender a lei provisoriamente, mas terá de levar a decisão ao plenário em até trinta dias. Ou o tribunal inteiro confirma, ou a decisão cai. Acaba a era da caneta individual sobre aquilo que milhões escolheram.

Terceiro, muda quem julga e por quanto tempo. Os ministros chegariam maduros, com no mínimo sessenta anos, cumpririam mandato definido de doze anos e sairiam. Sem reinados de três décadas, sem retorno ao cargo. A cadeira é da instituição, não da pessoa que a ocupa.

Por fim, integridade. Parentes de ministros não poderão advogar no tribunal. Cada ministro terá direito a uma única atividade de magistério. Palestras pagas serão informadas e tomadas

públicas. E o Supremo, que hoje praticamente não responde a ninguém, passa a submeter-se à fiscalização do Conselho Nacional de Justiça.

Dirão que é enfraquecer a Corte. É o contrário. Poder ilimitado, personalizado e sem controle não fortalece tribunal nenhum — corrói-o. Um Supremo que faz menos, mas o faz com autoridade e contenção, sai mais forte, não mais fraco. Com efeito, respeitar o que as urnas decidiram, tendo a Constituição como limite, é o coração da democracia.

Nesse cenário, a reforma não é ataque ao Judiciário: é resgate. Devolve ao Supremo a dignidade de guardião — e ao cidadão a previsibilidade de uma justiça que se possa compreender. O debate está aberto. A crise, essa já não pode esperar.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 24 de setembro de 2026

Para anunciar ► **3342-1000****1 IMÓVEIS**
COMPRA & VENDA**2 IMÓVEIS**
ALUGUEL**3 VEÍCULOS****4 CASA**
& SERVIÇOS**5 NEGÓCIOS**
& OPORTUNIDADES**6 TRABALHO**
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

**IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA**

- 1.1 Apart Hotel
- 1.2 Apartamentos
- 1.3 Casas
- 1.4 Lojas e Salas
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS**ÁGUAS CLARAS****QUITINETES****CLASSIFICADOS**

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

R MACAÚBA sl 36m2 garagem nasc próx ao metrô R\$ 230 mil. Financ. Tr: 99985-7115.

1 QUARTO

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS**2 QUARTOS**

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS**MEU IMÓVEL IMOB**

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE**QUITINETES**

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qtos 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 ASA SUL**ASA SUL****2 QUARTOS**

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE

208 BLOCOK apto reformadíssimo 2qtos ste c/ closet cj5211 33223443

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS**J RIBEIRO VENDE**

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

****PARTICULAR****

SQS 312, 4 qtos, 4 suítes, DCE, reformado, mobiliado, ár. priv. 339,53 m², 2gar, 6199985-8313

CRUZEIRO**3 QUARTOS**

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ**3 QUARTOS**

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

1.2 GUARÁ

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE**2 QUARTOS**

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA**2 QUARTOS**

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE**2 QUARTOS**

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

1.3 CASAS**CRUZEIRO****4 OU MAIS QUARTOS**

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

1.3 GAMA**GAMA****3 QUARTOS**

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

LAGO NORTE**4 OU MAIS QUARTOS**

DIRETO C/ PROPRIETÁRIO
Q I 03 Vdo casa térrea 3 suítes pisc, garagem p/ 3 carros 99585-8326

NÚCLEO BANDEIRANTE**3 QUARTOS**

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY**4 OU MAIS QUARTOS**

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO**4 OU MAIS QUARTOS**

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582,28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

**Curso de Departamento Pessoal e eSocial**

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 TAGUATINGA**TAGUATINGA****3 QUARTOS**

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qtos 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qtos 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS**LOJAS****SUDOESTE**

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 VICENTE PIRES**VICENTE PIRES**

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitation al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS**ÁGUAS CLARAS**

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

GAMA

VENDO SALAS Comerciais Setor Central-Gama/DF 99976-4334

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m² próximo QE 19 G II, nasc., canto R\$240 mil, financio. Tr: 99985-7115

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE**1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES****ASA NORTE**

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS**DISTRITO FEDERAL E ENTORNO**

VENDO EXCELENTE
FAZENDINHA Município de Goiânia-GO são 22 alqueires c/ 2 casas. Represa, tanque de peixe, córrego nos fundos, água por gravidade na porta da sede, somente 28Km de Goiânia, sentido a Pirinópolis na GO 338, somente 6Km de estrada de chão. Ótima propriedade para criação de gado e lazer. (62) 99104-1161 zap

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMÓVEIS DE GOIÂNIA

**QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!**



(62) 98280-1111


GOLPE!!!

CUIDADO COM AS FALSAS VAGAS DE EMPREGO

istamos alguns cuidados que você pode tomar para se proteger dos golpes que podem ocorrer na sua busca por uma vaga de emprego

- ✗ Não pague para obter um diploma para determinada vaga;
- ✗ Não transfira dinheiro e nem forneça dados bancários;
- ✗ Atente-se para as vagas que não exigem experiência e oferecem um bom salário;
- ✗ Não compre cartões, nem coloque créditos para terceiros;
- ✗ Desconfie se você precisa pagar por um curso necessário para sua contratação ou para participar do processo seletivo;
- ✗ Não forneça informações pessoais ou profissionais, seja por telefone ou Whatsapp;
- ✗ Pesquise a agência ou empresa que oferece o emprego;
- ✗ Fique em alerta com histórias longas e improváveis.

DISQUE-DENÚNCIA 181

Se alguma vaga foi publicada em nossas edições nos sinalize através do e-mail: classificados@correioweb.com.br. Não hesite em procurar uma delegacia de polícia.

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QD 205 - Condomínio Espaço Linea 1qto sala cozinha americana, garagem, vista livre. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

110 SUL Bloco C apto 3qts sendo 1 suite, reformado com garagem, vista livre. Aluguel R\$ 6.800,00 + condomínio R\$ 1.600,00. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

102 SUL Bloco K Apto 3qts sendo 1 suite, dce garagem, reformado, vista livre. Aluguel R\$6.800,00 + Condomínio R\$ 1.600,00 Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.2

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCRN 704 Norte c/3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS

CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVENS ALUGA QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

GAMA

ALUGO PRÉDIO no Setor Sul, Gama-DF Tr: 99976-4334.

SOBRADINHO

QD 04 Alugo Excel Loja c/100mt. 2 banheiros, frente pista Ed. Serrano. Tr: 3322-2585/ 99554-8356 SPR Imóveis

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis
- 3.2 Caminhonetes e Utilitários
- 3.3 Caminhões
- 3.4 Motos
- 3.5 Outros Veículos
- 3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

AUTOCRED
Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

3.1 CHERY

CHERY

AUTOCRED
TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED
VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

RENEGADE/19/20 Limitado, preto. 52 mil km rodados. Tr: 98454-9278 - só ligação.

AUTOCRED
RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

4

CASA & SERVIÇOS

- 4.1 Construção e Reforma
- 4.2 Moda, Vestuário e Beleza
- 4.3 Saúde
- 4.2 Comemorações, e Eventos
- 4.5 Serviços Profissionais
- 4.6 Som e Imagem
- 4.7 Diversos

4.5 SERVIÇOS PROFISSIONAIS

SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO

DETETIVE PARTICULAR
ADVOGADA

63897/DF 748945/GO INVESTIGAÇÕES CONJUGAIS, familiares e empresariais, levantamento de dados, relatórios e provas sigilosas (61) 99596-7718/ (61) 991074836

DETETIVE PARTICULAR
ADVOGADA

63897/DF 748945/GO INVESTIGAÇÕES CONJUGAIS, familiares e empresariais, levantamento de dados, relatórios e provas sigilosas (61) 99596-7718/ (61) 991074836

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editoriais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

MÍSTICOS

CURA IMPOTÊNCIA SEXUAL

ABA . Cura Impotência Sexual e traz o seu amor rápido na palma de sua mão. Desmancha feitiços mandados e afasta rivais, causas em justiça e trazer sorte em negócios. Resultado garantido . Sigilo total . 61.99149-8430 Falar c/ Dona Carmem

5.7 TURISMO E LAZER

NEGÓCIOS

CLUBE

BRÁSILIA COUNTRY CLUB
VENDO Título Patrimonial, quitado em dia, Documentação ok. Transferência imediata na Secretaria. Aceito proposta à vista. Tratar com o proprietário: 61 99981-2145

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

RENATO ATIVÃO MACHÃO, SÉRIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

KATRINA MEL
20 ANOS seios furando blusa! Faço oral até o fim em homens!! 61 99848-3777

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS
AS 20 TODAS lindas bemestarmassagens. com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627

5.7 MASSAGEM RELAX

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. >timos ganhos 61 98184-6503

PRISCILA FEITA A PINCEL
NAMORADA LINDA 21 capa revista totalmente d+ (61) 99645-7413

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego
- 6.2 Procura por Emprego
- 6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

CONTRATA-SE
COSTUREIRAS - E Auxiliar De Limpeza Tratar 712 Norte Bloco C Lj 42 contato 61 98131-2461

ÓTIMOS GANHOS!!
MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE
COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

CONTRATA-SE trabalhador c/ experiência, p/ morar com a família em chácara no Distrito Federal. Exigimos: Nada Consta e referências. Salário e benefícios a combinar (61) 99863-6663

AJUDANTE DE PEDREIRO para morar. Tr: 99903-0605.

NÍVEL MÉDIO

ALMOXARIFE DE OBRAS

UNIMAN ENGENHARIA Contrata para obras de alto padrão no Lago Sul, com experiência em software de gestão. Enviar currículo para o e-mail: almoxarife@uniman.com.br

CONTRATA-SE
ATENDENTE Balcão p/ o ramo de alimentação trabalhar de segunda à sábado no Setor de Indústria (SIA). Enviar currículo Whats: 3234-3599 Sia Pastel

SITTRATER-DF CUT

sindicato dos trabalhadores em empresas de transportes terrestres de passageiros urbanos, interestaduais, especiais, escolares, turismo e de carga do DF

COMUNICADO DE GREVE - RODOVIÁRIOS

O Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do DF, em atenção ao que dispõe o art. 13 da Lei 7783/89 – Lei de Greve – comunica aos usuários do sistema de transporte público coletivo do DF, que partir da zero hora do dia 28 (vinte e oito) de setembro de 2026, haverá **GREVE**, dos trabalhadores Rodoviários.

João Jesus de Oliveira
Presidente

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (A) com exper. informática, organização documental, atendimento ao público. Salário + VT +VR. Tag. Sul. Enviar CV para: empregoextintores@gmail.com

AUXILIAR DE PRODUÇÃO
10 VAGAS Para trabalhar em Indústria de Alimentos em Samambaia. Não é necessário experiência. Salário, +prêmio, +Vale transporte + Vale alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM EXPERIÊNCIA
em limpeza. Salário +prêmio, +Vale Transporte, +Vale Alimentação. Enviar currículo para: rh@germana.com.br

CONTRATA-SE
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO com Experiência e c/ CNH. Enviar CV p/ rh.escavo@gmail.com

EMPRESA PRECISA PARA FUNÇÃO
DEPTO DE PESSOAL Com bons conhecimentos em legislação trabalhista, INSS, FGTS, transmissão de informações/ eventos para o e-social, rescisões de contrato. Enviar currículo com pretensão salarial para o e-mail: ademir.zuconi@coperbras.com.br

SUBGERENTE, ATENDENTE, Cozinheira e sushimam . Restaurante contrata . Salário inicial a partir de R\$ 1.750,68 podendo chegar até R\$ 2.200,00 + comissão . Enviar currículo para email: curriculum.guara@gmail.com

TECNICO AUDIOVISUAL Contrata Técnico Audiovisual, para trabalhar em Valparaíso de Goiás, de segunda a sexta-feira. Requisitos: Experiência como técnico audiovisual, carteira de motorista e disponibilidade de horário e para viagens. Enviar currículo para o e-mail: rhrdselecao2020@gmail.com

PRECISA-SE
MASSAGISTAS p/ Massagem sensual. >timos ganhos 61 98184-6503

6.1 NÍVEL MÉDIO

IES SELECIONA SECRETARIA ESCOLAR / Acadêmica, Departamento financeiro, Captação/Marketing . Enviar currículo somente pessoa c/ experiência no cargo p/ processo seletivo p/ e-mail: rhcontatodffcc@gmail.com

RENDA EXTRA - Invista 500 dólares em 3 dias receba 300. - <https://finglobalinv.vip/register?ref=614>

RENDA EXTRA - Invista qualquer valor e ganhe o dobro em 30 dias. esklva.link/ZRVPJZ

CONTRATA-SE
VENDEDOR(A) INSTALADOR e Ajudante De Inst. c/exp. p/vidros temperados Lago Sul e regiões CV: 61 99964-6087

NÍVEL SUPERIOR

AUXILIAR ADMINISTRATIVO com experiência, no ramo imobiliário. Taguatinga/DF. Enviar CV WhatsApp (61) 9.9966-1478 Cj/ 4232

6.2 PROCURA POR EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AGÊNCIA CONFIANÇA há mais de 30 anos, tem também : Secretária do Lar, Arrumadeira, Diarista, Cozinheira de forno e fogão, Babá, Passadeira, Aux Serviços Gerais, Caseiro, cuidadora de idosos e motorista . Tel.: 3356-3351 ou 98609-0574

NÍVEL MÉDIO

ACOMPANHANTE Hospitalar, Cuidadora de idosos e pessoas sozinhas . Ofereço meus serviços. Tenho referência e exper. F: 98432-0682

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SERVIÇOS

AULA PARTICULAR

AULAS DE INFORMÁTICA e Celular. Segurança digital para 3 idade. Conhecimento é tudo! Agende: 99601-1535 / 983798447

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n. 211/2026

OBJETO: Prestação de serviços continuados na área de logística interna, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, disponibilização de equipamentos e fornecimento de materiais de consumo sob demanda, pelo período de 30 (trinta) meses.

DATA DA ABERTURA: 8/10/2026, às 10h.

EDITAL E INFORMAÇÕES: 14º andar do Edifício Anexo I - fone (61) 3216-4906, bem como nos endereços eletrônicos: www.camara.leg.br e www.gov.br/compras.

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Pregoeiro

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 17.441.197/0001-05, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 49, da Lei 6.766, de 19/12/1979, pelo presente EDITAL, notifica a Sra. LINDALVA DA SILVA NASCIMENTO (CPF nº 410.334.181-53), promissária compradora do "Contrato Particular de Promessa de Compra e Venda de Lote com Financiamento", firmado em 25/03/2002, tendo como objeto o Lote 45, Quadra 206, Conjunto EH05, Residencial Alvorada, Novo Gama - GO, para efetuar o pagamento das prestações em atraso, vencidas no período de 20/11/2002 a 20/06/2010, perfazendo, nesta data, um débito no valor de R\$ 118.766,65 (cento e dezoito mil setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e cinco centavos). Para tanto, deverão entrar em contato com a nossa Superintendência de Operações, situada na Rua da Bahia, nº 1.004, 14º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30160-011, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 17:00 horas, com a Sra. Márcia Moraes ou com o Sr. Edmar Alecrim pelos seguintes e-mails: marcia@economisa.com.br e edmar@economisa.com.br respectivamente ou pelo telefone (31) 3519-7700, num prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital. **Ultrapassado o prazo supra sem manifestação, o contrato será considerado rescindido, com interrupção de todos os efeitos jurídicos.**

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade Sigilo absoluto.

197

TJDF PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante Avenida Contorno Área Especial 13, Lote 14, 1º ANDAR, SALA 1.05, Núcleo Bandeirante, BRÁSILIA - DF - CEP: 71705-535
Telefone: 3103-2070 | 3103-2071 Horário de atend.imemo: 12:00 às 19:00

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
PRAZO: 10 (DEZ) DIAS

Número do processo: 0705892-67.2025.8.07.0011
Classe judicial: INTERDIÇÃO/CURATELA (58)

REQUERENTE: WALKIRIA DUARTE SERRA CPF/CNPJ: 185.181.411-68 e FERNANDO DUARTE SERRA CPF/CNPJ: 698.613.821-00
REQUERIDO: ANTONIO CARLOS DA SILVA SERRA - CPF/CNPJ: 042.830.661-68

A Dra. DARA PAMELLA OLIVEIRA MACHADO, Juíza de Direito Substituta da Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante, FAZ SABER a todos os terceiros quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, nos autos da Ação INTERDIÇÃO/CURATELA (58) - Processo 0705892-67.2025.8.07.0011, ajuizada por REQUERENTE: WALKIRIA DUARTE SERRA, FERNANDO DUARTE SERRA, foi **DECRETADA**, mediante sentença transitada em julgado, a **INTERDIÇÃO PLENA** de ANTONIO CARLOS DA SILVA SERRA (CPF: 042.830.661-68), por ser portador(a) de Demência do tipo Alzheimer, e ser incapaz de cuidar de si mesmo(a) e administrar seus bens. Nomeou-lhe curador(a): WALKIRIA DUARTE SERRA - CPF: 185.181.411-68 e FERNANDO DUARTE SERRA - CPF: 698.613.821-00; para o exercício de todos os atos jurídicos da vida civil. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e no futuro não possam alegar ignorância, expediu-se o presente edital, que será publicado três vezes no Diário de Justiça Eletrônico (DJ-e), nos termos do artigo 755, § 3º, do Código de Processo Civil. Fica(m), ainda, identificado(a)(s) que este Juízo tem sede na Vara Cível, de Família e de Órfãos e Sucessões do Núcleo Bandeirante, endereço Avenida Contorno Área Especial 13, Lote 14, 1º ANDAR, SALA 1.05, Núcleo Bandeirante, BRÁSILIA - DF - CEP: 71705-535 Horário de Funcionamento: 12h00 às 19h00. NÚCLEO BANDEIRANTE-DF, aos 27 de julho de 2026. Eu, VERONICA HELENA DE SOUZA SILVEIRA, Servidor Geral, expeço, segue assinado pela Diretora de Secretaria, FLÁVIA ARAÚJO DA SILVA RORATO, por determinação do(a) MM. Juíza de Direito. (documento datado e assinado eletronicamente)

FLÁVIA ARAÚJO DA SILVA RORATO
Diretora de Secretaria

SEU ANÚNCIO EM DESTAQUE!

Saiba como entrar em contato com o Classificados do **Correio Brasileiro**.

Pequenos anúncios

(61) 3342-1000 opção 05 ou
(61) 3214-1215

Editais, Avisos e Comunicados

(61) 3342-1000 opção 04 ou (61) 3214-1245

Whatsapp

61 98167-9999

E-mail:

classificados.df@cbnet.com.br

Endereço:

Sig QD 02 BI 02 lote 340
ao lado da Câmara Legislativa



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



@classificadoscb



@classificadoscb

CLASSIFICADOS
CORREIO BRAZILIENSE